

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PAULO FERRACIOLI SILVA

A CONSTRUÇÃO BIOGRÁFICA JORNALÍSTICA – CONFLITOS ENTRE
BIÓGRAFO E BIOGRAFADO

CURITIBA
2013

PAULO FERRACIOLI SILVA

A CONSTRUÇÃO BIOGRÁFICA JORNALÍSTICA – CONFLITOS ENTRE
BIÓGRAFO E BIOGRAFADO

Monografia apresentada como requisito parcial à
conclusão do curso de Comunicação Social –
Jornalismo, Setor de Artes, Comunicação Social e
Design, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Fernandes

CURITIBA
2013

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e meu irmão, pelo apoio de sempre.

Ao meu orientador José Carlos Fernandes, pela dedicação e pelo carinho em me orientar durante todos os anos de faculdade.

A todos os meus amigos, por aguentarem um ano inteiro cujo assunto se resumiu a biografias.

*“A biografia é o meio pelo qual os últimos segredos dos mortos
famosos lhe são tomados e expostos à vida de todo mundo.”*

(Janet Malcolm)

RESUMO

Este trabalho monográfico analisa o gênero biográfico na sua relação com o jornalismo e na sua convivência entre a liberdade de expressão e o direito à intimidade. A pesquisa investiga a relevância do fenômeno de valorização do indivíduo para o desenvolvimento da biografia e da prática jornalística. Estuda, ainda, as influências do jornalismo para o ofício biográfico, com destaque para o jornalismo literário e os atributos de imparcialidade e verdade. Ademais, examina o conflito entre os direitos constitucionalmente garantidos da liberdade de expressão e de intimidade e honra, com sua resolução em outros países e em casos emblemáticos do Brasil. A partir da análise das peças processuais que compõem a Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4815, bem como do Projeto Legislativo n.º 383/2011, investiga-se a construção dos discursos que defendem a liberação e que pregam a necessidade de autorização das biografias. O embate público entre estes dois lados, que ganhou projeção em outubro de 2013, é estudado para verificar a pertinência desses argumentos na questão das biografias. Deram embasamento teórico à pesquisa autores que estudam a construção de identidade e memória, assim como teóricos dos direitos fundamentais de liberdade e privacidade. Entre as conclusões figura a contribuição do jornalismo como instrumento para a construção de biografias mais atrativas para o público leitor. E a importância de garantir a livre circulação das biografias no mercado editorial, com eventual reparação por ofensa à honra do biografado nos casos devidamente comprovados.

Palavras-chave: Biografia. Jornalismo biográfico. Liberdade de expressão. Intimidade e honra.

ABSTRACT

This monographic project analyses the biographic genre in its relation with journalism and its existence between freedom of speech and the right to privacy. The research investigates the relevancy of the phenomenon of valorization of the individual for the development of biography and the journalistic practice. Studies also the influences of journalism into the biographic act, specially literary journalism and the qualities of impartiality and truth. Besides, this monography examines the conflict between the constitutionally guaranteed rights of freedom of speech and intimacy and honor, with its solutions abroad and in Brazilian emblematic cases. From the analysis of documents that compound the constitutional process nº 4815, as well as Law Project n.º 383/11, it is investigated the building of the speeches which defend the liberation and those who claim for the need of authorization for the biographies. The public shock between these two sides, that earned projection in October 2013, is studied in order to verify the pertinence of the arguments in the biographical question. The theoretical base that gave support to the research were authors who study the identity construction and memory, along with scholars of the fundamental rights of freedom and privacy. Among the conclusions, it can be highlighted the contribution of journalism as an instrument to the writing of biographies more attractive to readers. And also the importance of assuring the free circulation of biographies in the editorial market, with the restitution in proven cases of attack to the honor of the biography's subject.

Key words: Biography. Biographical journalism. Freedom of speech. Right to privacy and honor.

LISTA DE SIGLAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AGU	Advocacia-Geral da União
Anel	Associação Nacional dos Editores de Livros
Ecad	Escritório Central de Arrecadação e Distribuição
IHGB	Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro
STF	Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A CONSTRUÇÃO DO INDIVÍDUO	13
2.1 O INDIVÍDUO NA VIDA SOCIAL.....	13
2.2 O INDIVÍDUO NA BIOGRAFIA.....	17
2.3 O INDIVÍDUO NO JORNALISMO – UM PANORAMA SOBRE O PERFIL.....	21
3 JORNALISMO BIOGRÁFICO.....	29
3.1. JORNALISMO LITERÁRIO	31
3.1.1 Construção cena a cena.....	33
3.1.2 Diálogo	34
3.1.3 Alternância de ponto de vista	34
3.1.4 Descrição detalhada.....	35
3.2 A PARCIALIDADE DA BIOGRAFIA : BIÓGRAFO E BIOGRAFADO	36
3.3 A VERDADE NAS BIOGRAFIAS	38
3.4 BIOGRAFIA – LIDANDO COM A MEMÓRIA	43
4 O DIREITO A BIOGRAFIAS	48
4.1 LIBERDADES DE PENSAMENTO, DE OPINIÃO, DE EXPRESSÃO E DE INFORMAÇÃO	48
4.2 DIREITO À PRIVACIDADE, À INTIMIDADE E À HONRA.....	53
4.3 CONFLITO ENTRE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIREITO À INTIMIDADE – SOLUÇÕES PELO MUNDO	56
4.4 ANÁLISE DOS CASOS NO BRASIL	60
4.5 A QUESTÃO DAS BIOGRAFIAS NO BRASIL: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e PROJETO DE LEI NO CONGRESSO NACIONAL	65
5 CONFLITO ENTRE BIÓGRAFOS E BIOGRAFADOS NAS PÁGINAS DOS JORNAIS	74

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS.....	102

1 INTRODUÇÃO

Gênero cuja origem remonta à Antiguidade, a biografia não tem merecido muito destaque entre os estudos acadêmicos. Em contrapartida, esse tipo de obra que se dedica a contar a vida de alguém está sempre presente nas listas dos livros mais vendidos da semana, desfrutando de nítido apreço para o público leitor.

Da década de 1990 para cá, as livrarias brasileiras se viram tomadas por biografias (segundo dados do *Catálogo brasileiro de publicações*, o aumento de publicação do gênero foi de 55% entre 1987 e 1994). Dentre as obras brasileiras, a maioria foi escrita por homens e mulheres de imprensa. Ao invés de serem historiadores, classe que também se dedica à reconstrução de histórias de vida com um estudo minucioso de fontes primárias e secundárias, os novos biógrafos são jornalistas que encontraram um campo de atuação e se especializaram na tarefa.

Essas biografias são livros-reportagens, que se utilizam, predominantemente, do jornalismo literário para construir a história de vida dos seus personagens, de forma a atrair os leitores. Tal segmento carece de estudo acadêmico no âmbito dos estudos de Jornalismo, que pouco se verteu sobre a biografia, como confirma a parca literatura especializada sobre o assunto.

Os pioneiros nesse ramo no Brasil foram Fernando Morais e Ruy Castro. Seus livros (dentre os quais é possível citar *Olga* e *Chatô*, de Morais, e *O anjo pornográfico* e *Estrela Solitária*, de Castro) foram sucesso de venda no início dos anos 1990 e firmaram o nome de ambos os autores como referências na área até os dias atuais. Nos anos 2000, a oferta de títulos só aumentou, com outros jornalistas, como Guilherme Fiúza, Lira Neto e Nelson Motta ganhando destaque neste nicho do mercado editorial (suas obras biografam Bussunda, Getúlio Vargas e Tim Maia, respectivamente).

No entanto, não são poucos os livros biográficos que enfrentam restrições no Poder Judiciário, uma vez que os biografados e seus herdeiros são legalmente autorizados a demandar reparações e até mesmo o recolhimento de determinada obra que venha a infringir direitos como privacidade, honra e imagem. Essa insegurança jurídica que circunda as biografias produzidas no Brasil contribui para que muitos jornalistas-biógrafos não produzam mais obras desse gênero, uma vez

que a liberdade de circulação da biografia pode ser tolhida (é o caso de Ruy Castro, que já declarou que não escreverá mais nenhuma biografia enquanto a legislação nacional não for alterada).

As restrições a biografias podem parecer relacionadas apenas a este gênero literário/histórico/jornalístico, mas possuem implicações que afetam diretamente o trabalho jornalístico em si. Retirar de circulação uma obra biográfica poderia ser um primeiro impulso para a interposição de dificuldades para o trabalho da imprensa. Escrever um perfil de um artista, por exemplo, poderia depender de autorização prévia caso o perfilado acredite que houve ofensa a sua privacidade. Logo, este conflito entre os direitos do biógrafo e do biografado tem repercussão maior do que apenas a publicação de uma biografia no mercado.

Dessa forma, o presente trabalho pretende estudar o gênero biográfico, destacando sua relação com o ofício jornalístico e ao mesmo tempo esmiuçando as colisões entre a liberdade de expressão e o direito da intimidade, que são responsáveis por tornar as biografias objeto de infundáveis batalhas jurídicas. A metodologia adotada consiste na pesquisa bibliográfica sobre o tema aliada à análise de textos veiculados nos jornais brasileiros de grande circulação de outubro de 2013, quando a questão das biografias foi alçada como tópico de grande repercussão pela mídia.

O primeiro capítulo aborda, de início, a construção da figura do indivíduo na sociedade, tendo em vista que sua ascensão como ator relevante é fundamental para a compreensão da importância do gênero biográfico. Além disso, esse trabalho oferece uma evolução histórica sucinta da biografia na sociedade ocidental, de maneira a perceber suas diferentes funções, motivações e finalidades. Faz-se ainda uma breve exposição sobre o jornalismo que se volta especificamente para o indivíduo, especificamente sobre o gênero jornalístico do perfil, cujas influências podem ser sentidas na escrita de biografias.

O segundo capítulo tem como objetivo analisar a relação entre o jornalismo e a biografia. Após um exame do jornalismo literário e sua contribuição para o biografismo, examina-se de que maneira o fazer biográfico por jornalistas lida com questões como a memória, a imparcialidade e a verdade, atributos que não são entendidos de maneira homogênea pelos biógrafos.

O terceiro capítulo, por sua vez, esmiúça os conflitos jurídicos que podem ser gerados em decorrência da publicação de uma biografia. Após uma

conceituação das liberdades de expressão e informação e dos direitos de intimidade, honra e imagem, analisa-se a maneira como se resolveu alguns desses conflitos. Através de casos famosos que envolveram biografias brasileiras, é possível compreender de que maneira liberdade e intimidade são compatibilizadas nos processos judiciais em que a obra biográfica foi centro da discussão.

Ademais, foi analisada a Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4815, medida tomada pela Associação Nacional dos Editores de Livros para declarar incompatíveis com a Constituição Federal alguns dispositivos legais de maneira a possibilitar a livre circulação de obras biográficas, bem como o Projeto de Lei n.º 393/2011, que busca alterar tais regras legais de forma a facilitar a publicação das biografias. Os argumentos levantados pelas partes que se manifestaram no processo são úteis para uma compreensão precisa deste embate de valores.

No decorrer do processo de pesquisa para a escrita do presente trabalho monográfico, as páginas dos principais jornais nacionais foram tomadas por uma discussão que colocou a biografia no centro das atenções. A discussão midiática entre os defensores da liberdade de expressão com amplo alcance sobre as biografias e aqueles que defendem mecanismos de restrição a biografias em nome do respeito a valores como intimidade e honra se mostrou relevante e ganha análise no capítulo final, de forma a entender como os argumentos de ambas as correntes de opinião se relacionam com as construções previamente apontadas nesta monografia.

2 A CONSTRUÇÃO DO INDIVÍDUO

O indivíduo, que pode ter sua história de vida retratada em uma biografia, representa uma unidade construída durante a evolução social, na direção da qual se apontaram a arte biográfica e o próprio jornalismo.

2.1 O INDIVÍDUO NA VIDA SOCIAL

Durante a evolução da sociedade, o indivíduo não gozou sempre do mesmo status dentro do convívio social. O sociólogo Richard Senett estabelece de maneira precisa em sua obra como ocorreu a valorização do indivíduo. Foi a partir da derrubada do Antigo Regime¹ e da consolidação da urbanização, do secularismo e do capitalismo que o indivíduo tomou um lugar central na condução da vida em sociedade (SENETT, 1988, p. 30). É no século XIX que a imagem de indivíduo começa a tomar força e passa a ser valorizada enquanto tal.

No século XIX, o indivíduo e suas forças, desejos e gostos específicos tornaram-se permanentemente venerados como uma ideia social, partindo de um individualismo tosco, sobrevivente de um mais ajustado, das ferozes justificativas da nova economia, para crenças mais sutis e mais perturbadoras, onde a sociedade deveria supostamente funcionar através da personalidade, existir para ela, reforçá-la (SENETT, 1988, p. 160).

Nesse momento, é que começa a se pensar a sociedade enquanto um conjunto de personalidades, cada uma diferente da outra (SENETT, 1988, p. 193). A vida humana passou a ser entendida quando pensada nos termos de cada indivíduo, de suas características próprias (SENETT, 1988, p. 192). Todos os fenômenos, por mais impessoais que pudessem parecer, eram transformados em aspectos individuais e só assim podiam ganhar algum sentido.

¹ O Antigo Regime representa um sistema caracterizado por uma monarquia absolutista e centralizadora, típico dos países europeus como França e Inglaterra. Não havia mobilidade social, tendo em vista que os membros sociais eram divididos em estamentos fixos. A sociedade era predominantemente agrária, marcada pela presença de instituições tipicamente medievais.

A personalidade é um componente permanente da estrutura social, ainda que não seja facilmente identificável. Os acontecimentos ganham um toque individual, que se mantém de certa maneira obscuro. Na obra de Balzac², por exemplo, fica nítido que, em relação à personalidade, “se ela é imanente, em toda parte, na vida social, é também um mistério, um segredo que não fala por si só” (SENETT, 1988, p. 198).

O capitalismo industrial foi um dos fatores que levou a essa extrema individualização, ao centralizar a economia em torno de riquezas produzidas em larga escala nas fábricas urbanas. É nessa época que surge a classe proletária, contratada para servir de mão de obra nessa indústria nascente. Contra os colapsos econômicos que podiam ocorrer em todo momento, o habitante do século XIX vai se protegendo na área privada, ao mesmo tempo em que as mercadorias passam a ser elementos que constituem uma personalidade³ (SENETT, 1988, p. 35).

Um segundo aspecto que moldou a centralidade do indivíduo foi a secularização, entendida como a crença de que, até a morte, as coisas têm significado em si (SENETT, 1988, p. 36). Não era preciso mais justificar as sensações e fatos, pois esses já possuem sentido próprio. Pode ser constatado que “as raízes da personalidade estavam num novo tipo de crença secular; a natureza transcendente havia sido substituída pela sensação imanente e pelo fato imediato, na qualidade de cerne da realidade” (SENETT, 1988, p. 241).

Aproveitar os momentos passa a ser um objetivo que o ser humano está livre para alcançar, o que leva o homem a valorizar a sua experiência. Essa noção de experiência também está relacionada com o narcisismo, em torno do qual essa sociedade urbana, industrial e secular está construída. O narcisismo é essa característica que coloca em primeiro plano a busca pela sua gratificação, sua satisfação. Há uma valorização da experiência que seja mais proveitosa para aquele indivíduo.

O narcisista não está faminto de experiências; está faminto da Experiência. Buscando sempre uma expressão ou um reflexo de si mesmo na Experiência, ele desvaloriza cada interação ou cenário particular, pois

² Honoré de Balzac é um escritor francês que viveu em Paris, na primeira metade do século XIX. Suas obras compõem o gênero do Realismo, na qual ele retrata com fidedignidade a vida dos novos habitantes dessa forma de vida em cidade.

³ Esse fator está diretamente relacionado ao que Karl Marx denominou “fetichismo da mercadoria”, pelo qual coisas e produtos são dotados de qualidade humanas, que precisam ser possuídas para serem desvendadas (SENETT, 1988, p. 35).

nunca será o bastante para acompanhar quem ele é. O mito de Narciso capta nitidamente isso: a pessoa se afoga no eu; é um estado entrópico (SENETT, 1988, p. 395).

Esse entendimento de que a experiência individual é absoluta é estimulado por essa cultura, que centraliza o olhar para o acontecimento momentâneo, o qual o ser humano tem a obrigação de aproveitar ao máximo (SENETT, 1988, p. 273).

Ainda, há o impacto que a urbanização trouxe para a valorização do indivíduo. A cidade surgiu como um ambiente em que habitavam milhares de pessoas umas perto das outras, mas sem que fosse estabelecido nenhum contato mais profundo. Era possível se deslocar facilmente e ao mesmo tempo já não era mais tão fácil formar grupos coesos nesse espaço de tamanha mobilidade e heterogeneidade (SENETT, 2010, p. 326).

Na cidade, a categoria fundamental para a organização da sociedade era o indivíduo, que está a todo momento analisando a aparência de outros indivíduos. O voyeurismo, enquanto prática de espionar os atos alheios como uma forma de sentir prazer, é característica típica do espaço urbano (SENETT, 1988, p. 196). A aparência de cada um é objeto de investigação pelo próximo, mesmo que não haja nenhum contato entre os dois. Foi construída uma identidade de espectador, que podia não participar dos acontecimentos, mas não abria mão de observá-los (SENETT, 1988, p. 243).

No espaço urbano, condições como “os novos inventos, a geografia da velocidade e a procura de conforto” (SENETT, 2010, p. 348) reforçaram o individualismo como característica predominante. As novas descobertas tecnológicas combinavam mais com a cidade do que com a pacata vida no campo e possibilitaram cada vez mais o desligamento dos cidadãos de grupos para que pudessem existir enquanto seres individuais.

Outro fator que não pode ser ignorado é o surgimento da psicanálise, que floresceu enquanto ciência no início do século XX e permitiu que as pessoas pudessem se conhecer para participar melhor da vida social. O efeito desse ramo da psicologia fez com que os indivíduos passassem a se preocupar mais com suas próprias emoções e com a trama das suas próprias vidas do que com aqueles que estão ao seu redor (SENETT, 1988, p. 17). Foram os psicanalistas ainda os responsáveis por expandir o conhecimento sobre o narcisismo anteriormente

mentionado, uma vez que o consideravam fator relacionado aos distúrbios que analisavam (SENETT, 1988, p. 394).

Nessa nova fase da sociedade, o ator mais importante do jogo social passa a ser o *eu*. “O eu de cada pessoa tornou-se seu próprio fardo; conhecer-se a si mesmo tornou-se uma finalidade do que um meio através do qual se conhece o mundo” (SENETT, 1988, p. 16). Essa linha de raciocínio veio a embasar a alçada da personalidade a um pedestal, como fator apto a explicar a sociedade.

(...) foi a conjunção entre essa fé secular na personalidade – uma fé na aparência imediata como guia para o sentimento interior – e a economia do capitalismo industrial que empurrou a personalidade enquanto uma categoria social para dentro do domínio público (SENETT, 1988, p. 194)

As novidades trazidas pelo pensamento psicanalítico viriam a influenciar o próprio modo de escrever biografias. “Na virada do século XIX para o XX, Freud forneceu novos contornos à compreensão do comportamento humano, e seus estudos sobre consciente alteraram significativamente o fazer biográfico também” (VILAS BOAS, 2008, p. 58).

Na atualidade, a cultura americana parece ser a que mais valoriza a experiência individual. Os sentimentos que uma pessoa pode sentir são utilizados como parâmetro para a compreensão de toda a experiência social. A vida em si passa a ser constituída por um “desejo de revelar a própria personalidade no trato social e de avaliar a ação social em termos daquilo que esta mostra das personalidades das outras pessoas” (SENETT, 1988, p. 25). Essa busca pela individualidade contagiou de tal maneira que Senett constata que é possível dizer que há hoje uma ansiedade generalizada pela satisfação individual (SENETT, 1988, p. 18). Esse individualismo moderno está muito ligado à ideia de autossuficiência, de completude, pois constrói a imagem de um indivíduo que consegue tudo sozinho e não está satisfeito enquanto não alcançar tudo que sonhava (SENETT, 2010, p. 375).

Para a sociedade contemporânea, “não há sentido nenhum no grupo - nenhum sentido no mundo: tudo está no indivíduo” (VILAS BOAS, 2008, p. 146). Os leitores tendem a buscar identificações do seu universo particular em qualquer obra, valorizando o coletivo naquilo que ele pode implicar para o individual (LIMA, 2009, p. 144). Toda essa evolução do indivíduo no meio social se caracteriza como um

terreno perfeito para o estabelecimento de um gênero que é voltado para o indivíduo: a biografia.

2.2 O INDIVÍDUO NA BIOGRAFIA

A biografia, compreendida como literatura de apreciação de pessoas (LIMA, 1960, p. 27), é a forma pela qual o mundo se apropria da vida de certos componentes famosos da sociedade, tomando seus segredos e os expondo em público (MALCOLM, 2012, p. 15).

A biografia pode ser comparada a um livro em que um estranho faz seus rabiscos. Depois que morremos, nossa história passa às mãos de desconhecidos. O biógrafo não se vê como alguém que toma essa vida emprestada, mas como seu novo proprietário, com o direito de escrever e sublinhar onde quiser (MALCOLM, 2012, p. 201).

Na cultura ocidental, há registros de biografias desde a Antiguidade Clássica, por volta do século I. Plutarco descreveu ícones da cultura grega em uma obra intitulada "*Vidas paralelas*", enquanto Suetônio e Tácito foram responsáveis pelo registro da vida dos imperadores romanos (FRIAS FILHO, 2011, p. 5).

No entanto, a biografia como hoje é conhecida está intimamente ligada à modernidade e ao florescimento do indivíduo, uma vez que "a célula-mãe da biografia é exatamente o humano e seus entornos, ambos imensuráveis, incalculáveis, indecomponíveis" (VILAS BOAS, 2008, p. 161). O considerado clássico do gênero é *A Vida de Samuel Johnson*, escrita por James Boswell em 1791. O livro possui mais de mil páginas e traça um retrato que não pretende deixar nenhum detalhe de fora.

Diferentemente de seus predecessores hagiógrafos (biógrafo de pessoas veneradas, abordadas em geral em tríades comparativas), Boswell se concentrou em Johnson. Fez especulações psicológicas (não-freudianas, evidentemente), forneceu reflexões profundas sobre como narrar uma vida, expôs os obstáculos à escrita ao longo do texto, incluiu cartas pessoais, documentos, incidentes e conversas pessoais que manteve com Johnson

por essas e outras razões, Boswell é considerado o pai da biografia moderna (VILAS BOAS, 2008, p. 113).

Sua influência no gênero é incontestável, servindo como padrão para as obras que viriam a seguir (FRIAS FILHO, 2011, p. 4). Seriam livros caudalosos, com alguns volumes, que se propunham a uma análise exaustiva do personagem.

O marco que demonstra a ruptura entre as biografias tradicionais e as modernas é *Eminent Victorians*, escrita por Lytton Strachey em 1918. Com o intuito de abordar a época vitoriana, Strachey descreveu a vida de quatro pessoas, que não possuíam tanto destaque. Cada um não ocupa mais do que 50 páginas do livro, que despreza a opção por personagens hierarquicamente superiores e se mostra condizente com preocupações psicológicas de seus retratados. Sua publicação leva ao início do modernismo biográfico, marcado por uma nova maneira de contar a história. “Sua narração é descritiva, factual sem ser enfadonha. Ele não especula, não exagera e não opina – os personagens são como espécimes submetidos à lupa do naturalista” (FRIAS FILHO, 2011, p. 5).

A alteração também ocorre pela maneira com que se porta o indivíduo diante da biografia a ser lida. Enquanto a biografia clássica primava pela veneração frente aos grandes nomes da política do passado, a biografia moderna chama o leitor de maneira direta, convidando-o a desfrutar da intimidade exposta nas páginas a seguir (LOWENTHAL, 1961, p. 133).

O interesse do público por biografias já era perceptível nos anos 1940, o que levou Lowenthal a concluir que “there must be a social need seeking gratification by this type of literature⁴” (LOWENTHAL, 1961, p. 110). O interesse pela vida dos outros foi se consolidando como uma espécie de fofoca de massa, que as biografias alimentariam em proporção crescente.

Uma pesquisa conduzida pelo teórico de Frankfurt demonstra que os sujeitos retratados pelas biografias variaram conforme a modernidade foi progredindo. As figuras políticas predominavam como objeto até a Primeira Guerra Mundial. Após esse evento, esses biografados começaram a ceder espaço para personagens da área de negócios e principalmente do entretenimento. (LOWENTHAL, 1961, p. 111). Houve a ruptura entre biografias dedicadas tão

⁴ Em tradução livre: deve existir uma necessidade social que busca gratificação através desse tipo de literatura.

apenas a governantes para uma pulverização de obras voltadas à vida de artistas e outros ligados à área cultural e do consumo.

Esse novo objeto de biografia se relaciona com a evolução social pela qual passou a categoria de artista na Idade Contemporânea. O ator, músico ou semelhante passou a ser um elemento de respeito, no qual a média da população pode ver condutas que não sonharia em realizar. “A ascensão social do artista era baseada na ostentação de uma personalidade vigorosa, excitante, moralmente suspeita, inteiramente oposta ao estilo da vida burguesa normal” (SENETT, 1988, p. 43).

O foco pelo qual os leitores escolhem ler uma biografia passa a ser diferente com essa mudança de personagem. As biografias ditas antigas serviam como exemplo, marco a ser seguidos pelos leitores comuns.

(...) in recent years a number of books has appeared in which most of the content dealt with case histories of noted individuals. Some psychologists have suggested that interest in autobiographies in biographies has arisen in part from the attempts of the readers to compare their own lives with those about whom they read, and thus to seek encouragement from the evidence of the struggles of succesful people⁵. (SHERMAN, 1939, apud LOWENTHAL, 1961, p. 114).

Com as mudanças trazidas pelo século XX, a biografia deixa de ser um escrito destinado a uma “open-minded liberal society which really wants to know something about its own leading figures on the decisive social, comercial, and cultural fronts⁶” (LOWENTHAL, 1961, p. 113) para se tornar um item de consumo, dentro de uma indústria cultural estabelecida.

We called the heroes of the past “idols of production”: we feel entitled to call the present [1941] day magazine heroes “idols of consumption”. Indeed, almost every one of them is directly, or indirectly, related to the sphere of the leisure time: either he does not belong to vocations which serve basic society’s need (e.g., the heroes of the world of entertainment and sport), or

⁵ Em tradução livre: nos últimos anos, apareceu um número de livros cujo conteúdo é dedicado à história de indivíduos notáveis. Alguns psicólogos sugerem que o interesse em autobiografias e biografias surgiu em parte como tentativa dos leitores de comparar suas próprias vidas com aquelas que estão lendo, e ainda para buscar encorajamento a partir das mostras dos esforços das pessoas bem-sucedidas.

⁶ Em tradução livre: sociedade de mente aberta que realmente quer saber algo sobre seus líderes nas áreas comercial, social e cultural.

he amounts, more or less, to a caricature of a socially productive agent⁷ (LOWENTHAL, 1961, p. 115).

O que contribui ainda para o fortalecimento da biografia enquanto gênero relevante é a mistura realizada pelos indivíduos entre a identidade privada e a identidade pública. Ao passo em que a maneira como um político fala com seus filhos é usada para julgar a sua conduta enquanto governante estatal, o livro biográfico é instrumento para saciar essa sede de informações que o público anseia por relacionar (SENETT, 1988, p. 41). Sem propósito didático algum, a biografia passa a ser apenas “o meio pelo qual os últimos segredos dos mortos famosos lhes são tomados e expostos à vista de todo mundo” (MALCOLM, 2012, p. 15).

A biografia moderna aumenta o seu olhar para os componentes da sociedade e considera que todo indivíduo é possível de ser biografado.

Diferente do tom elegíaco da biografia tradicional, que se atém à camada visível da vida do personagem, ela adota uma disposição investigativa, crítica, revisória. Em face da dificuldade de fixar um “eu” sempre fugaz e do inextricável turbilhão de partículas que faz a história, o biógrafo moderno assume o protagonismo da obra e faz do biografado quase uma invenção artística sua (FRIAS FILHO, 2011, p. 5).

Não resiste mais na atualidade o pensamento de que a biografia tem como finalidade primordial a educação e a orientação dos leitores. Uma obra biográfica passa a ser interessante quando traz a vida de alguém com destaque na vida pública, preferencialmente da área artística ou esportiva. A necessidade de que um grande feito tenha sido realizado pelo biografado a fim de servir de inspiração alheia já não é mais o que sustenta a lógica da escrita das biografias (LOWENTHAL, 1961, p. 116).

A publicação em massa de biografias é decorrência direta da estruturação da sociedade, conforme constata Benito Schmidt:

A massificação e a perda de referenciais ideológicos e morais que marcam a sociedade contemporânea têm como contrapartida a busca, no passado, de trajetórias individuais que possam servir como inspiração para os atos e condutas vivenciados no presente (SCHMIDT, 1997, p. 2).

⁷ Em tradução livre: nós chamamos os heróis do passado de ídolos da produção: sentimo-nos agora aptos a denominar os ídolos das revistas de hoje em ídolos de consumo. De fato, quase todos eles são direta ou indiretamente relacionados com a esfera do lazer: ou eles não desempenham nenhuma tarefa que sirva a uma necessidade básica da sociedade (por exemplo, os heróis do mundo do entretenimento e esporte) ou eles representam a caricatura de uma agente social produtivo.

A biografia representa apenas o alcance máximo de todo um sistema construído na vontade permanente do indivíduo moderno de bisbilhotar a vida alheia (MALCOLM, 2012, p. 15). Como uma maneira de dignificar tal intenção que não se quer admitir em público, é construída uma retórica que embasa a produção biográfica.

O voyeurismo e a bisbilhotice que motivam tanto os autores quanto os leitores das biografias são encobertos por um aparato acadêmico destinado a dar ao empreendimento uma aparência de amenidade e solidez semelhantes às de um banco (MALCOLM, 2012, p. 16).

Assim, forma-se uma cumplicidade entre o biógrafo e o leitor da biografia, que se articulam para poder fazer um mergulho sobre a vida alheia. É uma experiência transgressora, que apesar de mal vista pela sociedade no cotidiano, recebe autorização durante a experiência biográfica (MALCOLM, 2012, p. 16).

No entanto, ainda que persista uma visão da biografia que ignora a possibilidade de conhecimento de outras vivências, a biografia agora é um gênero sem o qual a sociedade não pode mais ser estruturada, uma característica intrínseca que não pode ser mais abandonada.

2.3 O INDIVÍDUO NO JORNALISMO – UM PANORAMA SOBRE O PERFIL

O jornalismo, ainda que possa ser entendido como a apreciação de acontecimentos (LIMA, 1960, p. 27), volta seu olhar para pessoas também, no que se convencionou chamar de perfil.

O perfil pode ser descrito como “a biographical piece-a concise rendering of a life through anecdote, incident, interview, and description⁸” (REMICK, 2000). É, em outra explicação, uma modalidade jornalística que faz “alternância entre a observação miúda e a análise geral, entre o pequeno e o grande” (SALLES, 2006, p. 571). O perfil humaniza as pessoas retratadas, rejeitando estereótipos e trazendo à tona características marcantes do perfilado (VILAS BOAS, 2008, p. 65).

⁸ Em tradução livre: um perfil é uma peça biográfica concisa que aborda uma vida através de anedota, incidente, entrevista e descrição.

Numa abordagem mais crítica, Edvaldo Pereira Lima enxerga o perfil como:

(...) o lado da humanização da reportagem, já que o jornalismo se diferencia também por ser uma forma de comunicação que se volta para o homem, em última instância, como seu foco central e como tal visa emocionar, ao lado da elucidação racional, para transmitir um retrato completo dos temas que aborda (LIMA, 2009, p. 21).

O perfil não pretende esgotar todos os fatos existentes na vida de uma pessoa, mas identificar aqueles que são significativos para a construção do indivíduo (PIZA, 2004, p. 360).

Na Inglaterra do século XIX, o repórter Charles Dickens, que depois viria a ganhar renome mundial com seus romances como *Um Conto de Duas Cidades* e *Grandes Esperanças*, já produzia matérias jornalísticas sobre a vida de trabalhadores comuns, ainda que seus textos flertassem com uma margem de especulação criativa (WEINGARTEN, 2010, p. 23).

A consolidação do gênero perfil remonta ao jornalismo americano, no início do século XX. Essa época foi propícia ao surgimento dessa forma de artigo jornalístico, devido à valorização da reportagem. As artes passaram a ser feitas para o homem comum e a reportagem, ao lado da fotografia, foi importante para a documentação dessa época (HOBSBAWM, 1995, p. 191). Houve influência ainda do pensamento de esquerda, que passou a entender que a manifestação escrita dos fatos quotidianos era importante para se compreender a realidade (HOBSBAWM, 1995, p. 191).

Os primeiros textos com característica de perfil remontam ao surgimento da revista *The New Yorker* e ao seu fundador e primeiro editor, Harold Ross. Esse gênero textual sintetiza uma “família jornalística praticamente inventada pela *New Yorker*, a dos perfis” (SALLES, 2006, p. 570). Conforme, o relato do atual editor da publicação, David Remnick, “he [Harold Ross] wanted something different something sidelong and ironical, a form that prized intimacy and wit over biographical completeness or, God forbid, unabashed hero worship⁹” (REMICK, 2000).

Em 1932, o jornalista Alva Johnston escreveu um perfil sobre um falso príncipe russo chamado Mikhail Romanoff, que se destacou entre os perfis primordiais por conseguir aliar relevância literária e densidade jornalística

⁹ Em tradução livre: ele queria algo diferente, algo irônico, um formato que valorizava a intimidade e descartava a completude da biografia ou, Deus proíba, o culto ao herói.

(REMNICK, 2000). Foi a partida para o desenvolvimento do texto de perfil e do destaque dado a esse formato jornalístico. No período da Segunda Guerra Mundial, os repórteres que escrevem perfis passaram a proliferar. Um exemplo é A. J. Liebling, veterano cujos textos para a revista formavam retratos de personagens, não de fatos. “Liebling exercitou sua veia artística em artigos mais longos que escreveu para a revista, nos quais pregadores religiosos, apostadores, boxeadores, provocadores e outros tipos agitados eram retratados com carinho e humor” (WEINGARTEN, 2010, p. 28).

Acompanhando a trajetória da *The New Yorker*, que é uma mostra da evolução do jornalismo sobre pessoas, é necessário abordar a troca de editores ocorrida em 1951, quando o posto de editor-chefe foi assumido por William Shawn. Foi sob o comando de Shawn que foram publicados textos clássicos do jornalismo literário e que ajudaram a remodelar a maneira como o jornalismo conta suas histórias (SALLES, 2006, p. 568). *Hiroshima*, o clássico livro¹⁰ de John Hersey sobre o desastre causado pelas bombas atômicas lançadas pelos EUA sobre o Japão ao final da Segunda Guerra Mundial, se centra em seis pessoas que Hersey acompanha logo após a explosão. Os personagens são apresentados como em um romance, tendo seus diálogos interiores expostos de maneira a alavancar a emoção sentida (PENA, 2006, p. 52). Ignorando o que acontece fora daquele cenário, “a história de Hersey se torna uma luta dos personagens para voltar à normalidade no meio de uma atrocidade, e ele se detém nas particularidades da luta, nos pequenos atos de sacrifício e sabedoria que se tornam cruciais para a sobrevivência deles” (WEINGARTEN, 2010, p. 35). É o jornalismo dando ênfase nas pessoas para descrever um acontecimento.

Foi na *The New Yorker* que Joseph Mitchell publicou um perfil que se tornou paradigma para outros escritos do gênero: *O Segredo de Joe Gould*. Joe Gould era uma pessoa sem destaque nenhum na sociedade, mas cuja história de vida rendeu uma matéria que tinha potencial para atrair o leitor. Além disso, “incorporando ao repertório do jornalismo o perfil do homem anônimo, Mitchell decidiu experimentar com a forma. Sua ideia era tão simples quanto revolucionária: tratar histórias da vida real com técnicas de ficção” (SALLES, 2003, p. 148). Era o jornalismo literário, típico desta publicação norte-americana, que aparecia nesse estilo de reportagem.

¹⁰ Publicado originalmente como matéria da revista *The New Yorker*, tendo ocupado a edição inteira de 31 de agosto de 1946, depois de longo trabalho de edição de William Shawn.

A escrita de perfis teve destaque mesmo com Lillian Ross, jornalista norte-americana que atingiu o ápice com sua reportagem posteriormente lançada em livro, *Filme*, no qual acompanha o diretor John Huston durante toda a produção da adaptação para a tela grande do romance *O Emblema Vermelho da Coragem*. Ross escreveu perfis emblemáticos para a *The New Yorker*, como o do escritor Ernest Hemingway, no qual desnudou o mito e mostrou um homem de linguagem rústica, com hábitos não imaginados para um vencedor do Prêmio Nobel (WEINGARTEN, 2010, p. 38).

Kenneth Tynan foi outro escritor de perfis relevantes. Crítico de teatro de renome na Inglaterra de meados do século XX, Tynan produziu perfis de figuras do meio artístico para a *The New Yorker*. Ainda que não tenha utilizado os recursos tradicionalmente atribuídos ao jornalismo literário, o jornalista descreveu seus perfilados como “um verdadeiro personagem de tramas aventureiras e/ou dramáticas, [tendendo a] observar suas reações emocionais e intelectuais aos eventos e narrar sua vida com a densidade e o humor” (PIZA, 2004, p. 360). Tynan soube dosar os lados pessoal e profissional dos retratados em seus textos, além de pontuar seus defeitos, “mas sem cair na contabilidade de prós e contras, o que é difícil de ser entendido no Brasil, onde a arte do perfil tem sido pouco e mal praticada, sempre laudatória ou então maledicente” (PIZA, 2004, p. 362).

Até mesmo Truman Capote, renomado romancista do período pós-guerra nos EUA, escreveu perfis para a revista *New Yorker*, no qual retratou personagens usando toques de ficcionista. O texto mais famoso dessa etapa da carreira de Capote é o perfil de Marlon Brando, no qual a exposição atingiu uma intensidade até então ausente do gênero.

Mais de meio século depois de ter sido publicado, “O duque em seus domínios” continua servindo de parâmetro para perfis de celebridades. O texto foi um precursor do Novo Jornalismo, que desabrocharia com tudo na década de 1960. Com uma profusão de detalhes íntimos, o tom confessional e o relato romanceado da figura de Brando, o ensaio marcou uma clara evolução na cobertura jornalística de personalidades do meio artístico e foi um prenúncio da atual invasiva e profunda imersão na cultura pop (McCOLLAM, 2013, p. 90).

Capote ainda traria contribuições maiores para o jornalismo com *A Sangue Frio*, seu romance de não-ficção (denominação criada por ele mesmo), que serviu de marco para um movimento que viria a surgir. Tal como *The Life of Samuel Johnson*,

a obra suscitou infindáveis debates e inspira a produção jornalística de muitos até hoje (VILAS BOAS, 2008, p. 198).

O movimento conhecido como *New Journalism* causou uma ruptura com a produção jornalística de então. “A aproximação do jornalismo com a literatura – sem perda da especificidade – atingiu o auge com o *New Journalism*, que aperfeiçoou o instrumental e ampliou os canais de captação dos jornalistas nos anos cinquenta e sessenta” (VILAS BOAS, 2002, p. 81). Em um período em que surgiu a *Nouvelle Vague*, o Novo Romance etc, o jornalismo também precisava quebrar os paradigmas estabelecidos.

A ideia básica do Novo Jornalismo americano, ainda nas palavras de Wolfe, é evitar o aborrecido tom bege pálido dos relatórios que caracteriza a tal “imprensa objetiva”. Os repórteres devem seguir o caminho inverso e serem mais subjetivos. Não precisam ter a personalidade apagada e assumir a encarnação de um chato de pensamento prosaico e escravo do manual de redação. O texto deve ter valor estético, valendo-se sempre de técnicas literárias (PENA, 2006, p. 54).

Se para alguns novos jornalistas a *The New Yorker* tinha um texto entediante, era preciso uma nova publicação que estivesse apta a produzir um jornalismo mais interessante: a *Esquire* (WEINGARTEN, 2010, p. 52).

A *Esquire* passou a ser o celeiro dos repórteres que ousavam na estrutura de suas matérias. Havia espaço para humor, para desenhos e para revelação de autores jovens e modernos (PIZA, 2003, p. 26). O primeiro a alcançar destaque foi Thomas B. Morgan, que abraçou a ideia da publicação de investir em perfis com análise mais complexa, de uma forma inteligente e não superficial.

Muito influenciado por Lillian Ross e seu perfil de Hemingway, Morgan estruturava seus textos como contos, com cenas individuais e amplos trechos de diálogos que às vezes se estendiam por diversos parágrafos. Seus perfis de Nelson Rockefeller, Roy Cohn, Gary Cooper, Alf Landon e Teddy Kennedy o tornaram o favorito de Felker e um dos mestres da *Esquire* em perfis de personalidades (WEINGARTEN, 2010, p. 63).

Em 1959, Morgan escreveu um perfil de Sammy Davis Jr.¹¹, intitulado “What Makes Sammy Jr. Run?”, que ousou no formato até então conhecido, por investir em riqueza dos detalhes descritos e longos diálogos reproduzidos (WEINGARTEN,

¹¹ Sammy Davis Jr. (1925-1990) foi um cantor e dançarino negro que teve seu auge na década de 50, nos Estados Unidos.

2010, p. 64). Com seus perfis de Brigitte Bardot e John Wayne, Morgan se fixou como melhor jornalista de perfis da equipe da *Esquire*.

O nome que viria complementar o time de redatores de perfis seria um dos mais conhecidos até hoje, Gay Talese. Talese começou no jornal *The New York Times*, no qual publicou perfis, como o do boxeador porto-riquenho José Torres, mas conseguiu suas melhores oportunidades no gênero na *Esquire*, para a qual produziu textos que confirmavam sua capacidade de “estruturar suas histórias em torno de cenas individuais ou peças do cenário, e usava mais diálogo para dar vida às histórias” (WEINGARTEN, 2010, p. 78). Sua marca é facilmente sentida na reportagem “The Soft Psyche of Josua Logan”, que representa melhor o que o Talese entende como perfil-conto (WEINGARTEN, 2010, p. 82), e em “The Loser”, perfil do boxeador Floyd Patterson, que ao destruir a imagem de um atleta invencível e impenetrável “marcou um novo patamar para a revista, ousadamente inovador mas cheio de simpatia para seu personagem” (WEINGARTEN, 2010, p. 84). Talese continua até hoje dedicado à escrita criativa, não acreditando que suas obras jornalísticas sejam menos elaboradas do que as produções dos ficcionistas (VILAS BOAS, 2002, p. 82).

O perfil ditado pelas novas regras do *New Journalism* encontrou espaço também no *New York Herald Tribune*, no qual se destacaram Jimmy Breslin e Tom Wolfe. Breslin se dedicou aos perfis dos indivíduos das classes mais baixas que não se atêm às regras impostas pelas sociedades. Os malandros, trapaceiros e vigaristas eram seus personagens favoritos. A descrição era tão realista e vívida que muitos colegas de redação e da concorrência duvidavam da veracidade daqueles tipos (WEINGARTEN, 2010, p. 97). Na morte do presidente John F. Kennedy, Breslin mostrou que o perfil era válido até para as *hard news*: “It’s an Honor” conta a história do coveiro Clifton Pollard, que enterrou o presidente morto (WEINGARTEN, 2010, p. 101).

Foi das páginas do *Tribune* que saiu também Tom Wolfe, que chegou para a *Esquire* para escrever um perfil do lutador Cassius Clay, no qual pôde “registrar a cena acrescentando detalhes peculiares que outros repórteres poderiam achar secundários, mas que na verdade eram cruciais para cada acontecimento em questão – e para a *mise-en-scène* meticulosamente construída por Wolfe” (WEINGARTEN, 2010, p. 109). Wolfe produziu o manifesto Novo Jornalismo em 1973, que apresenta as características da corrente, no qual descreve quatro

recursos oriundos da literatura que podem ser habilmente utilizados pelos jornalistas para escrever seus textos não ficcionais e que serão explicados com minúcia no capítulo a seguir: reconstrução cena a cena, registro de diálogos completos, alternância de ponto de vista e detalhamento das características simbólicas dos personagens (PENA, 2006, p. 54).

O toque feminino do *New Journalism* veio com Joan Didion, que escreveu em 1966 “How Can I Tell Them There’s Nothing Left?”, reportagem centrada em uma única personagem, a menina Lucille Miller, que foge da casa dos pais em busca de uma nova vida e se envolve com um crime. A pesquisa intensa mostra que essa nova maneira de fazer jornalismo podia dar prioridade à linguagem, mas não esquecia o conteúdo.

Para esta reportagem, Didion entrevistou Miller, seus amigos e membros de sua família, além dos advogados de defesa e acusação, e estudou meticulosamente transcrições do tribunal para reconstituir cuidadosamente a cronologia do assassinato e dos acontecimentos posteriores. A reportagem é estruturada como um filme *noir*; Didion desenrola habilidosamente a narrativa, sem perder a mão (WEINGARTEN, 2010, p. 146).

Uma linha mais radical dessa maneira de jornalismo que abominava o *lead* e a pirâmide invertida foi representada pelo Jornalismo Gonzo, cujo grande mentor foi Hunter S. Thompson. O Jornalismo Gonzo pode ser definido como “o envolvimento profundo e pessoal do autor no processo da elaboração da matéria” (PENA, 2006, p. 57). Questionando a pretensa objetividade e imparcialidade do profissional de comunicação, essa linha radical propõe uma escrita em que haja identidade profunda com o autor, recheado com muita ironia, sarcasmo e outras figuras de linguagem (PENA, 2006, p. 57).

O livro *Hell’s Angels*¹², que virou sucesso internacional, mostrava um jornalismo de contato intenso entre fonte e repórter, servindo de base para a essência do Gonzo, no qual “a observação factual termina quase sempre em segundo plano diante do confessionalismo ébrio” (PIZA, 2003, p. 27). Thompson aplicou também essa técnica à escrita de perfis como o do esquiador Jean Claude Killy, recusado pela revista *Playboy* pela ilação construída entre o personagem e a

¹² *Hell’s Angels* é um livro-reportagem que mostra a experiência de Thompson com um grupo de motoqueiros que aterrorizou a Califórnia dos anos 60, numa época em que se quebrou paradigmas de liberdade sexual e moral.

situação norte-americana da época, de celebridades imersas num mundo de fama e dinheiro (WEINGARTEN, 2010, p. 270).

O movimento *New Journalism* já desfrutou seu auge e declínio, mas encontrou maneiras de persistir na linguagem jornalística. É o que propõe o *New New Journalism*, corrente que prega um jornalismo ativista, que propõe questionamentos e tenta chegar a conclusões que possam melhorar o mundo em que vivemos (PENA, 2006, p. 60). Inegável então a influência que essa maneira de fazer reportagem causou para o ambiente profissional.

Os jornalistas praticantes do *New Journalism* procuravam captar o real mergulhando no sensório, a fim de recriar e produzir, com a maior extensão possível, a vida de um personagem ou a amplitude de algum tema. Eles sentiam que não havia como retratar a realidade senão com cor, vivacidade e presença, tentando viver na pele as circunstâncias e o clima inerente a seus personagens reais (VILAS BOAS, 2002, p. 91).

Esse aporte dos elementos textuais próprios da ficção para o texto jornalístico contribuiu para sofisticar o texto e abriram caminho para os repórteres que viriam a se aventurar nas biografias jornalísticas.

3 JORNALISMO BIOGRÁFICO

Além do trabalho em meios de comunicação, o jornalista pode realizar uma reportagem através de uma plataforma duradoura, que não precisa de renovação constante e que permite aprofundamento. Esse suporte é o livro-reportagem, “veículo de comunicação impressa não-periódico que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalística periódicos” (LIMA, 2009, p. 26). Esse livro tem a função de informar com profundidade, trazendo pontos de vista diferentes daqueles encontrados na abordagem corriqueira, sobre determinado fato ou determinada pessoa (LIMA, 1993, p. 207). O espaço que o livro-reportagem alcançou no mercado editorial brasileiro foi baseado em grande parte nas obras biográficas que detêm a preferência do público nesse gênero (LIMA, 2009, p. 3). Logo, há uma importância considerável para o livro-reportagem que tem como assunto a vida de uma pessoa, também denominado biografia jornalística.

O primeiro jornalista brasileiro que se aventurou com sucesso pela seara das biografias foi Alberto Dines, que em 1981 lançou o livro *Morte no Paraíso*, que conta a vida do escritor e ensaísta alemão Stefan Zweig, foragido do nazismo que se suicidou no Brasil em 1942. Essa obra marcou a primeira investida de um profissional do jornalismo numa área que não possuía vendas exorbitantes e até então era exclusiva de acadêmicos e literatos (VILAS BOAS, 2008, p. 35). Dines utilizou sua experiência do dia a dia (foi por mais de uma década editor-chefe do Jornal do Brasil, no período de modernização da imprensa brasileira) para descrever a vida de quem tinha como ofício a retratação da vida alheia em profundidade.

Acho que a geração de biógrafos ex-repórteres trouxe uma boa contribuição para o biografismo brasileiro. O biografismo, com os jornalistas, passou a mexer em outras coisas além de arquivos consagrados e classificados - documentos da Biblioteca Nacional, por exemplo, tinham enorme status entre historiadores e acadêmicos. A experiência de reportagem só ajuda. Um bom jornalista sabe onde e como encontrar o que precisa; sabe refletir sobre os fatos (...) Os jornalistas são atentos às contradições e lacunas dos documentos. (DINES, 2008, p. 116).

As biografias passaram a ser sucesso de vendas no Brasil a partir dos anos 1990, com a contribuição de três jornalistas: Ruy Castro, Fernando Morais e Jorge

Caldeira. “Seus livros combinavam pesquisa meticulosa e narrativa carismática; apesar de longos e bem documentados, garantiam leitura cativante” (FRIAS FILHO, 2011, p. 4). A influência que o jornalismo trouxe para o fazer biográfico é perceptível, encontradas nas técnicas e nos dilemas típicos do ofício jornalístico.

Esse *boom* da última década do século XX trouxe uma enxurrada de obras feitas por jornalistas, mas que não mantinham o mesmo nível de qualidade. Na visão de Vilas Boas, “no geral, a maioria delas são biografia, digamos, de segunda linha, estreitas, meramente informativas (eu diria até relatoriais) e, talvez por isso, já esquecidas” (VILAS BOAS, 2008, p. 197).

As três condições essenciais que Edvaldo Pereira Lima elenca para a caracterização do livro-reportagem estão presentes nas biografias jornalísticas: conteúdo, tratamento e função. O conteúdo corresponde ao real, à descrição de personagens e acontecimentos que realmente aconteceram (LIMA, 2009, p. 27). Na biografia, esse pacto com o leitor é a base de sua existência: não se encontra ali um personagem ficcional ou histórias inventadas. Essa relação com a verdade, contudo, é um aspecto da biografia que sofre críticas e será detalhado ao longo do capítulo.

O tratamento da linguagem e da montagem do texto dessas biografias, por sua vez, também é predominantemente jornalístico, guiando-se sempre por um texto claro, conciso e que consiga passar a mensagem da maneira mais direta possível (LIMA, 2009, p. 28). O jornalismo traz uma linguagem mais objetiva, que pode evitar alguns recursos estilísticos que tentam meramente promover o objeto sem qualquer amparo em fatos. O uso excessivo de superlativo, por exemplo, é um problema encontrado em algumas biografias, que insistem em trazer um sujeito único que realizou as maiores tarefas já vistas pela humanidade. Tal exagero, no entanto, acaba por transformar a vida humana em uma mercadoria que está sendo exposta, pela qual o biógrafo utiliza os métodos mais frívolos para vendê-la (LOWENTHAL, 1961, p. 131).

Por fim, quanto à função do livro-reportagem, a biografia informa com detalhamento extremo sobre uma figura humana, o que serve para a contextualização da vida daquele indivíduo na sociedade, bem como ajuda o leitor a entender o próprio mundo e suas experiências (LIMA, 2009, p. 39). Assim como o jornalismo se dispõe a ser o mensageiro dos fatos da atualidade (LIMA, 2009, p. 12), a biografia serve para entender a atualidade a partir das pessoas ali retratadas.

As dificuldades do gênero no Brasil podem ser explicadas pelos hábitos culturais do país. Na realidade norte-americana houve uma incorporação da biografia como parte integrante da cultura, sempre alastrada em pesquisas densas e toques jornalísticos (DINES, 2008, p. 117)¹³. As biografias produzidas nos Estados Unidos, além disso, contam com a larga experiência acumulada na escrita de livros-reportagem pelos americanos, que conseguem aliar um estilo adequado com a densidade de conteúdo, que permite uma verticalização sobre o assunto tratado (LIMA, 2009, p. 5).

O biografismo brasileiro ou luso-brasileiro não se desenvolveu por razões que a antropologia poderia estudar: a sociedade tribalista, fechada não admite o Outro, só admite iguais. E dessa forma nosso biografismo foi prensado entre a apologia ou hagiografia e a iconoclastia (VILAS BOAS, 2008, p. 140).

Nesse contexto em que a biografia serve apenas para santificar ou para destruir a imagem do biografado, há espaço para que o jornalismo sirva de instrumento para uma construção biográfica mais adequada.

3.1. JORNALISMO LITERÁRIO

Uma obra como a biografia está presa a algumas limitações que outros gêneros não possuem, como “a contenção cautelosa, a avaliação solene de cada “indício”, a humildade das fórmulas do tipo “ela deve ter sentido” ou “é provável que ela tenha pensado” (MALCOLM, 2012, p. 26). Por não desfrutar do total desprendimento que um ficcionista possui para contar fatos da maneira que lhe convém, o biógrafo precisa recorrer a outros instrumentais que sejam igualmente capazes de fornecer um bom relato. No âmbito das biografias jornalísticas, o jornalismo literário é a corrente mais indicada e utilizada para produzir as obras biográficas.

¹³ A tradição biográfica norte-americana também se aproveita do entendimento do sucesso como dádiva divina, ao contrário da visão da sociedade brasileira sobre o assunto, como bem exemplifica o mito do Tio Patinhas nos quadrinhos Disney, que deixam claro que “incorpora-se a riqueza à sociedade mediante o espírito” (DORFMAN; MATTELART, 1980, p. 75).

Jornalismo literário pode ser definido como a prática da “reportagem interpretativa, com teor subjetivo, pique narrativo e recursos da ficção como a atenção a detalhes e vozes” (PIZA, 2003, p. 24). Conhecida também como literatura de não-ficção ou jornalismo de autor, esse gênero é criticado por ser um híbrido entre as duas áreas, além de não ser considerado jornalismo por alguns e, caso fosse enxergado como literatura, ser uma expressão literária de baixa qualidade (SUZUKI Jr., 2002, p. 170). É nessa vertente do ofício jornalístico que a história a ser contada recebe o melhor tratamento possível, pensada como um escritor pensa o desenrolar de um trabalho ficcional.

Em Jornalismo Literário, a trama, no sentido de tecedura, é igualmente fundamental à narrativa; e esta requer, no mínimo, cenários, personagens, ações e uma voz de autor, alguém com uma personalidade discernível e algum sentido de relacionamento com o leitor-telespectador-ouvinte-internauta a fim de conduzi-lo(a) na direção de um ponto, um desfecho (VILAS BOAS, 2008, p. 233).

A abordagem que o jornalista tem da matéria deve fugir à frieza e à correria típicas do labor cotidiano de uma redação. Não é uma tarefa que envolve apenas coletar a informação e redigir um determinado número de caracteres conforme for determinado. “Terminada a exaustiva apuração, o jornalista literário expressa a voz com mais liberdade do que no âmbito do jornalismo convencional ou, na expressão de Ben Yagoda, faz “os fatos dançarem” (SUZUKI Jr, 2002, p. 171).

O envolvimento é indispensável para que se produza esse jornalismo. “Os sentimentos são condição *sine qua non* para a prática do jornalismo literário. Antes de racionalizar, precisamos sentir, como fazem artistas e cientistas” (VILAS BOAS, 2008, p. 71).

O aspecto mais marcante do jornalismo literário envolve a questão autoral, que é revestida de importância fundamental. Não há intenção de esconder a existência de uma influência na construção do texto, seja nos fatos abordados seja na linguagem utilizada para contá-los.

Na escrita jornalística, foi essa “voz autoral” que deu visibilidade ao Jornalismo Literário na época do *New Journalism* (nos anos 1960). As principais técnicas literárias para expressá-la eram: descrições minuciosas, diálogos, construção cena a cena, pontos de vista variáveis, digressões, monólogos interiores e fluxos de consciência – as três primeiras costumam ser usadas, eventualmente, pelos biógrafos contemporâneos (VILAS BOAS, 2008, p. 195).

O jornalismo literário não foi inventado pela *The New Yorker*, apesar de que esta revista possa ser considerada como um espaço permanente de jornalismo de qualidade dessa espécie (PIZA, 2003, p. 24). Outra publicação que contribuiu em grande escala para a boa produção desse Jornalismo Literário foi a *Esquire* que, no auge do movimento *New Journalism*, conseguiu trazer peças que mesclavam tramas reais e recursos ficcionais (PIZA, 2003, p. 27).

Os recursos característicos do jornalismo literário foram descritos por Tom Wolfe, conforme mencionado no capítulo anterior, e serão objeto de análise detalhada a seguir. Suas aparições remontam à biografia que marcou a Idade Contemporânea, *The Life of Samuel Johnson*, na qual o autor Boswell já utiliza tais recursos. Considerando que “a biografia se processa como atos de uma peça de teatro, com abundância de diálogos e detalhamentos wolfeanos de status de vida” (VILAS BOAS, 2008, p. 198), essas ferramentas são essenciais para entender a linguagem que o jornalismo literário oferece.

3.1.1 Construção cena a cena

Esse recurso não é uma novidade da contemporaneidade. Autores clássicos já recorriam à estruturação de biografias em episódios anedóticos¹⁴ para construir o personagem em estudo. “O episódio anedótico é invocado porque seu impacto memorável corporifica a virtude que se quer enaltecer ou o vício que se quer deplorar” (FRIAS FILHO, 2011, p. 5). Não havia a intenção moderna voltada para o indivíduo, mas o recorte de situações específicas já era utilizado.

Levado ao auge pelos praticantes do *New Journalism*, esta técnica sofreu preconceito de alguns tradicionalistas, mas passou a ser adotada como base do jornalismo literário. Uma definição possível é um “relato detalhado do acontecimento à medida que se desenvolve, desdobrando-o, como numa projeção cinematográfica, para o leitor” (LIMA, 1993, p. 158).

¹⁴ Anedota representa, neste sentido, um detalhe curioso que não ocupa o centro da narrativa. Não se compreende função humorística nessa construção anedótica.

A construção cena a cena, contudo, não pode se transformar em um trecho de puro entretenimento, que não seja parte de um processo de construção de identidade biográfica. A demanda por informação instantânea e descontextualizada não pode se sobrepor ao objetivo final de estabelecimento de um ser através da biografia (FRIAS FILHO, 2011, p. 5).

3.1.2 Diálogo

Os diálogos são responsáveis por deslocar o leitor para dentro do universo que o texto retrata da maneira mais simples possível, sem ser preciso recorrer a outras artimanhas discursivas. (VILAS BOAS, 2002, p. 84).

Tal técnica pode ser exemplificada com o seguinte trecho da biografia *Chatô: o Rei do Brasil*:

Quando apareceu em sua casa em Buenos Aires o tenente Siqueira Campos, um dos primeiros a sondá-lo sobre a conspiração que estava em curso no Brasil, Prestes fez uma pergunta desconcertante a seu velho companheiro de Coluna:

- Mas Siqueira, você vai participar de uma revolução junto com Artur Bernardes, Epitácio Pessoa, Borges de Medeiros, com essa cambada toda?

- Esses são os primeiros que eu fuzilo.

Prestes riu do que considerou uma ingenuidade romântica:

- Imagine! Eles o fuzilam primeiro, porque a força está com eles, não com você (MORAIS, 1994, p. 216).

O diálogo permite que os personagens sejam apresentados de forma natural, com a construção de suas nuances e contradições.

3.1.3 Alternância de ponto de vista

Quanto à alternância de foco narrativo, esse recurso é válido por apresentar os fatos sob o ponto de vista de um personagem específico, o que agrega diversidade à construção do relato jornalístico (WOLFE *apud* VILAS BOAS, 2002, p. 86).

Na definição trazida por Edvaldo Pereira Lima, é possível caracterizar esse instrumental como:

(...) um aparato ótico que penetra na contemporaneidade para desnudá-la, mostrá-la ao leitor, como se fosse uma extensão dos próprios olhos dele, leitor, naquela realidade que está sendo desvendada. Para cumprir tal tarefa, a narrativa tem de selecionar a perspectiva sob a qual será mostrado o que se pretende. Em outras palavras, deve optar na escolha dos olhos – e de quem – que servirão como extensores da visão do leitor (LIMA, 2009, p. 160).

Ao transitar por múltiplos personagens e, por consequência, múltiplos pontos de vista, o autor consegue construir um texto dinâmico e informativo ao mesmo tempo. Os relatos em primeira pessoa (o monólogo interior) e as várias percepções dos terceiros podem agregar força que a maioria dos relatos jornalísticos não possui, pois optam por fixar o foco narrativo em um narrador onisciente em terceira pessoa (LIMA, 2009, p. 162).

3.1.4 Descrição detalhada

Por fim, a reconstituição minuciosa dos símbolos que caracteriza um personagem engloba a descrição de ambientes, objetos, hábitos, maneiras de falar e se vestir, o que “talvez seja a ferramenta mais imprescindível para biógrafos, e a menos compreendida pelos resistentes discípulos da pretensa objetividade” (VILAS BOAS, 2002, p. 88).

Nessa descrição promovida pelo biógrafo também deve recorrer a uma linguagem que abusa das substituições de nomes, com o intuito de estimular a criação dos espaços presentes na biografia (LOWENTHAL, 1961, p. 132). São estes ambientes que circundam o biografado que auxiliam na reconstrução de sua trajetória bem como na formação de um retrato da sociedade na qual ele está inserido. Esses detalhes presentes na vida do biografado não podem ser ignorados, uma vez que concede uma visão global imprescindível para o gênero biográfico.

3.2 A PARCIALIDADE DA BIOGRAFIA : BIÓGRAFO E BIOGRAFADO

O jornalismo já aceita que o repórter não é isento ou neutro, mas um ser cujo posicionamento é inevitável (BUCCI, 2000, p. 49). Essa carga de valores se apresenta de maneira mais perceptível na distinção entre sujeito e objeto. Esse conflito é proveniente da consolidação das ciências humanas, quando passou a ser evidente que, ao contrário do que acontece nas ciências exatas, “sujeito e objeto ganham sua existência não na natureza, e sim na linguagem, ou seja, no simbólico, e mais ainda, ambos se enxergam não como sujeito e objeto, enxergam-se como sujeitos que se olham como outros” (BUCCI, 2000, p. 92). O jornalismo está imerso nessa mesma discussão, mas que é ignorada no decorrer da atuação profissional tanto pelos produtores de notícia quanto por seus receptores.

Na prática, o jornalismo sabe que a objetividade é redondamente impossível. Também, na prática, contudo, todos continuam acreditando nela – e ela está no fundamento do pacto de confiança que a imprensa mantém com a sociedade. O pacto tem contradições internas. (...) *não há nenhum distanciamento cultural entre o homem que é repórter, o homem que é notícia e o homem que é destinatário da informação* (BUCCI, 2000, p. 92).

Eugênio Bucci aponta que a objetividade depende do claro entendimento de que o jornalismo não trabalha com objetos, pois todos são sujeitos – do que escreve a notícia, quem é retratado nela e quem a lê. Logo, a objetividade viria de “uma justa, transparente e equilibrada apresentação da intersubjetividade” (BUCCI, 2000, p. 93). Não há bom jornalismo sem que haja envolvimento emocional do jornalista com sua pauta, uma vez que a indiferença não contribui de maneira alguma para o fazer noticioso (BUCCI, 2000, p. 94).

Esses valores dos quais o ser humano não pode se desprender recaem na escolha de um indivíduo para que seja biografado, que não é isenta de influências. Tal quais os critérios de noticiabilidade norteiam o processo de escolha das notícias, um possível biografado deve atender a alguns critérios.

A necessidade de transparência para o leitor é imperiosa, já sendo uma das principais características do *New Journalism* (VILAS BOAS, 2008, p. 183). Não há que se falar em escritor neutro em face de seu biografado. A biografia é um reflexo

de uma relação que se estabelece entre biógrafo e biografado, que precisa de algum motivo para ser iniciada.

Parece que a boa biografia depende do magnetismo entre duas personalidades – de uma dialética peculiar em que o biógrafo cria, por sua própria conta e risco, o sentido apenas sugerido na vida do biografado, dispersiva e amorfa como a de toda pessoa (FRIAS FILHO, 2011, p. 4).

Existe o que poderia ser considerado uma “impossibilidade psicológica” de escolher algum dos lados narrados, pois “o ato de escrever não pode ocorrer num estado de ausência de desejo” (MALCOLM, 2012, p. 193). O equilíbrio que o biógrafo sugere e até mesmo seu distanciamento dos sujeitos que aparecem na obra são criações retóricas utilizadas para que o produto biográfico que resulta do seu trabalho seja aceito pela comunidade. No entanto, é impossível pensar em um biógrafo que não se envolva com os acontecidos, que não se importe com a história de vida por ele contada (MALCOLM, 2012, p. 193).

Fica evidente que a relação entre biógrafo e biografado não é marcada pela passividade (VILAS BOAS, 2008, p. 27). A partir do momento em que começam as pesquisas e o autor imerge no universo do seu biografado, é estabelecida uma relação que não pode ser desconsiderada, uma vez que “nenhum biógrafo respeitável pode permanecer à sombra de seu biografado (vivo ou morto) tanto tempo, pesquisando-o, interpretando-o diariamente, às vezes durante vários anos, e não ser tocado por essa experiência” (VILAS BOAS, 2008, p. 24). É possível dizer que no biografismo tal como no jornalismo “a objetividade possível não é portanto a correspondência fria de uma descrição a objetos inanimados ou inumanos, mas o impacto quente dos fatos produzidos por seres humanos no discurso ininterrupto do jornalismo (BUCCI, 2000, p. 95)

A biografia deve ser entendida como uma obra de autor, que tem uma presença constante em todo o trabalho. É sua visão de mundo que vai condicionar o seu contato com o leitor e sua maneira de contar a história do biografado (LIMA, 2009, p. 83).

O caminho sugerido e viável parece ser extraído das reflexões de Vilas Boas, que expõe que:

o biógrafo pode, se quiser, dar transparência à narrativa: posicionando-se comedidamente em primeira pessoa, sem emitir julgamentos morais, mas

firmando um ‘eu-convincente’; oferecendo pitadas de making-of para compartilhar processos intelectuais e intuitivos seus e dos outros; minimizando seu afã cartesiano; e tornando-se mais consciente sobre o seu relacionamento com o biografado –e, conforme o caso, expressando esse relacionamento na (ao longo da) narrativa (VILAS BOAS, 2008, p. 209).

Sem ilusões de verdade ou imparcialidade, mas com recursos estilísticos que capturam a atenção, o jornalista está apto a escrever uma biografia, que desempenha um papel importante na construção da história.

3.3 A VERDADE NAS BIOGRAFIAS

Uma discussão que envolve todo o ramo biográfico diz respeito à verdade alcançada pela biografia. O jornalismo já passa por uma discussão semelhante, no qual há uma forte constatação de que “é unânime que a primeira obrigação do jornalista é com a verdade – com ‘dizer a verdade’” (VILAS BOAS, 2008, p. 155). Na prática jornalística, encontrar a verdade é um objetivo do profissional e também um imperativo ético, sob o qual ele deve avaliar suas ações (BUCCI, 2000, p. 50). Essa pretensão de alcançar a verdade não consegue ser alcançada, mas é a baliza para toda a produção do profissional.

Denis Diderot disse certa vez: “Deve-se exigir de mim que eu procure a verdade. Não que a encontre.” A frase serve de consolo a todo repórter e todo editor no final de uma jornada. Mas só procurar a verdade não basta. É preciso entregar ao público, pelo menos, alguma pista a mais. Do jornalista, deve-se esperar que ele procure a verdade, mas não só: deve-se esperar que ele faça um progresso, por mínimo que seja (BUCCI, 2000, p. 51).

A verdade que a imprensa consegue trazer é uma verdade precária, que está longe de abranger a veracidade total dos fatos, mas representa um laço de confiabilidade entre o leitor e o repórter. Ao consumir um produto jornalístico, há a confiança compartilhada de que aquele veículo possui credibilidade e trará as informações da forma mais completa possível (BUCCI, 2000, p. 52).

No fazer biográfico, são muitas as opiniões quanto ao alcance da obra biográfica. Ruy Castro, que já escreveu três biografias de grande sucesso no

mercado editorial, acredita que a biografia pode se aproximar de uma totalidade que englobaria toda a verdade.

Se o biógrafo se dedicar ao biografado por um mínimo de três anos “full-time” e ouvir pelo menos 200 pessoas – e, algumas, tantas vezes que a média entre elas costuma dar cinco –, tem-se que o autor terá feito mil entrevistas (ao vivo ou por outros meios). É inevitável que, por mais oculto, tudo de significativo na vida do biografado apareça. (CASTRO, 2012, p. A2).

Essa crença entende que nenhum acontecimento permanecerá desconhecido e todas as controvérsias estarão esclarecidas, pois, “supostamente, o “bom” biógrafo é capaz de discriminar entre os depoimentos das testemunhas e ter as antenas ligadas para detectar as distorções tendenciosas, as falsas recordações e as mentiras puras e simples” (MALCOLM, 2012, p. 149).

Tal posicionamento diverge do apresentado pelos teóricos da área. Sérgio Vilas Boas expõe peremptoriamente que não é possível compreender a totalidade do ser humano (VILAS BOAS, 2008, p. 77) e formula uma concepção que se choca frontalmente com o que o biógrafo carioca propõe, ao defender que os trabalhos encontrados nas livrarias atualmente apenas “atendem a um certo escapismo dos biógrafos, que fingem entregar uma história 100% factual, redondinha, com princípio-meio-fim, com verificações facilmente ao alcance, significados totalizantes e coerência global” (VILAS BOAS, 2008, p. 238).

O incessante esforço em sempre chegar à verdade do biografado é uma sombra que paira sob os biógrafos e só se presta a atrapalhar o processo (VILAS BOAS, 2008, p. 155). Há um pensamento corrente de que quanto mais informações forem acumuladas, maior será o grau de veracidade (daí as costumeiras obras gigantescas que são até divididas em tomos). Tantos dados, no entanto, não serão a garantia de maior consistência na obra (VILAS BOAS, 2008, p. 157). É um pecado no qual incorrem os biógrafos, que acreditam serem capazes de solucionar o mistério da vida alheia apenas com o auxílio desses dados, que nunca conseguirão abranger todas as situações que compõem uma existência humana (MALCOLM, 2012, p. 151).

O biografado que aparece ao final da leitura de uma biografia é uma construção textual, que nunca corresponderá corresponde com a exatidão sonhada à realidade. O sujeito retratado é o resultado de um sistema de discursos, de

narrativas que são sobrepostas e confrontadas ao longo de toda a obra (VILAS BOAS, 2008, p. 164).

O biógrafo e o biografado são sujeitos no mundo. O mundo está dentro deles, e vice-versa. Portanto, a biografia (livro) é um corpo no mundo, jamais o *mundo*. No fundo, embora isso escape ao senso comum, os biógrafos não tecem a ou uma verdade sobre alguém. Eles tecem percepções (racionais e sensoriais) sobre alguém. (VILAS BOAS, 2008, p. 169).

Para Vilas Boas, ainda, a ideia de que haja uma biografia definitiva não pode ser levada a sério, não havendo base para uma pretensão de verdade absoluta (VILAS BOAS, 2008, p. 170). O caminho para um bom trabalho residiria numa ênfase à visão pessoal do biógrafo, já que para o próprio leitor “as melhores biografias não serão as que encerram maior número de documentos e citações, mas as que, no conjunto, nos proporcionem uma nítida e impressão do autor sobre a vida e a personalidade de um ser humano” (VILAS BOAS, 2008, p. 173).

Janet Malcolm expõe o conflito de que o biógrafo não está autorizado a levantar dúvidas sobre o alcance do seu trabalho, sob pena de afastar os leitores que consomem o gênero na promessa de encontrar um universo fechado e sem falhas ou omissões (MALCOLM, 2012, p. 16). Não há espaço para que se construa um discurso sobre a atividade, pois “a tarefa do biógrafo, como do jornalista, é satisfazer a curiosidade dos leitores, e não demarcar os seus limites. Sua obrigação é sair a campo e, na volta, entregar tudo” (MALCOLM, 2012, p. 17).

Harold Nicolson entende que a busca pela verdade nas biografias levará a uma complexidade extrema, sendo possível de compreensão apenas para os já familiarizados com a área de conhecimento do biografado em questão, em detrimento da leveza e da atratividade. Nos seus dizeres, “plus la biographie deviendra une science, moins elle sera un genre littéraire¹⁵” (NICOLSON *apud* MAUROIS, 1930, p. 107).

Atingir a verdade, ainda que como objetivo ideal-típico, é dependente das fontes as quais se tem acesso. Os documentos originais são sempre preferíveis aos testemunhos pessoais, impregnados com uma visão delimitada do interlocutor (MAUROIS, 1930, p. 108). As múltiplas facetas dos indivíduos são a prova de que

¹⁵ Em tradução livre: quanto a mais a biografia se tornar uma ciência, menos ela será um gênero literário.

não existe um ser biografado à espera de ser encontrado, pois “há tantas vidas num indivíduo quantos biógrafos que se disponham a se escrever sobre ele” (FRIAS FILHO, 2011, p. 5).

Os depoimentos testemunhais aos quais se têm acesso são relatos humanos, por isso mesmo, sujeitos às imperfeições da natureza humana. O depoente, ao compartilhar suas impressões com o biógrafo, escreve um relato próprio, livre de vergonha ou inibição, mas que é marcado pela sua experiência (MALCOLM, 2012, p. 182).

Mesmo os diários, que seriam a fonte ideal para embasar a pesquisa biográfica, não estão imunes a interferências propositais ou até inconscientes do seu autor.

Même si nous ne considérons que les périodes pour lesquelles nous possédons un journal, comment être certain que celui-ci représentait alors exactement la pensée de l'homme qui l'écrirait? Certains journaux sont destinés à la postérité; l'auteur y adopte une attitude et se représente avec complaisance l'effet que fera cette attitude sur le lecteur. Même quand le journal est authentiquement destiné à ne pas être lu, il est très fréquent que l'écrivain pose devant lui-même. Il a imaginé une certaine attitude, il la trouve belle et il goûte un plaisir esthétique à l'exagérer. (MAUROIS, 1930, p. 113)¹⁶

Os documentos são importantes quando podem ser confrontados entre si, de forma que eventuais contradições sejam descobertas e, mesmo que não possam ser solucionadas, nos revelem quais são os lados que formam o biografado. A técnica para construir essas facetas exige mais habilidades artísticas do que literárias (MAUROIS, 1930, p. 118).

As cartas representariam a classe de documentos mais útil para recuperar a vida alheia, uma vez que os sentimentos e hábitos de uma época permanecem para sempre em uma carta escrita nesse período. “Apenas quando lê as cartas de alguém o biógrafo sente sua presença plena, e só quando cita suas cartas consegue transmitir a seus leitores a sensação de apresentar-lhes a vida capturada” (MALCOLM, 2012, p. 123). O biógrafo e o leitor compartilham através das cartas a

¹⁶ Em tradução livre: Mesmo se considerarmos que os períodos durante os quais possuímos um diário, como estar certo que ele representa exatamente o pensamento do homem que o escreveu? Alguns diários são destinados à posteridade; nesses, o autor adota uma atitude e se representa de forma a criar esse efeito no leitor. Ainda que o jornal seja destinado a nunca ser lido, é muito frequente que o escritor se posicione diante de si. Ele imagina uma certa atitude, considera-a bela e degusta um prazer estético em exagerá-la.

experiência de *voyeur* (MALCOLM, 2012, p. 123), que é típica da experiência moderna¹⁷.

André Maurois entende que não há uma verdade a ser alcançada pelo biógrafo de maneira idêntica a que um cientista natural procura as verdades da natureza. Não há uma verdade única a ser encontrada, mas aspectos de personalidade que podem ser delineados, aos quais o biógrafo deve se dedicar “avec toute notre attention, avec tout notre respect, avec toute notre intelligence, mais aussi avec les facultés de divination artistique que nous pouvons posséder¹⁸” (MAUROIS, 1930, p. 138). A verdade no biografismo depende assim tanto da acurácia na pesquisa quanto da técnica utilizada para contar a história de vida do seu objeto.

O leitor não está mais interessado apenas na compilação de números, fatos e conceitos. Há uma busca pelas explicações dos processos que resultaram na vida descrita na obra, de maneira a clarificar as razões escondidas num olhar panorâmico (LOWENTHAL, 1961, p. 134).

A mostra das facetas do indivíduo não deve ainda ficar presa apenas no acompanhamento da carreira profissional, como se essa fosse a digna de ser conhecida mais a fundo. Todas as camadas do biografado são merecedoras de constarem na biografia, pois são igualmente importantes na construção do personagem (VILAS BOAS, 2008, p. 152).

Preocupações com reconstituições históricas muito detalhadas também devem passar longe do ofício do biógrafo.

Il ne faut pas que le biographe veuille trop jouer à l'historien. Les objets poursuivis sont différents. La biographie est l'histoire de l'évolution d'une âme humaine: l'histoire doit être ici ce qu'est, pour le peintre de portraits, le fond sur lequel il place son modèle¹⁹ (MAUROIS, 1930, p. 145).

O trabalho do jornalista-biógrafo não é o de historiador, que tem amplo embasamento teórico e metodologia passível de ser justificada. A reconstrução histórica que o biógrafo produz é nada mais que uma tentativa de situar a situação

¹⁷ Ver capítulo 1.1

¹⁸ Em tradução livre: com toda nossa atenção, com todo nosso respeito, com toda nossa inteligência, mas também com todas as faculdades da adivinhação artística de que possamos dispor.

¹⁹ Em tradução livre: Não é necessário que o biógrafo queira se passar por historiador. Os objetos perseguidos por ambos são distintos. A biografia é a história da evolução de uma alma humana: a história deve ser nesse caso, como é para o pintor de retratos, o fundo sob o qual ele posiciona seu modelo.

vivida e permitir a comparação com o contemporâneo, com aquilo que o leitor vive (LIMA, 2009, p. 45).

Diante disso, é possível compreender que não há verdade absoluta, pois “biografias revelam tanto quanto ocultam. Podem nos parecer superconsistentes sob o disfarce da historiografia, da psicologia, do ensaio literário e da linguagem jornalística ágil, às vezes criativa e instigante” (VILAS BOAS, 2008, p. 159). O leitor de biografias permanece na eterna dúvida em relação aos fatos narrados: ao contrário da ficção, na qual a certeza é legitimada pela escrita do autor, os campos da não-ficção (e aí inclusos o jornalismo e a história) não dão ao leitor certezas incontestáveis nem lacunas totalmente preenchidas (MALCOLM, 2012, p. 170).

3.4 BIOGRAFIA – LIDANDO COM A MEMÓRIA

As críticas a que são submetidas os trabalhos biográficos quanto à imprecisão dos fatos ali narrados não pode ser dissociada da memória. A memória tem uma primeira definição como “conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele represente como passadas” (LE GOFF, 2003, p. 419). Lembrar um fato ocorrido, no entanto, é uma atividade que é básica do ser humano, ainda que de maneira imprecisa. A modernidade implica reconhecer que

a prática dessa narrativa é um direito e, ao exercê-lo, embora subsista a parte incompreendida do passado, e à narração não consiga responder às perguntas que a geraram, a lembrança como processo subjetivo abre uma exploração necessária ao sujeito que lembra (e ao mesmo tempo o separa de quem resiste a lembrar (SARLO, 2007, p. 56).

A memória não pode ser definida como “la memoria objetiva del pasado, no es una huella, o un rastro que podamos mirar, como se mira un álbum de fotos, sino que implica interpretación y construcción²⁰” (LARROSA, 2004, p. 15). A memória, na concepção de Beatriz Sarlo, é um bem comum, um dever (como se disse no caso

²⁰ Em tradução livre: a memória objetiva do passado, não é uma pegada ou rastro que possamos olhar como se olha um álbum de fotos, uma vez que implica interpretação e construção.

européu²¹) e uma necessidade jurídica, moral e política” (SARLO, 2007, p. 47). No entendimento comum, memória é associada a uma permanência contínua de ideias, que não envolvem recuperação de algo esquecido (ROSSI, 2010, p. 15).

O ato de recordar possibilita que um sujeito finalmente se aproxime de uma verdade sobre um fato que ele então desconhecia ou só entendia em fragmentos isolados (SARLO, 2007, p. 56). Essa memória pode ser alcançada através de uma intervenção, que leva as recordações a serem ordenadas em uma narrativa convencional, na qual o presente é um fator determinante (SARLO, 2007, p. 57).

A concepção que atrela memória a discurso relaciona a maneira como nos enxergamos e como os outros nos enxergam às construções narrativas das quais tomamos parte. A construção de identidade, desta forma, envolve uma política de discurso, através do qual o indivíduo pode formar e modificar sua própria consciência de si (LARROSA, 2004, p. 12).

A memória é entendida neste contexto como uma experiência narrativa que parte de um ponto no passado em direção ao presente, baseando-se em pontos de significação atuais. Por esta razão, uma experiência só pode ser entendida através da narrativa com que é contada (LARROSA, 2004, p. 20). Esse entendimento que associa memória com construção narrativa confere relevância às histórias que ouvimos e que contamos, uma vez que representam a própria criação do indivíduo.

A biografia tem sua construção possibilitada pelo cruzamento de documentos com testemunhos, fontes essas que se exprimem pelo discurso e não podem ser alçadas a pedestais de importância, como se não pudessem sofrer qualquer tipo de questionamento (SARLO, 2007, p. 47). Sarlo expõe que somente uma concepção ingênua colocaria um testemunho como fonte primordial de uma pesquisa, como verdade mais valiosa que a obtida a partir de outros documentos (SARLO, 2007, p. 48).

Não há como dissociar a narração do passado ao tempo presente no qual ela está inserida. De fato,

a hegemonia do presente sobre o passado no discurso é da ordem da experiência e se apoia, no caso do testemunho, na memória e na subjetividade. A rememoração do passado (que Benjamin propunha como a única perspectiva de uma história que não reificasse seu objeto) não é uma escolha, mas uma condição para o discurso, que não escapa da memória

²¹ Este caso europeu se refere ao Holocausto, cf. SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

nem pode livrar-se das premissas impostas pela atualidade à enunciação. E, mais que uma libertação dos fatos coisificados, como Benjamin desejava, é uma ligação, provavelmente inevitável, do passado com a subjetividade que rememora no presente (SARLO, 2007, p. 49).

Essa conexão do passado com o presente passa pela subjetividade, pela maneira com a qual o indivíduo se posiciona em um grupo social. É na narração que a subjetividade pode se expor e construir sentido ao passado. Toda narração carrega consigo um anacronismo, uma vez que as dimensões de passado e presente se misturam para criar o relato (SARLO, 2007, p. 57).

O testemunho pode se permitir o anacronismo, já que é composto daquilo que um sujeito se permite ou pode lembrar, daquilo que ele esquece, cala intencionalmente, modifica, inventa, transfere de um tom ou gênero a outro, daquilo que seus instrumentos culturais lhe permitem captar do passado, que suas ideias atuais lhe indicam que deve ser enfatizado em função de uma ação política ou moral no presente, daquilo que ele utiliza como dispositivo retórico para argumentar, atacar ou defender-se (SARLO, 2007, p. 59).

Convém destacar ainda que o relato de qualquer pessoa, ao não conseguir constituir todos os elementos passados, busca bloquear essas imperfeições da memória e construir um significado que dê sentido a todos os fatos narrados (SARLO, 2007, p. 50). Um discurso que pretende englobar tudo, sem deixar nenhum trecho de fora, acaba por criar inúmeros detalhes, o que acarreta “a ilusão de que o concreto da experiência passada ficou capturado no discurso” (SARLO, 2007, p. 50). Um discurso baseado na memória tende a ser repleto de detalhes, que são reflexos da experiência individual contemporânea de quem lembra.

Sarlo aponta que os detalhes ganham uma posição de destaque em relatos, do qual não podemos excluir os biográficos, em virtude da maneira com que o narrador pretende garantir sua credibilidade, ainda que para isso venha a adotar um modo realista-romântico (SARLO, 2007, p. 51). O prejuízo decorre da vontade de unir todos esses detalhes a um propósito estabelecido previamente à escrita da biografia, de modo que os acontecimentos apenas são interpretados à luz desta tese inicial (SARLO, 2007, p. 54).

A subjetividade inerente a um depoimento é o ponto de confiança em que o narrador se sustenta, abusando de expressões dos sentimentos, no que Sarlo vai a comparar a um “horizonte narrativo identificável com o “toque de cor” do jornalismo” (SARLO, 2007, p. 55), construído pelo próprio depoente.

Os testemunhos têm em seu núcleo a memória e apresentam extrema pertinência ao tempo presente por serem transmitidos na atualidade, da qual não podem ser dissociados. Os ataques a esse tipo de testemunho partem daqueles que se sentem ofendidos com o que foi relatado, que não permitem que seja concedido nenhum valor probatório ao que lhes é desabonador (SARLO, 2007, p. 46). Ainda que seja levada em conta a capacidade da memória de apagar, ou seja, sua condição de rever fatos e incorporá-los a linhas de raciocínio conforme for conveniente (ROSSI, 2010, p. 32), a memória contida nesses testemunhos ainda carrega um valor necessário para conhecer o passado.

Nas décadas de 1960 e 1970, essa revalorização da memória permitiu o fim da crise de alienação do sujeito, ao valorizar gêneros como as histórias de vida e as entrevistas que eram desprezadas. Tratou-se de um renascimento do sujeito, que passa a ser compreendido através da sua capacidade de lembrar de múltiplas formas (FERNANDES, 2012, p. 214).

Essa tendência de preocupação com a memória decorre do receio da amnésia que poderia se abater sobre a sociedade, o que instaura a necessidade de utilizar a memória como meio de entrelaçar coerentemente o passado, o presente e o futuro (ROSSI, 2010, p. 30).

A oposição entre memória e história também é usual, possuindo como diferenciação um caráter mais afastado da história, ao passo que a memória seria impregnada de subjetividade. Paolo Rossi expõe que é necessário:

contrapor à história, que é interpretação e distanciamento crítico do passado, à memória, que implica sempre uma participação emotiva em relação a ele, que é sempre vaga, fragmentária, incompleta, sempre tendenciosa em alguma medida. A memória faz que os dados caibam em esquemas conceituais, refigura o passado tendo por base as exigências do presente (ROSSI, 2010, p. 28).

A historiografia não é espontânea como a memória coletiva e individual, tendo em vista que submete a julgamento os relatos aportados pela memória e constrói narrativas críticas sobre esse conhecimento (ROSSI, 2010, p. 205). Não é o caso para desconsideração total da memória, mas para uma compreensão da sua função na construção do conhecimento.

Na construção de um relato sobre o passado, “a “verdade” não resulta da submissão a uma perspectiva memorialística que tem limites” (SARLO, 2007, p. 61).

Apoiar a credibilidade da memória na sua condição de subjetividade lhe dá contornos de autenticidades que não permitem uma interpretação correta (SARLO, 2007, p. 67). A busca pela verdade através da memória dos que participaram de um acontecimento tem claros limites que dificilmente podem ser superados.

Essa discussão sobre os aspectos de verdade, parcialidade e memória que compõem a biografia é essencial para a compreensão dos embates jurídicos que se originam a partir do conflito entre dois grupos de direitos inerentes a uma obra biográfica.

4 O DIREITO A BIOGRAFIAS

Apesar de ser gênero de grande preferência do mercado editorial nacional e com grande relevância para a compreensão social, algumas biografias encontram dificuldades jurídicas para serem lançadas no mercado.

Esse embaraço é decorrente de entendimentos conflitantes de regras presentes em dois textos legais do sistema jurídico brasileiro. De um lado, tem-se a Constituição, que garante como direito fundamental a liberdade de expressão e de manifestação do pensamento. Por outro lado, o Código Civil garante proteções à privacidade do indivíduo, amparado no direito constitucional à intimidade, que se refletem diretamente na produção de textos biográficos.

4.1 LIBERDADES DE PENSAMENTO, DE OPINIÃO, DE EXPRESSÃO E DE INFORMAÇÃO

A liberdade de expressão é decorrente do conceito amplo de liberdade que caracteriza o Estado democrático de Direito, que tem sua representante maior na liberdade de locomoção. Essa liberdade de expressão deriva, em uma primeira análise, da liberdade de consciência a qual todos os indivíduos estão submetidos. Não há como falar em censura de uma ideia que ainda se encontra na consciência de um indivíduo, pois não há meios para que o Estado ou qualquer outro evite que se formule um pensamento sobre um fato (CALDAS, 1997, p. 59). O pensamento é um atributo que não pode ser regulamentado, uma vez que consiste apenas em um processo interno de reflexão de cada um (NUNES JÚNIOR, 1997, p. 24).

A partir do momento em que tal opinião até então restrita ao indivíduo é externada, encontra-se diante da figura da liberdade de opinião. Na definição de Vidal Serrano Nunes Júnior, “a liberdade de opinião nada mais é do que o direito de formular juízos, conceitos e convicções e exteriorizá-los livremente” (NUNES JÚNIOR, 1997, p. 25). É uma liberdade primária, que serve de ponto de partida para todas as outras liberdades relacionadas dentro desse conjunto (SILVA, 2004, p. 235).

É permitido, assim, que qualquer indivíduo se expresse da maneira que lhe convir. Uma pessoa pode, por exemplo, decidir ter sua vida biografada, revelando detalhes de sua intimidade que até então não eram conhecidos do grande público (CALDAS, 1997, p. 99). Ainda que algumas expressões não possuam valor algum, esse instituto é um “instrumento social valioso na medida em que é elemento de formação de opinião sobre algum fato ou tema” (CALDAS, 1997, p. 60).

Essa liberdade de expressão surgiu no mesmo período em que o indivíduo passou a ter um lugar de destaque na sociedade. As ideias iluministas, impulsionadas pelas transformações decorrentes da Independência Americana e da Revolução Francesa, foram as responsáveis por estabelecer que a liberdade de expressão deveria ser direito fundamental, a constar das Constituições nacionais, os textos de maior hierarquia do sistema legal (CALDAS, 1997, p. 61).

Na contemporaneidade, há, ainda, a defesa de que a liberdade de expressão seria mais que um direito, constituindo-se em uma verdadeira necessidade do indivíduo (CALDAS, 1997, p. 62). Não há como imaginar que alguém consiga exercer um papel saudável na sociedade atual sem que lhe seja concedida a prerrogativa de se manifestar livremente e de receber sem barreiras quaisquer expressões advindas de outros integrantes sociais.

A Constituição Federal de 1988 elencou entre seus direitos fundamentais a liberdade de expressão, consagrada no artigo 5º, IV do texto constitucional, que dispõe: “IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”.

É importante levar em consideração que a liberdade de opinião possui dois fundamentos, o valor da indiferença e o valor da exigência. Enquanto este último acarreta o direito de exigir que o Estado respeite a opinião exarada quando for necessário se negar a cumprir alguma obrigação legal, o valor da indiferença assume maior relevância ao prever que não haverá qualquer tipo de tratamento diferenciado em decorrência de opinião exposta (NUNES JÚNIOR, 1997, p. 25).

Dessa forma, concretiza-se de maneira mais eficiente a liberdade de opinião, pois há a garantia de que todos são livres para emitir opiniões e que não serão tratados de forma prejudicial em decorrência dessa opinião. A liberdade de opinião também vem com um ônus, que é o de identificar o responsável pela manifestação de tal pensamento, tendo em vista a proibição constitucional do anonimato, permitindo assim eventual responsabilização de quem se manifesta (SILVA, 2004, p. 238).

Há, ainda, outra liberdade concedida ao homem, que costuma ser caracterizada como liberdade de expressão. A expressão é considerada nesse sentido como as formas variadas com as quais o indivíduo pode se posicionar, que não se reduzem à publicação de textos. Trata-se das manifestações artísticas, culturais, que ainda que não sejam explícitas em determinar certas opiniões, se prestam a veicular ideias e não podem ser restritas por qualquer tipo de censura.

Enquanto a opinião exterioriza um juízo conceitual, uma afirmação do pensamento, a expressão diz com a sublimação da forma das sensações humanas. Ou seja, por intermédio dela o indivíduo exterioriza suas sensações, seus sentimentos ou sua criatividade, independentemente da formulação de convicções, juízos de valor ou conceitos, como na hipótese já ventilada do direito de opinião (NUNES JÚNIOR, 1997, p. 28)

Tal liberdade pode ser conceituada como “a manifestação pública de ideias, opiniões, críticas, crenças, sentimentos, etc., abrangendo, em sua inteireza, quaisquer formas de exteriorização da subjetividade ínsita ao ser humano” (ROCHA, 2005, p. 159).

Dessa liberdade de opinião vital para o desenvolvimento de uma sociedade, extrai-se a liberdade de imprensa. É preciso destacar, de início, que o termo “imprensa” nesta situação não pode ser considerado de maneira restrita, vinculado apenas à divulgação de informação escrita periódica (CALDAS, 1997, p. 64). Liberdade de imprensa, assim, deve significar todas as possibilidades de que a informação seja divulgada a um público, por quaisquer meios disponíveis. Alguns estudiosos do tema, como José Afonso da Silva e Vidal Serrano Nunes Júnior, consideram que este vocábulo já está ultrapassado, uma vez que a liberdade de informação jornalística não está mais atrelada à existência de uma imprensa tradicional (SILVA, 2004, p. 240; NUNES JÚNIOR, 1997, p. 37).

Essa liberdade de imprensa possibilita que os meios de comunicação se voltem para todos os atores sociais, de modo a produzir conteúdos relevantes para os públicos que pretendem atingir. Não é possível conceber, no entanto, que a mídia esteja restrita a comunicar apenas fatos relativos a figuras de destaque, uma vez que

nem só as grandes figuras públicas, as pessoas notórias ou famosas ganham espaço na grande imprensa, na mídia. Pessoas ignotas também são objeto da cobertura jornalística em razão de estarem envolvidas em

circunstâncias de fato ou de lugar, que, pelo inusitado, pelo exótico, pela dramaticidade, despertam a atenção, a curiosidade ou o interesse do chamado grande público (CALDAS, 1997, p. 67).

Há artigos na Constituição nacional que protegem a liberdade de imprensa no Brasil. São os artigos 5º, IX e XIV e artigo 220, transcritos abaixo:

Art. 5º. (...)

IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º - Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

A liberdade de imprensa, entretanto, não é um direito absoluto, característica que não lhe é exclusiva, possuindo limites internos e externos. Os limites internos podem ser definidos como sua responsabilidade social enquanto instituto base para a formação da sociedade, ao passo que os limites externos seriam representados pelos outros direitos fundamentais que a Constituição também protege e que não são inferiores à liberdade de imprensa (CALDAS, 1997, p. 108).

Ademais, é necessário pontuar a liberdade de informação, “a procura, o acesso, o recebimento e a difusão de informações ou ideias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada qual pelos abusos que cometer” (SILVA, 2004, p. 239). Essa liberdade particular é vista como pautada “pelos critérios de veracidade, responsabilidade, necessidade e pluralidade” (BORNHOLDT, 2010, p. 95). A informação ganharia uma relevância maior em razão de sua importância enquanto retrato social, possuindo diferencial sobre a mera expressão de opiniões.

Esse direito de informação está relacionado a três critérios: o direito de informar, o direito de se informar e o direito de ser informado. O direito de informar consiste na possibilidade de acesso aos meios aptos a divulgar informações. Já o direito de se informar compreende a possibilidade que qualquer um possa buscar as informações que melhor lhe interessarem, livres de qualquer tipo de repressão ou censura. O direito de ser informado, por sua vez, se refere à condição de que o

indivíduo seja sempre correta e totalmente informado (NUNES JÚNIOR, 1997, p. 31).

Todas essas liberdades de veiculação de ideias, pensamentos, críticas e concepções representam um resguardo que o indivíduo tem garantido perante a atuação de um Estado repressor (NUNES JUNIOR, 1997, p. 60). Não é possível negar, no entanto, que a evolução social permitiu que entidades privadas fossem dotadas de tal poder econômico que as permitissem oprimir tais liberdades, situação que também representa afronta aos preceitos constitucionais e merece ser resolvida pelos caminhos outorgados pelo texto legal para evitar qualquer forma de censura.

É possível apontar, outrossim, que as limitações existentes a esse direito estão relacionadas com outro aspecto da liberdade, apontado por André Ramos Tavares como a responsabilidade. Assim, qualquer tipo de discurso, considerado como conjunto de ideias proferido, “somente poderá ser considerado como concretização da liberdade de expressão se não ultrapassar o limite imposto pelo conceito de liberdade, qual seja, ao respeito (responsabilidade) que deve haver no uso da liberdade” (TAVARES, 2005, p. 57). Esse entendimento se baseia na suposição de que a liberdade de expressão não representa um fim em si mesmo, mas um meio necessário para o desenvolvimento do homem (TAVARES, 2005, p. 52). Marco Aurélio Mello menciona, no entanto, que a restrição desse direito tende a ocorrer segundo os valores compartilhados pela ideologia dominante, o que pode levar uma maioria a ter controle sobre as situações em que esta liberdade pode ocorrer (MELLO, 2005, p. 603).

Trilhando esse roteiro lógico, é de se esperar que a publicação de biografias jornalísticas possa ser uma atividade apta a caracterizar um meio de informação e deve ser abrangida pela liberdade de imprensa, garantindo assim que a expressão desse conteúdo tenha livre circulação entre os atores da sociedade democrática. Considerando que “a informação jornalística, assim, encontra-se entroncada no direito de informar, constituindo-se, como se demonstrará adiante, em direito fundamental de todos os indivíduos” (NUNES JUNIOR, 1997, p. 35), a recepção à obra biográfica pela ordem jurídica deve ocorrer da forma mais permissiva possível, evitando qualquer tipo de censura a esta atividade.

Entretanto, o exercício da liberdade de expressão e seus corolários entra em conflito com outros direitos constitucionalmente reconhecidos, que são os direitos à intimidade e à vida privada.

4.2 DIREITO À PRIVACIDADE, À INTIMIDADE E À HONRA

O Direito vem considerando que o ser humano é possuidor de direitos da personalidade, que seriam inerentes à sua condição de indivíduo e lhe garantiriam o pleno desfrute de sua personalidade (CALDAS, 1997, p. 6). Esses direitos da personalidade englobam um complexo de direitos, entre os quais o direito à honra, à imagem, à intimidade e à vida privada, que serão detalhados a seguir.

Até o século XIX, o direito à intimidade não era considerado uma prerrogativa autônoma, sendo considerado apenas mera decorrência dos direitos clássicos de propriedade e liberdade. É só ao final daquele século, que como demonstrado previamente, se centrou em torno da figura do indivíduo, que a proteção jurídica passou a abranger de forma específica o considerado direito moral do homem (SAMPAIO, 1998, p. 54).

José Afonso da Silva considera que o direito à privacidade é expressão genérica na qual estão abarcados a honra, a vida privada e a imagem (SILVA, 2004, p. 202), concepção que será utilizada por este trabalho monográfico com o intuito de não permitir quaisquer confusões ou ambiguidade. Passa-se agora à análise sucinta de cada um desses elementos componentes.

O direito à honra é considerado sob dois aspectos, o subjetivo e o objetivo. O lado subjetivo da honra é entendido como a consideração que a pessoa faz sobre si própria, relacionado ao seu sentimento de autoestima (CALDAS, 1997, p. 24). Já o aspecto objetivo da honra corresponde à visão que a sociedade tem sobre determinado indivíduo. Esses dois aspectos se relacionam, pois

há uma necessidade incontida de que essa comunhão interna, esse diálogo entre o homem e a sua consciência, que lhe dá a representação interior do sentido da própria dignidade, ganhe a chancela do reconhecimento forâneo, desabrochando para o mundo exterior, atraindo o reconhecimento e a confirmação da sociedade, que lhe tributará o acatamento, a estima e a consideração moral de todos (CALDAS, 1997, p. 24).

O direito à imagem representa uma proteção jurídica para que a imagem de uma pessoa não seja usada sem sua autorização. Não é preciso que seja toda a

imagem, pois apenas uma representação de parte do corpo, por exemplo, já permite a tutela jurídica do uso daquela imagem (CALDAS, 1997, p. 29).

Outro direito relevante é o direito à vida privada, que reflete a proteção a um espaço da vida do indivíduo que não está disponível a ser invadido por terceiros, em oposição à vida pública, que é por sua natureza aberto a todos (CALDAS, 1997, p. 30). A importância desse direito é crucial para a configuração do modelo social atual, que se baseia na “existência de um círculo íntimo de privacidade tem sido uma constante social em todos os tempos, como se fora uma necessidade natural da pessoa, transcendendo, no particular, o direito” (CALDAS, 1997, p. 149). Esse direito à privacidade consiste, assim, na proteção aos assuntos da esfera íntima de um indivíduo que ele não é obrigado a expor para o exame minucioso de terceiros.

Nos Estados Unidos, foi desenvolvido ao longo do século XIX, o “right to privacy²²”, que abrangeria todo o conjunto de pensamentos e ações de um indivíduo que só diziam respeito a si mesmas, através de quaisquer formas possíveis. Esse direito já nascia sem o status de absoluto, uma vez que poderia ser afastado pela publicação de matéria que fosse de interesse geral ou público (SAMPAIO, 1998, p. 59).

O posicionamento atual se desenvolveu para prescrever algumas situações pré-determinadas em que o direito à privacidade será restringido. É o caso do interesse científico e cultural de alguma obra, que pode interferir na vida privada de seus retratados com o intuito de esboçar conclusões críticas sobre determinado tema sem que reste configurada uma invasão de privacidade (CALDAS, 1997, p. 102).

Esse interesse cultural é possível de ser atribuído à biografia, uma vez que é plenamente possível de se avistar a importância deste produto social além de mera invasão sobre a privacidade alheia. Os doutrinadores que se versam sobre o tema falham, contudo, ao estabelecer possíveis critérios para sobrepor o interesse cultural à bisbilhotagem, recorrendo a termos vagos como “bom senso” (CALDAS, 1997, p. 102).

Outra restrição à privacidade provém das figuras públicas, que possuem uma exposição maior e, por conseguinte, passam a ter suas vidas privadas expostas

²² Em tradução livre: direito à privacidade

de maneira intensa. Pedro Frederico Caldas é o autor que faz uma abordagem mais exagerada, ao propor que

junto com as notícias e delas fazendo parte, desfilam a vida das pessoas, públicas ou privadas, célebres ou ignotas, sem que os atingidos pelo foco da câmera, pelo jato de tinta impresso, ou pelo som do microfone, possam impedir o desvelar de sua conduta ou de sua forma de viver, ou a reprodução de sua imagem física, porque os seus interesses mais imediatos de preservação de seu crisol de vida ficam subalternizados a um interesse maior, traduzido no direito de informação (CALDAS, 1997, p. 103).

Nessa visão, as pessoas públicas teriam direito apenas a um mínimo espaço de vida privada, uma vez que a liberdade de informação seria sobreposta ao direito de reserva que tais figuras conhecidas pudessem alegar (CALDAS, 1997, p. 104). Não é o caso de se afirmar que estes indivíduos não possuem intimidade, mas de reconhecer que sua esfera de atuação é muito mais restrita (NUNES JUNIOR, 1997, p. 93).

A Constituição de 1988 elenca também no artigo 5º, no inciso X, a proteção a esses direitos da personalidade: “X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

O Código Civil, em um capítulo denominado Direitos da Personalidade, traz dois artigos que reforçam a proteção à honra no ordenamento jurídico brasileiro, que são transcritos abaixo:

Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.

Parágrafo único. Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes.

Art. 21. A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.

Esses artigos são o principal fundamento para que sejam exercidos os direitos morais da personalidade e são objeto de discussão que envolve diretamente a publicação de biografias, o que será exposto adiante.

4.3 CONFLITO ENTRE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIREITO À INTIMIDADE – SOLUÇÕES PELO MUNDO

Ainda que os direitos de liberdade de opinião, expressão, imprensa e comunicação, de um lado, e os direitos à honra, à imagem, à intimidade e à vida privada, de outro, coexistam harmonicamente em nosso sistema legal, há situações comuns em que ocorre choque, conflito entre esses dois grupos de direitos (CALDAS, 1997, p. 150).

Nessa ordem de ideias, se a liberdade de expressão e de comunicação, sob o prisma subjetivo, é indispensável ao desenvolvimento da autonomia e personalidade do indivíduo, integrando, assim, o núcleo essencial da dignidade da pessoa humana, não se concebe, logicamente, possa ser invocada para dilapidação da esfera íntima de outrem, que, de igual modo, é expressão da dignidade (ROCHA, 2005, p. 165).

Essa proteção do Código Civil leva a situações de extrema interferência, como exemplifica com ironia o jornalista Ruy Castro:

Significa que um livro sobre d. Pedro 1º pode ser embargado por algum contraparente da família real que discorde de um possível tratamento menos nobre do imperador. Ou que uma tetra-tetra-tetraneta de qualquer amante secundária de d. Pedro não goste de ver sua remota avó sendo chamada de cortesã – mesmo que na época isso fosse de domínio público-, e parta para tentar proibir o livro (CASTRO, 2012, p. 2).

Os familiares possuem, assim, controle total sobre o que é escrito sobre a pessoa e possuem meios para retirar facilmente a obra de circulação. Essa possibilidade de unir a história individual com um panorama coletivo é o ponto positivo de biografia, que vem sendo restringido com base em uma interpretação da legislação em prol da proteção da intimidade e da vida privada.

Não é o caso do que ocorre nos EUA e na Europa, por exemplo, nas quais o indivíduo que se sentir ofendido por uma biografia pode processar judicialmente o autor, mas não consegue a proibição das vendas.

Alguns países europeus consolidaram uma proteção à vida privada a partir de decisões de suas Cortes Constitucionais, como é o caso da Itália:

*l'applicazione in tali casi dell'art. 700 c.p.c. ai fini di proteggere il diritto alla riservatezza e di evitare pregiudizi imminenti e irreparabili al decoro e alla reputazione degli interessati e dei loro congiunti, mentre non può identificarsi con l'esercizio di un'attività di censura, costituisce un mezzo efficace per attuare la protezione provvisoria di diritti della personalità rientranti in quelli inviolabili che la Costituzione salvaguarda*²³ (Sentença n. 38, 12/04/1973, Giust. Civ., 1973, III *apud* SAMPAIO, 1998, p. 96)

e da Espanha:

*Los derechos a la intimidad personal e a la propia imagen, garantidos por el artículo 18.1 de la Constitución, forman parte de los bienes de la personalidad que pertenecen al ámbito de la vida privada. Salvaguardan estos derechos un espacio de intimidad personal y familiar que queda sustrído a intromisiones extrañas*²⁴ (STC n. 170-1987, Fundamento Jurídico n. 4 *apud* SAMPAIO, 1998, p. 96).

Em Portugal, caso se trate de pessoa pública, não é necessário nenhum tipo de autorização para publicar a biografia. É isso que prevê o artigo 79 do Código Civil português, transcrito abaixo:

Art. 79º (...) Não é necessário o consentimento da pessoa retratada quando assim o justifiquem a sua notoriedade, o cargo que desempenhe, exigências de polícia ou de justiça, finalidades científicas, didáticas ou culturais, ou quando a reprodução da imagem vier enquadrada na de lugares públicos, ou na de fatos de interesse público ou que hajam decorrido publicamente.

Nos Estados Unidos, a primeira emenda constitucional assegura a plena liberdade de expressão, tendo as instâncias judiciais americanas já decidido pela

²³ Em tradução livre: a aplicação em tais casos do artigo 700 do CPC com o fim de proteger o direito à reserva e de evitar prejuízos iminentes e irreparáveis ao decoro e à reputação dos interessados e dos seus parentes, ainda que não possa se identificar como exercício de uma atividade de censura, constitui um meio eficaz para que atue a proteção provisória dos direitos da personalidade constantes daqueles invioláveis que a Constituição protege.

²⁴ Em tradução livre: os direitos à intimidade pessoal e à própria imagem, garantidos pelo artigo 18.1 da Constituição, fazem parte dos bens da personalidade que pertencem ao âmbito da vida privada. Protegem estes direitos um espaço de intimidade pessoal e familiar que se mantém alheio às intromissões de terceiros.

legalidade da publicação de obras concernentes a figuras públicas. No julgamento *New York Times vs. Sullivan*, a Suprema Corte decidiu que só haveria responsabilidade de um jornalista pela difamação causada se ficasse comprovada a “actual malice”, consistente no conhecimento de que a notícia era falsa ou se houvesse negligência do autor quanto à notícia veiculada (SAMPAIO, 1998, p. 99). No caso *Hustler Magazine vs. Falwell*, o tribunal máximo norte-americano assegurou que a liberdade de expressão garantida pela primeira emenda prevalece sobre qualquer efeito emocional negativo que venha a se causar em figura pública (MELLO, 2005, p. 599). Esses precedentes são invocados constantemente para sedimentar a noção de valorização da liberdade de manifestação no país estadunidense e servem para a livre publicação de biografias.

Na França, o Tribunal de Grande Instância de Paris não permitiu que a alegação de invasão à privacidade prejudicasse a publicação do livro *Z*, escrito por Vassilis Vassilikos, que retratava a vida do deputado grego Grégoire Lambrakis. A primeira esposa de Lambrakis alegou que a sua vida e de seu filho teriam sido expostas através dessa obra, mas tal argumento não foi acolhido pela Corte francesa, conforme demonstra o trecho a seguir:

Si pour mieux faire comprendre son héros et reconstituer le cheminement de ses pensées, l'auteur a cru devoir, en de brefs e rares passages, évoquer les personnes qui lui étaient chères, et placer son épouse au premier rang de celles-ci, les conditions dans lesquelles il le fait, et qui comportent nécessairement une part d'interprétation subjective, ne portent atteinte ni à la mémoire de Lambrakis, ni à la vie privée, ni aux intérêts de la demanderesse ou de nos fils²⁵ (SAMPAIO, 1998, p. 79).

Há parcela da doutrina nacional que acredita que a censura judicial representa uma maneira válida para evitar que a vida privada de um indivíduo seja exposta. Caberia então que o magistrado não permitisse que a obra fosse posta em circulação ou a retirasse do mercado caso já tivesse sido posta à venda (CALDAS, 1997, p. 146). Por essa lógica, o direito à vida privada do indivíduo, de desfrutar de sua existência sem que haja a interferência de terceiros constitui direito historicamente conquistado e que não pode ser abolido por qualquer outro direito. E

²⁵ Em tradução livre: se para melhor compreender seu herói e reconstituir o caminho de seus pensamentos, o autor acreditou dever, em breves e raras passagens, evocar pessoas que lhe eram caras, e posicionar a esposa na primeira fila desses indivíduos, as condições nas quais ele o faz e que comportam necessariamente uma parte de interpretação subjetiva, não dizem respeito nem à memória de Lambrakis nem à vida privada nem aos interesses da autora ou de seu filho.

é nessa situação que as autoridades judiciárias cumpririam seu papel de censoras dos conteúdos que estão aptos a ser divulgados, mesmo que possa haver exacerbação neste controle (CALDAS, 1997, p. 110).

Tal posicionamento difere do adotado pelo constitucionalista José Afonso da Silva, que constata que nosso sistema jurídico abomina qualquer tipo de censura prévia ou posterior à manifestação da imprensa (SILVA, 2004, p. 241). Essas medidas adotadas por alguns juízes não permitem que as obras cheguem ao mercado editorial e devem ser caracterizadas como censura prévia, instituto típico de regimes ditatoriais que visa inibir a divulgação de opiniões e informações que não estejam de acordo com o pensamento dominante (ROCHA, 2005, p. 160).

Vidal Serrano Nunes Júnior aponta três principais correntes que estruturam modos para a resolução do conflito entre a liberdade de expressão e o direito da intimidade. A primeira linha, chamada de “regime de exclusão”, concede valor máximo aos direitos da personalidade, que compreendem a honra, a imagem, a intimidade e a privacidade, de tal forma que se estes direitos vierem a entrar em choque com a liberdade de expressão de outro indivíduo, a liberdade seria suprimida para ceder espaço à intimidade (NUNES JUNIOR, 1997, p. 95).

A segunda vertente é denominada “necessária ponderação” e propõe que os casos de conflito devem ser analisados sob uma ponderação pontual e específica, de forma a permitir que os dois tenham parcelas respeitadas e se possa atingir uma convivência entre essas prerrogativas antagônicas (NUNES JUNIOR, 1997, p. 95). Por fim, a terceira corrente é conhecida como “concorrência normativa” e faz prevalecer o direito à manifestação, seja ele de opinião, de informação, de crítica, sobre qualquer outro direito individual, lhe concedendo uma preferência dentro do sistema jurídico (NUNES JUNIOR, 1997, p. 96).

A recusa em retirar a obra literária do mercado foi o que sustentou o julgamento de livro baseado na vida de um famoso bibliotecário de Paris. Ainda que o Tribunal Civil de Seine tenha condenado os herdeiros do autor do livro a pagar uma indenização aos familiares do retratado, não ordenou a retirada de circulação da obra, tendo em vista o respeito ao patrimônio literário francês (SAMPAIO, 1998, p. 75).

4.4 ANÁLISE DOS CASOS NO BRASIL

No Brasil, são diversos casos nos quais a publicação de obra biográfica foi suspensa ou houve interferência em sua circulação em decorrência da sobreposição do direito de intimidade à liberdade de expressão. Este trabalho pretende analisar alguns casos exemplificativos de tal situação, tendo em consideração a maneira como os discursos de intimidade e privacidade são construídos pelos atores envolvidos nestes litígios.

A partir da concepção de que o discurso “é a apropriação da linguagem (código, formal, abstrato e impessoal) por um emissor, que confere a este um papel ativo, que o constitui em sujeito da ação social” (MANHÃES, 2005, p. 305), é possível analisar os discursos que biógrafos e biografados constroem para defender seu ponto de vista.

Estas classes antagônicas se utilizam da linguagem para formar seus argumentos a serem levados a público, em situações pré-determinadas (MANHÃES, 2005, p. 308). Neste embate específico, a exposição dos argumentos conflitantes se dá em sede judicial ou através das páginas dos jornais, como será demonstrado adiante.

Quando o conflito se encaminha para disputa judicial, a figura do juiz responsável por julgar o caso também se habilita enquanto ator social relevante para que sejam sopesados os argumentos contra ou a favor das biografias, para que seja respeitado o direito à intimidade ou à liberdade. As decisões judiciais, mais do que resolver a demanda particular, se transformam em “ações simbólicas e sociais” (MANHÃES, 2005, p. 312) para toda a comunidade, uma vez que determinam a visão que saiu vencedora nesta instância detentora de legitimidade social.

A biografia *Estrela Solitária – um brasileiro chamado Garrincha* foi questionada judicialmente e, em decisão do Superior Tribunal de Justiça, a editora foi obrigada a indenizar as herdeiras do jogador de futebol por danos morais e materiais. Os argumentos utilizados pelo ministro Cesar Asfor Rocha (BRASIL, 2006) se baseiam no pronunciamento do desembargador Sergio Cavalieri do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que se manifestou no seguinte sentido:

a imagem da capa é retratada em páginas de dolorosa impiedade, que aos poucos vai despindo o mito, transformando-o em profissional derrotado, pai irresponsável, marido infiel e ébrio inveterado. Ao final do Livro, Garrincha não passa de um grande logro, autêntico exemplo de fracasso humano. Se tal não bastasse, atenta ainda o Livro agressivamente contra a intimidade do Garrincha, trazendo a público relato de fatos da sua mais restrita privacidade, desde a sua meninice até a sua morte. Seus dotes sexuais, seus vícios ocultos, seus casos amorosos, seus fracassos na cama, tudo é investigado com microscópio e depois ampliado e divulgado sem retoques. Nem mesmo a intimidade de sua vida familiar foi poupada. Seria de mau gosto reproduzir aqui trechos de alguns capítulos do Livro; seria grosseiro e deprimente, mas se alguém quiser conferir verifique fls. 29/30, 32, 45, 74/75, 77, 90, 199, 217/218 etc (CAVALIERI, 2006 In BRASIL, 2006).

A invasão à privacidade é destacada, o que acarreta a imposição do pagamento de danos materiais e morais. Há um claro posicionamento do magistrado contra este mergulho exacerbado na vida de Garrincha.

A biografia de Guimarães Rosa, *Sinfonia de Minas Gerais - A vida e a literatura de João Guimarães Rosa - Tomo I*, escrita por Alaor Barbosa, foi contestada judicialmente pela filha do autor mineiro, por conter reproduções do livro *Relembraimentos: João Guimarães Rosa, meu pai*, de autoria da filha e por violar a imagem de Guimarães Rosa. O juízo de primeira instância determinou liminarmente a retirada imediata de circulação dos exemplares da obra biográfica contestada judicialmente. Em posterior perícia realizada, constatou-se que:

O livro de Alaor Barbosa, por sua vez, é, nas palavras reproduzidas já na sua primeira orelha, a biografia de Guimarães Rosa, resultado do sentimento de um múltiplo dever de admiração, difusão, defesa e valorização que o autor diz ter não só pelo biografado, João Guimarães Rosa, mas também para com a literatura brasileira, a língua portuguesa e a nacionalidade brasileira. O biografado seria, para o escritor, um raro exemplo de dedicação de um homem à sua arte literária (...) A obra de Alaor Barbosa, *Sinfonia Minas Gerais*, se sustenta e é útil ao conhecimento da vida do biografado e também como obra literária mesmo sem as referências a obra de Vilma Guimarães Rosa, *Relembraimentos*, ou seja, ainda que os trechos concernentes ao livro da autora do processo sejam suprimidos, o livro *Sinfonia Minas Gerais* tem função e interesse histórico e literário (CARVALHO, 2013).

Diante desses fatos, o juiz julgou improcedente o pedido de proibição de circulação e de indenização, permitindo que a obra pudesse ser comercializada sem qualquer empecilho.

Ainda é possível citar o imbróglio judicial entre Roberto Carlos e a Editora Planeta, responsável pela publicação da biografia *Roberto Carlos em Detalhes*,

escrita por Paulo César de Araújo. A pedido do cantor, o juízo da 20.^a Vara Cível do Rio de Janeiro decidiu em caráter liminar pela suspensão das vendas da biografia não-autorizada. Houve acordo posterior entre o biografado e a editora, de forma que a obra foi retirada do mercado e este processo em trâmite foi extinto.

Em manifestação no site da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, Paulo César de Araújo expressou seu descontentamento com a situação vivida:

Na prática os juízes têm recorrido a este artigo 20 para justificar seus atos censórios. Foi o que fez, por exemplo, Maurício Chaves de Souza Lima, juiz da 20.^a Vara Civil do Rio, ao conceder liminar que proibiu a biografia Roberto Carlos em Detalhes. Em sua sentença ele afirmou que “o art. 20 do Código Civil é claro ao afirmar que a publicação de obra concernente a fatos da intimidade da pessoa deve ser precedida da sua autorização, podendo, na sua falta, ser proibida”. Foi também evocando este mesmo artigo 20 que o juiz criminal Tércio Pires, de São Paulo, considerou grave a publicação da biografia não autorizada de Roberto Carlos e ameaçou fechar a Editora Planeta na audiência de conciliação, em abril de 2007. Sentindo-se coagida, a editora decidiu fazer um acordo com o cantor, me deixando abandonado. Resultado: o livro foi proibido, 11 mil exemplares do estoque foram apreendidos, e outros tantos, recolhidos das livrarias e entregues a Roberto Carlos para serem destruídos (ARAÚJO, 2011).

Outro caso interessante para a compreensão da maneira pela qual esse conflito vem sendo resolvido diz respeito à ação proposta pelo deputado Ronaldo Caiado em face da Editora Planeta e de Fernando Morais, tendo em vista que o livro *Na Toca dos leões*, que é um retrato biográfico dos membros da Agência W/Brasil, expõe que Ronaldo Caiado teria afirmado que “era médico e tinha a solução para o maior problema do país, 'a superpopulação dos estratos sociais inferiores, os nordestinos”, em reunião ocorrida em 1989 com o publicitário Gabriel Douglas Zellmeister.

O magistrado que decidiu esse caso considerou que a responsabilidade de provar que a frase era verdadeira cabia ao biógrafo, o que não ocorreu.

Da mesma maneira, não há informação de interesse público ou interesse social. Cuida-se de sensacionalismo, publicação de declaração não verdadeira, mobilizando a opinião pública para fins particulares (vendagem de livro biográfico) com prejuízo da personalidade e dignidade do autor (LE MOS, 2013).

Ao final da sentença, foi determinado o recolhimento de todos os exemplares do referido livro e foi autorizada sua redistribuição apenas se suprimida a passagem que se referia a Ronaldo Caiado, constante da página 301 da obra. Foi imputada condenação por danos morais no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) à editora, ao biógrafo e ao biografado.

Há, ainda, um caso interessante que envolve um trabalho biográfico que sequer foi publicado. O jornalista Edmundo Leite planeja escrever uma biografia sobre Raul Seixas, mas recebeu telegrama de uma ex-mulher do músico, Kika Seixas, que ameaçou recorrer à Justiça caso o projeto não fosse interrompido. A obra ainda não foi publicada, mas o biógrafo não pretende desistir, conforme se depreende das suas declarações ao jornal *Folha de S. Paulo*:

O mais absurdo é que é uma ação de coerção antes da publicação, com o trabalho sendo feito. Não preciso de autorização. O livro vai ser publicado. Os direitos dos herdeiros têm de ser respeitados, mas não vou usar os direitos. Não vou contar somente a história do Raul, vou contar também parte da história do Brasil (LEITE, 2011).

A obra *Noel Rosa – Uma biografia*, de João Máximo e Carlos Didier, estava suspensa desde 2004 em decorrência de determinação judicial, mas a última ação foi retirada da 3.^a Vara Federal de Brasília em novembro de 2012. O jornalista João Máximo explicita as razões que levaram a esses conflitos legais:

Elas já nos processaram três vezes e perderam as três. Uma porque falamos que o pai do Noel se suicidou. Mas isso é fato sabido, não é uma novidade. Aí perderam e partiram para uma história de que Noel não teria casado com a mulher dele (Lindaura). Mas há até uma certidão de casamento. E o terceiro problema, mais recente, foi nós termos falado que a avó se suicidou, o que foi algo que saiu em jornais da época. Elas alegam que esses fatos foram uma invasão da privacidade da família (MÁXIMO, 2010).

Há uma proposta da editora Companhia das Letras para relançar esta obra e que já foi aceita pelas herdeiras e por João Máximo, mas que foi recusada por Carlos Didier, que prefere que a biografia seja editada pela José Olympio²⁶.

A biografia *Lampião – O Mata Sete*, de autoria de Pedro de Moraes, foi outra obra proibida via decisão judicial. O livro foi proibido de ser circulado em sentença

²⁶ Esse impasse quanto à republicação da biografia foi exposto em detalhes na matéria Impasse congela a reedição da biografia de Noel Rosa, veiculada pela *Folha de S. Paulo* em 21/09/2013.

proferida em abril de 2012, na qual o magistrado comenta qual seria a melhor maneira para se escrever uma biografia do retratado:

Verifica-se facilmente a ilicitude da conduta do requerido em pretender divulgar e publicar uma biografia de Lampião, sem autorização dos titulares do direito de imagem (...) Ora, para provar a sua tese de que Lampião era um homem covarde e violento, não precisa o requerido imputar ao mesmo a conduta homossexual, uma suposta impotência sexual ou ainda as supostas traições de sua companheira Maria Bonita, bastava o requerido narrar e investigar os fatos públicos e notórios, fatos estes que dizem respeito à prática de diversos crimes e a partir daí traçar um perfil de Lampião e Maria Bonita. Tal conduta sim, seria legítima e permitida por nosso ordenamento jurídico, mas a partir do momento em que o requerido incursionou e enveredou pelo caminho da invasão da vida privada, da honra e da intimidade de Lampião e Maria Bonita, contaminou, por ilícita, toda sua obra (MELLO, 2013).

O mais recente embate desse estilo se deu ao redor da figura de João Gilberto. O cantor ingressou com ação cautelar para impedir a circulação do livro *João Gilberto*, editado pela Cosac Naify e organizado por Walter Garcia. A obra reúne várias entrevistas concedidas por João Gilberto ao longo de sua carreira, bem como depoimentos de famosos sobre esta figura do mundo da música, mas este conteúdo feriria a imagem e a intimidade do retratado, alegava o cantor. A autoridade judicial, contudo, não concedeu o pedido de retirada no mercado, sob a fundamentação que se segue:

A biografia é uma obra de informação e, como tal, deverá ser admitida, ainda que sem consentimento do biografado. Somente será ilícito o conteúdo e aí, sim, caberá intervenção judicial preventiva (interditiva) ou de reparadora. O direito deduzido (ofensa a direito de personalidade) é forte, mas não verossímil. Há controvérsia sobre os limites da restrição do titular do direito sobre obras biográficas não autorizadas, podendo ser citado, para contrapor ao que se diz na inicial, o que está escrito na note 860, de fls. 342, do livro de CAPELO DE SOUSA (O Direito Geral de Personalidade, Coimbra Editora, 1995): "Também são lícitos os resumos biográficos e as próprias biografias de pessoas da história contemporânea, feitos a partir de documentos de acesso público, de declarações públicas do biografado e das pessoas que com ele privaram ou contraditaram, de factos ocorridos publicamente e mesmo de acontecimentos e de circunstâncias privadas". (...) a insurgência do autor quanto a imputação de "neurótico", não alcança o peso que anima paralisar a produção, porque, nesse setor, o vocábulo não ganha o sentido de doença mental, mas, sim, de excentricidade de músicos e artistas ("esquisitices"), o que não é depreciativo, data venia. O episódio, para ficar em apenas um dos detalhes da *causa petendi*, não é suficiente para justificar o veto do acesso do público, como se fosse causa de uma censura (ZULIANI, 2013).

Esse resultado foi comemorado pelos expoentes da área, tendo Ruy Castro declarado que “a pior coisa de que João Gilberto é chamado em suas 508 páginas é de gênio” (CASTRO, 2012, p. E5).

Para evitar confrontos judiciais, alguns autores preferem só começar um novo trabalho biográfico com autorização dos familiares. É o caso de Nelson Motta, que realizou acordo com os herdeiros de Tim Maia e Glauber Rocha antes da publicação das respectivas obras, com pagamento de *royalties* e a imposição de “cláusula de garantia que eles não iam apitar” (MOTTA, 2012, p. E3). Esse tipo de conflito é criticado por outros biógrafos, como Ruy Castro, que revela ser “a favor de um convívio razoável com herdeiros, no sentido de facilitarem o meu trabalho, mas sem qualquer forma de acordo. Acho anti-higiênico” (CASTRO, 2012, p. E3).

Considerando esse conflito persistente entre a liberdade de expressão do biógrafo e os direitos de intimidade do biografado, é preciso buscar soluções que estabeleçam claramente a liberdade de circulação destas obras.

4.5 A QUESTÃO DAS BIOGRAFIAS NO BRASIL: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e PROJETO DE LEI NO CONGRESSO NACIONAL

Os discursos pró e contra a circulação de biografias sem autorização se exprimem em dois grandes embates, que ocorrem nos Poderes Legislativo e Judiciário.

A Associação Nacional dos Editores de Livros (Anel) ajuizou no Supremo Tribunal Federal a Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4815, que pretende declarar inconstitucionais os artigos 20 e 21 do Código Civil, previamente expostos, com o intuito de fazer uma interpretação conforme a Constituição. Em seu embasamento, o órgão sindical argumenta que

(...) por evidente, as pessoas cuja trajetória pessoal, profissional, artística, esportiva ou política, haja tomado dimensão pública, gozam de uma esfera de privacidade e intimidade naturalmente mais estreita. Sua história de vida passa a confundir-se com a história coletiva, na medida da sua inserção em eventos de interesse público. Daí que exigir a prévia autorização do biografado (ou de seus familiares, em caso de pessoa falecida) importa consagrar uma verdadeira censura privada à liberdade de expressão dos

autores, historiadores e artistas em geral, e ao direito à informação de todos os cidadãos (BRASIL, STF, 2012).

A Anel expõe de maneira clara que “o Brasil é hoje um país onde somente as biografias chapa-branca têm vez”, tendo em vista que é permitido a qualquer indivíduo impedir a circulação livre de biografias. O efeito nefasto dessa condição é a prática de leiloar os direitos de biografar uma pessoa, uma vez que qualquer outra obra que não conte com a anuência do biografado será retirada do mercado. Esse modelo da biografia oficial desestimula um trabalho frutífero de biógrafos, historiadores e jornalistas e acarreta em uma produção de relatos históricos contados apenas a partir da visão de seus protagonistas. Essa situação se agrava ainda mais ao se analisar que

As biografias oficiais selecionam os fatos considerados relevantes, dando ênfase aos momentos de glória e suprimindo ou amenizando as situações menos abonadoras. Assim como ninguém é bom juiz de si próprio, ninguém costuma ser um biógrafo isento de si mesmo. Como lembra o historiador José Murilo de Carvalho, o epíteto de biografia autorizada confere à obra uma conotação de fraude, pois significa que o biógrafo reportou apenas o que passou pelo prévio crivo do biografado (BRASIL, STF, 2012).

A intenção da Anel com a propositura dessa ação é permitir a livre circulação de biografias, sejam ela oficiais ou não oficiais. Sua fundamentação sugere a aplicação da teoria da posição preferencial, que outorga preferência à liberdade de expressão quando em conflito com algum outro direito também resguardado pelo ordenamento jurídico.

Não é permitido também que anônimos venham a interromper o trabalho biográfico, como enfatiza a petição:

De fato, não faria sentido uma *filtragem prévia* do grau de relevância dos fatos a serem suscetíveis de divulgação, assim como das pessoas que poderiam ou não ser mencionadas nas obras biográficas. Por evidente, estar-se-ia diante de uma forma de *censura prévia* das informações consideradas relevantes, o que não se compadece com o sistema constitucional das liberdades de expressão e informação, asseguradas independentemente de censura ou licença. A circunstância do envolvimento de alguém em acontecimentos de relevância pública a torna, por si só, suscetível de menção pela historiografia social e pelos relatos e versões biográficos das personagens centrais (BRASIL, STF, 2012).

Tendo em vista que a construção de uma obra biográfica é tomada por elementos subjetivos, a análise judicial da relevância de divulgação de tais informações levaria à interposição de obstáculo imenso à realização do trabalho.

Também foi apresentado parecer emitido por Gustavo Tepedino, que opina no sentido de que o entendimento de que os artigos 20 e 21 do Código Civil estabelecem limites prévios à publicação de qualquer informação jornalística ou biografia é totalmente contrário à liberdade de manifestação consagrada na Constituição de 1988. Sua fundamentação parte de um argumento que engloba toda biografia no conceito de interesse público.

As biografias revelam relatos históricos descritos a partir de referências subjetivas, isto é, do ponto de vista dos principais protagonistas da cadeia de eventos cronológicos que integram a história. Tais eventos, só por serem considerados históricos, revelam seu interesse público, em favor da liberdade de informar e ser informado, essencial não somente como garantia individual, mas como preservação da memória e da identidade cultural da sociedade (BRASIL, STF, 2012).

Gustavo Tepedino brinca ainda com os males que a censura de obras biográficas poderia vir a causar para o próprio desenvolvimento histórico, ao viabilizar apenas que histórias que confirmem o modelo de “pai de família” responsável cheguem ao conhecimento do público:

Como contar a história do primeiro reinado sem levar em conta as relações extraconjugais do Imperador, relevantes para a compreensão dos costumes da época, das ligações entre a burguesia e a nobreza, do método de nomeação de autoridades e cargos públicos e assim por diante? Seria razoável condicionar a divulgação de cartas e documentos que retratam fielmente o relacionamento do Imperador com suas amantes e a Imperatriz à autorização dos descendentes da nobiliarquia brasileira? Seria possível cogitar-se de liberdade de expressão sem a ampla permissão constitucional para a publicação de tais biografias? (...) Curiosamente, somente a ampla divulgação dos fatos ditos íntimos permitiu que, biografia atrás de biografia, se superassem os boatos, os mexericos e se pudesse, finalmente, relativizar os fatos, contextualizando-os, graças ao trabalho sério de historiadores e pesquisadores, nos costumes e culturas do Brasil Imperial (BRASIL, STF, 2012).

Não há, para o entendimento desse autor, qualquer possibilidade até mesmo de se pleitear o pagamento de danos materiais ou morais ao biografado ou sua família se os fatos divulgados resultarem de pesquisa minuciosa e estiver ausente qualquer indício de culpa ou dolo, “sob pena de se consagrar censura privada e a

extinção do gênero biografia” (TEPEDINO, 2012, p. 27). Quaisquer objeções a determinada biografia deveria ser resolvida judicialmente apenas após seu lançamento no mercado, de forma a reparar possíveis danos ocorridos.

Constam, ainda, dessa Ação Direta de Inconstitucionalidade as manifestações da Advocacia Geral da União e da Procuradoria do Congresso Nacional, que se opõem à declaração de inconstitucionalidade requerida pela Anel e são úteis para desvendar em que se baseia tal argumentação.

O opinativo encaminhado pela Advocacia Geral da União inicia por separar a liberdade de expressão do direito de informação, atribuindo a aquele uma manifestação de ideias pessoais contaminadas por suas convicções íntimas, ao passo que a informação consistiria em conjunto de dados livres de qualquer interferência pessoal e que apenas retrata um fato de maneira objetiva. Segundo a instituição, a biografia reuniria essas duas prerrogativas, o que levaria à construção de um sujeito carregada de parcialidade.

Assim, no trabalho biográfico o escritor poderá, em uma abordagem humana dos processos históricos, se aproveitar da força da ação humana e da trajetória individual do biografado como ilustração para uma análise macroestrutural da sociedade que o cerca e para explicar e analisar os processos históricos. Poderá, também, meramente narrar a história da vida de uma pessoa, onde incluirá aspectos da obra deste indivíduo ou revelará suas opiniões, valores, crenças e atitudes, atributos físicos e até fotos. Porém, em qualquer dos casos, a obra biográfica não estará imune de conter impressões pessoais do escritor, ancoradas na liberdade de expressão. Ora, tais opiniões, que não exigem imparcialidade, podem induzir o leitor a juízos de valor equivocados, com prejuízos, portanto, à dignidade, devido respeito e reputação do biografado (BRASIL, STF, 2012).

A possibilidade de censura prévia seria legitimada por esse caráter dúbio da biografia e suas delicadas fronteiras éticas. Há a condenação ao fato de que, na falta de prova documental, o biógrafo recorreria à “utilização da psicologia e da imaginação ficcional”. Desta forma, a circulação da biografia seria plenamente possível desde que o biografado não se oponha a ela. Para evitar que ocorram ataques ao direito à privacidade,

o consentimento para a divulgação de biografias faz-se ainda mais necessário. Será sempre a biografada a pessoa mais indicada e qualificada para provar que a informação é enganosa e que é abusiva a qualificação de detalhes íntimos de sua vida pessoal como fatos de interesse social (BRASIL, STF, 2012).

É com base neste entendimento que a AGU crê possível o recolhimento prévio das biografias, para evitar os danos irreparáveis que eventualmente surgiriam. O parecer não se furta a trazer um conceito de biografia, que merece ser transcrito:

Biografias são, portanto, a abordagem humana dos processos históricos em que o autor se aproveita da trajetória individual do biografado para ilustrar uma análise macroestrutural da sociedade que o cerca e para explicar e analisar os processos históricos. Podem ser, também, a narrativa da vida de uma pessoa, aí incluídos aspectos da sua obra e suas opiniões, valores, crenças, atitudes. Com base na liberdade de pensamento e expressão a obra conterá impressões pessoais do autor sobre o biografado (BRASIL, STF, 2012).

A partir dessa visão, é que o entendimento de que apenas a biografia consentida pode ser lançada no mercado editorial se sustenta para este órgão da União. Estas informações prestadas pela AGU foram rebatidas pelo diretor vice-presidente da Anel, Roberto Feith, que discorda do posicionamento da AGU e constata que esta linha não parece coincidir com o que pensa a presidente Dilma Rousseff:

Não acredito que Dilma, com sua história de vida, concorde com o cerceamento da liberdade de expressão. Ainda mais ela, que criou a Comissão da Verdade para dar acesso a fatos históricos. Hoje, um torturador da Ditadura pode proibir um livro que cite isso (FEITH, 2012).

O Congresso Nacional se manifesta neste processo para que o pedido não seja aceito, delimitando logo ao início que não há qualquer tipo de proibição a biografias não autorizadas, uma vez que inúmeros títulos com essa característica se encontram à venda. Após mencionar o Projeto de Lei n.º 393/2011, que aborda este mesmo assunto e será objeto de análise posterior nesta monografia, o texto argumenta que a declaração de inconstitucionalidade levaria à desenfreada escrita de biografias não autorizadas, o que pode ser entendido como “salvaguarda à mercantilização desses conteúdos, em detrimento da dignidade humana”. Logo, não seria prudente conceder garantias a este tipo de obra, tendo em vista que os exemplos citados pela Anel (apresentados no item 4.3) configuram produtos no qual o Judiciário encontrou a presença de fatos ofensivos ou criminosos.

Por fim, é pertinente examinar as manifestações de duas entidades que se habilitaram como *amicus curiae*, ou seja, como partes auxiliares neste processo, que são o Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro e o Instituto Artigo 19.

O Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro apoia o pedido da Anel, arguindo, em síntese, que o artigo 20 do Código Civil é um empecilho para a liberdade acadêmica brasileira, pois não são só as biografias poderiam ser interrompidas por requerimento judiciais de seus retratados. Qualquer pesquisa histórica ou obra acadêmica que aborde determinado indivíduo poderia sofrer intervenção judicial, o que impede o livre desenvolvimento da pesquisa acadêmica.

Como qualquer pessoa que não se sentir bem retratada em uma obra, da qual não precisa nem ser a protagonista, não há meios de garantir a liberdade de pesquisa e a liberdade de expressão. Uma obra que conta a trajetória de vida de certa pessoa tem importância para a compreensão de um contexto histórico, por exemplo, o que lhe deve garantir sua livre circulação.

As biografias são um gênero importante na historiografia de um modo geral. De acordo com o historiador Eric Hobsbawn, “o acontecimento, o indivíduo, e mesmo a reconstrução de algum estado de espírito, o modo de pensar o passado não são fins em si mesmos, mas constituem o meio de esclarecer alguma questão mais abrangente, que vai muito além da estória particular e seus personagens”. As biografias “não se esgotam em si mesmas, servem para revelar dimensões de certos problemas de pesquisa não perceptíveis através de enfoques macroscópicos” (BRASIL, STF, 2012).

A manifestação do IHGB também se baseia na distinção entre memória e história para reforçar a necessidade da inexistência de barreiras legais à publicação das obras biográficas. Adotando a corrente que conceitua “história, como construção do conhecimento científico e memória, como construção de uma identidade, nem sempre – ou mesmo quase nunca – fiel à rigorosa realidade fática”, não seria válido proibir determinado livro que se baseie na memória de alguém, mesmo que isso se confronte com uma versão histórica já apresentada.

Uma biografia ou livro histórico que, com base em provas, documentos e testemunhos, traga uma nova versão sobre determinada pessoa ou acontecimento histórico, que desmitifica a versão dominante pode ser questionada e proibida pelos seus personagens ou seus familiares. Surge então a questão: o que se privilegia, a História ou a memória de uma pessoa? (BRASIL, STF, 2012)

O desestímulo causado na área de pesquisa e publicação de conteúdo biográfico é imenso, uma vez que há que o risco de que “no Brasil recriado pelo artigo 20, teremos hagiografias e odes em vez de trabalhos históricos e jornalísticos sérios, imparciais e com algum tom crítico”. O único caminho para evitar que erros sobre determinada pessoa se perpetuem é a publicação de outros trabalhos, daí a necessidade imperiosa da liberdade de manifestação das biografias.

O Instituto Artigo 19 defende que as obras biográficas cumprem um interesse público, ao permitir que diversos ramos do conhecimento se aproveitem das experiências prévias, destacando ainda sua relevância para a liberdade acadêmica. Não haveria espaço em uma sociedade democrática para que a liberdade de expressão fosse subjugada ao direito de intimidade de certos indivíduos.

O artigo 20 do Código Civil, ao ser aplicado de forma a proibir antecipadamente a publicação sem autorização de biografias e outras obras, inclusive de cunho acadêmico, além de ser incompatível com a proteção internacional da liberdade de expressão por constituir-se censura prévia, é igualmente incompatível com os padrões internacionais por inviabilizar a análise dos casos concretos, impondo restrição absolutamente desproporcional à liberdade de expressão, pois não leva em conta quem é retratado ou se a publicação tem valor para o debate de interesse geral (BRASIL, STF, 2012).

O amplo reconhecimento que a Corte Europeia²⁷ e os Estados Unidos dão para a liberdade de expressão é utilizado para reforçar a importância da declaração de inconstitucionalidade desses artigos.

Cabe também analisar o Projeto de Lei n.º 393 de 2011, apresentado pelo deputado federal Newton Lima Neto e que pretende incluir a presente alteração no artigo 20 do Código Civil:

Art. 20
.....

§ 1º Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes.

§ 2º A mera ausência de autorização não impede a

²⁷ É feito menção ao caso Üstun, no qual o dono de uma editora independente da Turquia, Saim Üstun, foi condenado pela publicação de uma biografia considerada ofensiva. A Corte Europeia decidiu em favor de Üstun por considerar que não havia qualquer discurso de ódio e, por essa razão, predominava a liberdade de expressão.

divulgação de imagens, escritos e informações com finalidade biográfica de pessoa cuja trajetória pessoal, artística ou profissional tenha dimensão pública ou esteja inserida em acontecimentos de interesse da coletividade.

Na justificativa para a apresentação de tal projeto, o deputado se baseia nos modelos dos outros países, que não criam tantos entraves para a publicação de obras biográficas mesmo sem a autorização do retratado. A necessidade de consentimento dos biografados frustra o interesse da coletividade, que não consegue obter o acesso irrestrito à informação devido à interpretação feita do corrente artigo 20 do Código Civil.

Este projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados em 02/04/2013. Tal feito foi comemorado pelos biógrafos, conforme expressa Ruy Castro: “Se algum biografado não gostar do que leu, que processe o autor, ou contrate alguma pena de aluguel para lhe escrever uma biografia favorável. Mas nenhum livro pode ser impedido de circular” (CASTRO, 2013, p. A11). Na mesma linha, se posicionou Paulo César de Araújo:

Esta alteração da lei não traz nada de inovador ou revolucionário. Apenas corrige uma aberração jurídica. Não se trata de querer abolir o direito à privacidade, garantido pela Constituição, mas permitir à sociedade brasileira condições de compatibilizar a garantia dos direitos individuais com a ordem democrática. Hoje é o meu livro, ontem foi o de Ruy Castro e o de Fernando Moraes. Qual será a próxima biografia censurada? Se a lei não mudar, poderá ter fim no Brasil um gênero literário que, desde Plutarco, na Grécia, tem contribuído para o estudo e a grandeza das sociedades (ARAÚJO, 2011).

Entretanto, foi apresentado Recurso n.º 195/13 pelo Deputado Marcos Rogério (PDT/RO) para obstar a aprovação. O embasamento da impugnação, que contou com a assinatura de 75 parlamentares, discorre que

Não seria possível, até por imposição do que dispõe a Carta Magna no que diz respeito ao direito que todos têm à intimidade, “absolutizar” o público a ponto de eliminar o privado, que é o que parece que acontecerá se aprovarmos o presente projeto que, a nosso ver, assim o faz sob o frágil argumento de que artistas, esportistas e políticos, porque homens públicos, não podem ter intimidade (...) parece inconveniente, por lei, impor de forma absoluta a livre divulgação de imagem daqueles que não desejam assim proceder, em detrimento do direito à intimidade e apenas em face da vida pública que têm os artistas, os políticos e os esportistas (BRASIL, 2013).

Este recurso ainda não foi posto à discussão no plenário da Casa e aguarda tramitação.

Nota-se, assim, que a plena liberdade de expressão das biografias ainda não foi alcançada de maneira efetiva no Brasil, que se vê encurralado em uma disputa entre intimidade e informação da qual o vencedor nunca pode ser previamente antecipado.

5 CONFLITO ENTRE BIÓGRAFOS E BIOGRAFADOS NAS PÁGINAS DOS JORNAIS

Os embates entre as posições antagônicas a respeito dos limites das biografias teve amplo espaço nas páginas dos periódicos nacionais a partir de outubro de 2013, com a manifestação inicial do grupo Procure Saber. Este grupo é formado pela reunião dos músicos Caetano Veloso, Chico Buarque, Milton Nascimento, Gilberto Gil, Djavan, Erasmo Carlos e Roberto Carlos e teve sua primeira atuação de destaque ao defender uma reforma na distribuição dos direitos autorais e do Ecad, ocasião em que saiu vitorioso.

O cantor Djavan foi o primeiro artista do grupo que se manifestou publicamente, através de nota publicada em 4 de outubro de 2013 na coluna do jornalista Ancelmo Gois, do jornal *O Globo*:

A liberdade de expressão, sob qualquer circunstância, precisa ser preservada. Ponto. No entanto, sobre tais biografias, do modo como é hoje, ela, a liberdade de expressão, corre o risco de acolher uma injustiça, a medida em que privilegia o mercado em detrimento do indivíduo; editores e biógrafos ganham fortunas enquanto aos biografados resta o ônus do sofrimento e da indignação. Nos países desenvolvidos, você pode abrir um processo. No Brasil também, com uma enorme diferença: nós não somos um país desenvolvido. A sugestão de se estabelecer um percentual oriundo da venda desse produto destinado ao biografado me parece razoável, mesmo acreditando que ninguém queira ver sua vida exposta publicamente de maneira predatória por dinheiro. Essa medida, de certo modo, desmotivaria a edição desenfreada dessas biografias e nos lembraria a todos que ter direitos implica ter deveres também (DJAVAN, 2013 In GOIS, 2013).

O argumento de Djavan se baseia no aspecto financeiro da questão, ao sustentar que os biógrafos e suas editoras conseguiriam grandes montas de dinheiro para publicar. Há também uma crítica ao Brasil, uma vez que Djavan explicitamente considera que o país não é desenvolvido o suficiente para que se possa buscar judicialmente a proteção do direito.

A porta-voz do grupo é Paula Lavigne, empresária e ex-mulher de Caetano Veloso, que deu entrevista à *Folha de S. Paulo* em 05 de outubro de 2013, sustentando a posição contrária a de biógrafos:

Usar esse argumento (*liberdade de expressão*) para comercializar a vida alheia é pura retórica. (...) Se alguém quiser escrever uma biografia e publicá-la na Internet sem cobrar, tudo bem. O problema é lucrar com isso. (...) Corremos o risco de estimular o aparecimento de biografias sensacionalistas, em um país em que a reparação pelo dano moral é ridícula. (LAVIGNE, 2013 In GRAGNANI, 2013)

Nessas frases de Paula Lavigne, há claramente o enfoque financeiro das biografias, que renderiam dividendos ao biógrafo e aos editores e aos quais o biografado não teria acesso. É a busca pelo reconhecimento de direito de autor em uma biografia, tema que há muito tempo superado nos Estados Unidos, por exemplo (SAMPAIO, 1998, p. 77), quando restou estabelecido que não há como cobrar direito autoral sobre a utilização de conteúdos da vida alheia.

Outros músicos aderiram à posição do grupo Procure Saber, especialmente quanto à necessidade de remuneração do biografado.

"Tudo o que se usa, paga", diz o sambista Wilson das Neves. "É até bom um dinheiro que entra na conta. Só estou esperando a minha vez." O compositor Pedro Luís defende a iniciativa: "Todo mundo que é ingrediente do sucesso deve ser remunerado. Quem faz a revisão, a capa, não é remunerado? E o assunto do produto, não?". "É justa a reivindicação", diz o roqueiro Nasi, que recebe 10% do preço de capa de sua biografia, "A Ira de Nasi" (Belas Letras), de Mauro Beting. "Você está explorando a história e a imagem de alguém. É como se eu deixasse de receber por uma música minha gravada por outro" (GRAGNANI, 2013).

A resposta às declarações desse grupo não tardou a aparecer, como a divulgada por Luiz Fernando Vianna, jornalista que lançou biografias sobre João Nogueira e Aldir Blanc. Em *post* publicado no blog do Instituto Moreira Salles, Vianna tece críticas ao texto do cantor, que é rebatido trecho por trecho:

Acertou em cheio. Se fôssemos um país desenvolvido, o juiz a quem cabia decidir sobre a ação movida por Roberto Carlos contra seu biógrafo Paulo Cesar de Araújo não teria pedido autógrafo ao Rei durante a sessão. Se fôssemos um país desenvolvido, a editora que publicou o livro não teria sido covarde e feito um acordo com o cantor – contra o seu autor e seu próprio patrimônio. Se fôssemos um país desenvolvido, Roberto Carlos não teria o direito de receber todos os exemplares e dar a eles o destino que lhe aprover, inclusive queimá-los à maneira nazista. (...) Além do mais, quem vai delimitar o ponto exato onde acaba o interesse público e começa a suposta invasão da vida privada? O juiz que pede autógrafo ao cantor? O artista, separando o que quer e o que não quer que se diga dele? Em bom português – aquilo que inexistia no texto de Djavan – os nomes disso são censura e obscurantismo (VIANNA, 2013).

Vianna mostra, de início, como a alegação do subdesenvolvimento nacional é representação maior da repressão das biografias do que da dificuldade em obter indenizações. A proposta financeira de concessão de royalties ao biografado é utilizado para comprovar que os danos à imagem podem ser compensados por um preço, logo, não seriam a preocupação maior desse grupo. O autor expressa claramente que a proposta do Procure Saber representa uma censura à produção de biografias no país, tendo em vista que passaria a ser dependente de juízos de valor subjetivos e dificilmente padronizáveis.

O jornalista André Barcinski, da *Folha de S. Paulo*, autor de uma biografia de José Mojica, o Zé do Caixão, também escreveu post em seu blog instalado dentro do site do jornal paulista:

De Roberto Carlos não se podia esperar outra coisa. Afinal, passou a carreira toda sem dar um pio contra a ditadura e viveu os últimos 50 anos como um verdadeiro monarca, decidindo tudo que podia ou não ser dito sobre ele (não é à toa que é chamado de “Rei”, enquanto Xuxa, outra figura pública que ainda acredita viver na Monarquia, é a “Rainha”). Mas Chico Buarque? Um dos compositores mais censurados do país? Gil e Caetano, exilados pelos militares? Gil, o ministro do Creative Commons? Absolutamente surreal (BARCINSKI, 2013).

As críticas de Barcinski atacam diretamente as figuras dos artistas que se opõem à liberalização de biografias. Nesse comentário, não há espaço para que se reforce a predominância da liberdade de expressão sobre o direito à intimidade. Há apenas a contraposição do passado destes cantores, que se destacaram no período de censura da ditadura militar, com a atitude presente de impor censura às obras biográficas.

Essas concepções trazidas a público foram rebatidas pelo filósofo Francisco Bosco, na sua coluna no jornal *O Globo*, no qual optou por examinar a validade de argumentos pró-biografia:

O colunista da “Folha de S. Paulo” André Barcinski sugeriu uma contradição entre a postura de Gilberto Gil quando ministro, a favor dos Creative Commons, e sua defesa de uma suposta lógica privatista na questão das biografias. Essa contradição não existe, pois o que está em jogo é justamente a defesa da dimensão privada como não sendo um commons, isto é, não sendo uma dimensão comum, pública. A licença Creative Commons flexibiliza os direitos sobre obras públicas, tendo como objetivo torná-las o mais coletivas possível. Barcinski sugere também uma contradição entre o passado de Chico Buarque, um dos autores mais censurados pela ditadura brasileira, e sua presente posição de suposto

censor. Mais uma vez, a contradição é falsa. Uma censura é inaceitável porque versa sobre matéria de natureza pública. Um cidadão é censurado quando o Estado impede que ele intervenha na situação pública. Ora, novamente, o que está em jogo é a discussão sobre se a matéria biográfica — a vida do biografado — deve ou não ser considerada passível de expropriação pela coletividade, os direitos sobre ela pertencendo ao coletivo, não ao indivíduo. Antes de estabelecer esse ponto, chamar Chico Buarque de censor é uma petição de princípio (BOSCO, 2013)

A questão da lucratividade dos biógrafos, que foi ponto de discussão levantado, é um desvio da questão que centraliza esse debate: a oposição entre público e privado. Esta mistura entre público e privado que caracteriza a formação social atual (SENETT, 1988, p. 41) é o tema controverso que circunda esse debate. Nas palavras de Bosco:

(...) descende da impertinência da diferença proposta pelo grupo de Paula Lavigne: a oposição entre biografias com e sem fins lucrativos apenas turva o ponto central (se não único) da questão. Este ponto é o conflito entre as dimensões pública e privada, coletiva e individual: um indivíduo deve ter ou não soberania decisória sobre a dimensão privada de sua vida? Uma vez estabelecido esse ponto, a questão da lucratividade deve ser regida como os demais direitos de autor (BOSCO, 2013).

O também colunista de *O Globo* Arthur Dapieve entendeu que a separação entre público e privado é função do jornalista:

A vida é porosa. Público e privado são categorias que, sobretudo na criação artística, trocam fluidos quase o tempo inteiro. Cabe ao jornalista ou ao biógrafo analisar o tecido, separando o que é significativo para a história particular que quer contar do que é calúnia, maledicência ou mera invasão de privacidade (DAPIEVE, 2013).

A questão da “verdade” em uma biografia também é discutida por Bosco, que faz apontamentos sobre o tema:

Ruy Castro, de quem li com grande proveito boa parte das biografias, costuma dizer que não lida com ideias, e sim com fatos. A observação não é, a rigor, verdadeira. O que há de factual em entrevistar uma pessoa de 80 anos sobre um episódio ocorrido em sua juventude? Biografias têm na coleta de depoimentos uma base fundamental de seu resultado. Ora, depoimentos podem até evocar fatos, mas não são, eles mesmos, fatos. Esse esclarecimento epistemológico é importante para lembrar que biografias são interpretações da vida de alguém. A questão que se coloca, novamente, é: o Estado deve garantir que um indivíduo tenha o sentido de sua existência determinado por qualquer outro indivíduo? Assim, não faz sentido dizer que as pessoas que são contra a mudança da lei desejam que só haja biografias “chapa-branca” no Brasil. O ponto é

aquém: elas não consideram que a dimensão privada da existência deva ser objeto de escrutínio e juízo público. Consideram que só o deve ser aquilo que tem natureza pública (BOSCO, 2013).

Os depoimentos e sua inerente carga de subjetividade (SARLO, 2007, p. 47) são utilizados pelo ensaísta para colocar em dúvida a necessidade da liberação de biografias. Nesta visão, o fato de que a biografia é um produto resultante de uma aproximação entre biógrafo e biografado (VILAS BOAS, 2008, p. 183) é um aspecto relevante para aqueles que consideram que a obra biográfica não merecer ser abrangida pela liberdade de expressão.

José Dirceu, que foi objeto de biografia lançada em 2013, deu declarações sobre o tópico, concordando com a imposição de limites à publicação de biografias.

O problema é que a Justiça não funciona em matéria de crime contra a imagem e a honra. Acaba funcionando a pressão da mídia, porque o Judiciário muitas vezes não tem coragem de enfrentar a questão do direito de resposta e dos crimes contra a honra. (...) Acho ruim colocar isso no Supremo. Acho que é bom deixar formar uma opinião na sociedade, formar o direito. Deixar os tribunais decidirem, formando jurisprudência, porque acho que precisa ter algum limite. (DIRCEU, 2013 In CAMPANHA, 2013)

Dirceu concentra seus argumentos contra a liberdade de biografias na morosidade e ineficiência do Poder Judiciário, discurso que passa a ser recorrente dentro do grupo dos que defendem a limitação de biografias.

Jorge Mautner resolveu se manifestar pela necessidade dos direitos autorais, bem como da prevalência do direito à intimidade, em entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo*:

Biografia e jornalismo se confundem?
Um pouco. Mas o biógrafo vai revolver toda sua vida e entrar em detalhes que uma reportagem do dia a dia não entraria. Eu por exemplo posso omitir fatos nesta entrevista, e eles simplesmente não serão publicados. (...)

Mas afinal, proibir uma biografia é censura ou não é?
[risos] É interessante a formulação. Mas não se deve confundir alhos com bugalhos. A censura política do Estado tem a ver com outro tipo de exigência de direitos. Aqui estamos falando sobre intimidade, sobre autorização por parte de segundos e terceiros diretamente envolvidos. Um problema de outra dimensão (MAUTNER, 2013 In GRAGNANI; KACHANI, 2013).

Mautner escreveu texto publicado em *O Globo*, no qual expõe sua total concordância com o Procure Saber com base em uma formulação histórica:

Os fundadores da nossa República, Floriano Peixoto e Benjamin Constant, tiveram o cuidado de tirar a palavra amor da frase de Augusto Comte que está inscrita em nossa bandeira. A frase original de Comte é: o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim. Tiraram a palavra amor não por maldade, mas para que o povo brasileiro não pensasse que a República iria se imiscuir na vida privada. O critério da intimidade, do foro íntimo e da origem da lei de autorização de biografias, se baseia principalmente neste cuidado: para que amigos, amigas, filhos, netos, parentes, citados em suas longas biografias por causa de sua longa importância histórica, não sejam prejudicados (MAUTNER, 2013).

Paula Lavigne concedeu entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo* em que tenta especificar alguma das questões em debate:

A proibição das biografias não autorizadas tornaria o Brasil o país das biografias chapa-branca, como disse Laurentino?

É preciso entender que há uma diferença entre proibir – o que não é o pleito da Associação Procure Saber – e regular. Laurentino é biógrafo e está brigando por seu próprio interesse, o que é compreensível. Nesse contexto, afirmações de efeitos, até deselegantes, são armas para calar o outro lado. Estão imputando à Procure Saber uma posição que ela não aceita, de censora. Talvez seja desinformação do Laurentino. Nós não queremos proibir nada e não temos nenhum projeto de lei formatado. O Código Civil é de 2002 e seus artigos estão vigentes. Os biógrafos é que querem derrubar os artigos 20 e 21 do Código Civil, vigente há 11 anos, usando argumentos nem sempre verdadeiros. É mentira que nós estamos querendo censurar ou proibir alguma coisa, nós só queremos discutir como vamos proteger nossa privacidade. Se eles querem mudar esses artigos, deveriam primeiro discutir a questão e não simplesmente derrubar parte do nosso Código Civil, deslançando uma campanha sem debates construtivos, baseada em acusações sem qualquer procedência.

Não seria uma medida antidemocrática?

Que medida? Nós não estamos propondo nada, os biógrafos é que querem derrubar dois artigos do Código Civil vigente sem discutir a questão com todos os interessados. Eles é que estão agindo de forma antidemocrática e ditatorial. Os biógrafos é que não querem debater como vamos compatibilizar o direito constitucional de liberdade de expressão com o direito constitucional que garante a inviolabilidade da vida privada, da intimidade e da imagem pessoal. Se não querem discutir a questão de maneira séria, fica difícil.

“Paula Lavigne afirma querer a verdade, mas, é preciso lembrar, também os militares diziam isso, nos anos de chumbo, para justificar seus atos”, disse Laurentino. Gostaria de comentar?

Laurentino está nos ofendendo e criando uma cortina de fumaça com essa afirmação. A liberdade de expressão foi conquistada depois da ditadura, mas o direito à privacidade também foi. Uma conquista não é menor que a outra. O artigo 5.º da Constituição garante direito à liberdade de expressão mas também garante a inviolabilidade da vida privada, da intimidade e da imagem pessoal. Essas duas garantias estão mesmo artigo 5.º, uma no inciso IX e outra no inciso X, e estão no mesmo nível. Uma garantia constitucional não é menor que a outra. Só precisam ser harmonizadas. Os biógrafos estão gritando, batendo o pé e jogando pedras sem atentar para o

fato de que a Constituição também garante o direito à privacidade. Sobre isso eles não falam nunca. Como não estamos mais nos anos de chumbo, todos temos direito à liberdade de expressão e de pensamento, mas todos também temos direito à inviolabilidade da nossa privacidade. Quando o governo americano invade a nossa privacidade, ninguém acha que seja uma atitude aceitável. Acredito que os biógrafos também não. Todos temos que nos precaver contra qualquer violação dos nossos direitos.

Não seria o caso de depois processar caso saia algo que ofenda o biografado?

Não somos a favor de que se tenha que pedir autorização, só queremos discutir as precauções. O que você está sugerindo é o mesmo que os biógrafos querem derrubar. O que acontece é que o dano moral no Brasil é imoral, não é incentivado pela justiça para que o Brasil não se torne um mercado de indenizações. No entanto, corremos o risco de ser o país das biografias chapa-marrom. As leis americanas e as de outros países são punitivas e compensatórias, ou seja: quem causa o dano vai pra cadeia, paga indenizações altíssimas e por isso há mais cuidado. Toda a jurisprudência que conseguimos é nesse sentido. Aqui, isso não acontece. A proposta dos biógrafos é de liberar geral, sem nenhum cuidado com o direito constitucional de privacidade (LAVIGNE, 2013 In PENNAFORT, 2013).

Paula Lavigne tenta, com essas declarações, retomar o debate para o conflito entre os direitos à intimidade e à liberdade. Caetano Veloso utilizou sua coluna dominical no jornal *O Globo* para externar sua opinião sobre o tema:

Apreendi, em conversas com amigos compositores, que, no cabo de guerra entre a liberdade de expressão e o direito à privacidade, muito cuidado é pouco. E que, se queremos que o Brasil avance nessa área, o simplismo não nos ajudará. O modo como a imprensa tem tratado o tema é despropositado. De repente, Chico, Milton, Djavan, Gil, Erasmo e eu somos chamados de censores porque nos aproximamos da posição de Roberto Carlos, querendo responder ao movimento liderado pela Anel (Associação Nacional dos Editores de Livros), que criou uma Adin (ação direta de inconstitucionalidade) contra os artigos 20 e 21 do Código Civil, que protegem a intimidade de figuras públicas (VELOSO, 2013).

Veloso tenta abordar a questão e diferenciar pessoas públicas que poderiam ser biografadas:

Sou sim a favor de podermos ter biografias não autorizadas de Sarney ou Roberto Marinho. Mas as delicadezas do sofrimento de Gloria Perez e o perigo de proliferação de escândalos são tópicos sobre os quais o leitor deve refletir. A atitude de Roberto foi útil para nos trazer até aqui: creio que os termos do Código Civil merecem ser mudados, mas entre a chapa-branca e o risco marrom devem valer considerações como as de Francisco Bosco (VELOSO, 2013).

Moser considerou essa resposta de Caetano Veloso uma “desconversa” e “diria a Caetano, Chico e Gil que nem a biografia mais brega é uma ameaça tão

séria a seu legado quanto a decepção -- o desprezo, até -- da intelectualidade” (MOSER, 2013).

O jornalista Alberto Dines²⁸ criticou com veemência esse ataque aos biógrafos, especialmente pela sua repercussão no ofício jornalístico:

Biógrafos podem ser qualificados como bisbilhoteiros, alguns podem até chegar a charlatães – caso de uma tentativa biográfica de Paulo Francis, em boa parte responsável pelo enfarte que o matou –, mas o biógrafo egresso do jornalismo traz em sua bagagem os procedimentos deontológicos que adquiriu nos anos de Redação como repórter, redator, editor ou colunista. (...)

A má vontade do coletivo das celebridades com os biógrafos vem justamente do fato de que muitos são jornalistas qualificados, portanto menos vulneráveis a pressões e/ou sedução. Curioso que esta surpreendente caça aos biógrafos é obra de duas empresárias muito bem sucedidas. Acostumadas com os releases e a comandar dóceis assessores de imprensa nas duas pontas do processo de comunicação, querem transferir este tipo de relacionamento para a esfera literária (DINES, 2013).

Dines também constata que a incompletude da biografia não é defeito, mas algo que a caracteriza:

Biografia é coisa séria, é jornalismo investigativo somado a esmero narrativo, trabalho de recuperação histórica, arte do reencontro. Tem algo de sublime, simbólica. Quando Plutarco resolveu comparar as existências de grandes figuras romanas com os equivalentes da Grécia, não estava apenas criando uma obra monumental, *Vidas Paralelas*, estabelecia a noção de simbiose das civilizações.

Não existem biografias definitivas – assim como a vida, são incompletas, intermináveis (DINES, 2013, p. 2).

O biógrafo Ernesto Rodrigues²⁹ optou por criticar a alegação de que os biógrafos ganham muito dinheiro com suas biografias:

A propósito, como prova transparente de que nós, biógrafos, não somos os capitalistas predadores denunciados por Djavan, até pensei em propor, aos líderes do Procure Saber, trocar toda a receita que obtive pela venda da biografia de João Havelange nos últimos sete anos pelos direitos de uma, apenas uma música de Chico ou de Gil, meus preferidos.

Não o fiz. Seria crime de estelionato.

Até hoje a venda do livro não cobriu o adiantamento que recebi da editora (RODRIGUES, 2013).

²⁸ Escreveu as biografias *Morte no Paraíso: a tragédia de Stefan Zweig* e *Vínculos do Fogo – Antonio José da Silva, o Judeu, e outras histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil*.

²⁹ Autor das biografias *Ayrton – O Herói Revelado* e *Jogo Duro – A História de João Havelange*.

A atriz Marília Pera escreveu texto publicado na *Folha de S. Paulo* em que busca defender a chancela da privacidade, ao expor que:

Vivendo numa democracia, é justo que desejemos narrar nossas verdades reprimidas durante anos. Mas a verdade depende da maneira que cada um de nós enxerga e sente um acontecimento.

O biografado, o dono da vida, pode sofrer muito com as verdades narradas, mesmo que os excelentes biógrafos e as pessoas que opinam sejam sinceros e competentes.

Considero golpe baixíssimo xingar de reacionário aquele que necessita preservar seus sentimentos, seus familiares, a vida privada (PERA, 2013).

Chico Buarque publicou texto em *O Globo*, no qual defende a preservação da intimidade e alega nunca ter sido entrevistado por Paulo César de Araújo, ao contrário do que consta na obra (BUARQUE, 2013). No dia seguinte, no entanto, Araújo escreveu coluna no mesmo periódico para esclarecer que entrevistou Chico Buarque em 30 de março de 1992 para a produção de seu livro (ARAÚJO, 2013), o que motivou o cantor a se desculpar pelo erro em nota pública (BUARQUE, 2013).

Araújo relacionou a participação de Roberto Carlos no grupo a essa tomada de posição dos cantores:

Me parece que houve ali uma espécie de compensação. Roberto iria apoiar a agenda do grupo no caso do Ecad (que pedia, entre outras coisas, a fiscalização do órgão) e, em contrapartida, eles apoiariam a causa contra as biografias não autorizadas. Eles próprios falaram que foi Roberto que trouxe essa questão para o grupo, que curiosamente nasceu pedindo transparência, acusando o Ecad de ser uma caixa-preta. Mas isso é só uma hipótese, uma tentativa de entender o que levaria esses artistas a se posicionar dessa forma. (...) Quando vi os argumentos do Procure Saber me dei conta de que já tinha lido aquilo em algum lugar. Claro, tinha lido nos meus processos. As duas teses estão lá, a privacidade e o fato de estarem ganhando dinheiro em nome do artista. E o Procure Saber encampa exatamente as duas teses, não há nenhuma originalidade, eles não criaram nada. Agora eles estão tendo dificuldade para defender essa tese estapafúrdia (ARAÚJO, 2013)

O biógrafo americano Benjamin Moser, que escreveu obra sobre Clarice Lispector, publicou na *Folha de S. Paulo* carta aberta a Caetano Veloso, em que defende a liberdade de circulação das biografias:

Sei que você sabe da importância de biografias para a divulgação de obras e a preservação da memória; e sei que você sabe quão onerosos são os obstáculos à difusão da cultura brasileira dentro do próprio Brasil, sem falar do exterior. Fico constrangido em dizer que achei as declarações suas e da

Paula, exigindo censura prévia de biografias, escandalosas, indignas de uma pessoa que tanto tem dado para a cultura do Brasil. (...)

É um tipo de censura que você talvez não reconheça por não ser a de sua época. Não obriga artistas a deixarem o país, não manda policiais aos teatros para bater nos atores. Mas que é censura, é. E muito mais eficaz do que a que existia na ditadura. Naquela época, as obras eram censuradas, mas existiam. Hoje, nem chegam a existir.

Você já parou para pensar em quantas biografias o Brasil não tem? Para só falarmos da área literária, as biografias de Mário de Andrade, de João Guimarães Rosa, de Cecília Meirelles, cadê? Onde é que ficou Manuel Bandeira, Rachel de Queiroz, Gilberto Freyre? Você nunca se perguntou por que nunca foram feitas?

Eu queria fazer. Mas não vou. Porque o clima no Brasil, financeiro e jurídico, torna esses empreendimentos quase impossíveis. Quantos escritores brasileiros estão impedidos de escrever sobre a história do seu país, justamente por atitudes como as suas? (...)

Não é questão de dinheiro, Caetano. A questão é: que tipo de país você quer deixar para os seus filhos? Minha biografia foi elogiosa, porque acredito na grandeza de Clarice. Mas liberdade de expressão não existe para proteger elogios. Disso, todo mundo gosta. A diferença entre o jornalismo e a propaganda é que o jornalismo é crítico. Não existe só para difundir as opiniões dos mais poderosos. E essa liberdade ou é absoluta, ou não existe (MOSER, 2013, p. E1)

Além de apontar a ausência de produção biográfica mais intensa no Brasil, Moser aponta a semelhança entre as funções do jornalismo e da biografia, ao trazer à tona fatos até então ignorados e que são relevantes para a sociedade (DINES, 2008, p. 116). O conceito de vida privada também é abordado por Moser:

Imagino, e compreendo, que você pense que está defendendo o direito dos artistas à vida privada. Mas quem vai julgar quem é artista, o que é vida privada e o que é vida pública, sobre quem, e sobre o que se pode escrever e sobre quem e, sobre quem não? Você escreve em jornal, você, como o artista deve fazer, tem se metido no debate público. José Sarney, imortal da Academia Brasileira das Letras, escreve romances. Deve ser interditada também qualquer obra crítica sobre ele, sem autorização prévia?

Não pense, Caetano, que o seu passado de censurado e de exilado o proteja de você se converter em outra coisa. Lembre que o Sarney, quando foi eleito governador do Maranhão, chegou numa onda de aprovação da esquerda. Glauber Rocha, também amigo seu, foi lá filmar aquela nova aurora.

Não seja um velho coronel, Caetano. Volte para o lado do bem. (MOSER, 2013, p. E1).

A novelista Maria Adelaide Amaral, autora de uma biografia de Dercy Gonçalves, expressou em e-mail sua concordância com Benjamin Moser:

Assino embaixo do que o Benjamin Moser escreveu. Acho da maior gravidade o que está acontecendo. E também fico espantada como alguém que gritou “É proibido proibir”, como o Caetano, ou sofreu na pele, como o Chico, a mordida da ditadura, vá atrás dessa proposta mercadológica, intimidatória e irreal (AMARAL, 2013).

Esse embate aconteceu ao mesmo tempo em que ocorria a Feira do Livro de Frankfurt, na qual o Brasil foi país homenageado. Autores que estavam presentes no evento se manifestaram sobre o tema e foram publicados pelos jornais brasileiros. Laurentino Gomes fez palestra na feira e dedicou seu discurso à discussão do tema, para estabelecer a liberdade total que deve proteger as biografias:

Artistas, políticos, empresários e escritores são figuras públicas ou porque atraem a curiosidade das pessoas pela sua criação --vivem disso e gostam de ser reconhecidos pelo público quando isso contribui para o seu sucesso-- ou porque exercem função de interesse público por afetar a forma como a sociedade se comporta. São, portanto, alvo legítimo da investigação de jornalistas, escritores, biógrafos, pesquisadores e demais estudiosos que por eles se interessem (...)

Existe uma esquizofrenia legal. A Constituição brasileira é das poucas, senão a única, do mundo que proíbe censura a criações artísticas, o que no meu entender inclui ou deveria incluir todos os gêneros literários, de ficção ou não ficção. A mesma Constituição assegura o direito à liberdade de opinião e expressão, o que inclui a liberdade de imprensa. (...)

[Os projetos de lei para alterar o artigo 20 do Código Civil ficam] parados no Congresso, agora com escassa chance de aprovação, alvo de manobra e chicanas regimentais de parlamentares, eles próprios interessados em zelar, para usar as palavras do Código Civil, pela própria 'boa fama ou respeitabilidade' que, como sabemos, não é tão boa assim entre a classe política. (...)

[Essa situação deixa o Brasil como] paraíso da biografia chapa-branca, aquela que só é publicada mediante autorização prévia do próprio biografado ou de seus familiares e representantes legais (GOMES, 2013).

Os biógrafos brasileiros se assustaram com a posição tomada pelo grupo, tendo em vista a história política de seus componentes.

"Sinto-me insultado com a afirmação de que biógrafos só buscam abarrotar o bolso de dinheiro", disse Mário Magalhães, que narrou a vida do guerrilheiro Carlos Marighella.

Fernando Moraes (Olga Benário, Chatô, Paulo Coelho) também reagiu: "É pré-colombiano." Moraes, que escreve agora a história de Lula, perguntou à reportagem se o apoio de Chico Buarque está confirmado (sua assessoria confirmou).

Regina Echeverria, biógrafa de Cazuza, Elis, Gonzaguinha e Gonzagão e José Sarney também se mostrou perplexa: "Não estou entendendo. Acho impossível. O Chico?" (GRAGNANI, 2013, p. E1)

O biógrafo americano Jon Lee Anderson, conhecido por sua obra de Che Guevara, se posicionou a favor da liberdade irrestrita de biografias:

Este debate me lembra um que aconteceu na França, alguns anos atrás, e que terminou com restrições severas às possibilidades de fotógrafos retratarem pessoas. Por exemplo, se você publicasse a imagem de uma pessoa numa manifestação de rua, tecnicamente ela poderia ir à Justiça porque você não lhe pediu permissão. O debate das biografias é similar. Num tempo em que a internet parece acabar com as fronteiras e em que a cultura do tabloide de celebridades conduziu a uma mídia fortemente invasiva, esses debates são reflexo de uma luta para se controlar as representações do indivíduo. Neste sentido, é compreensível que o debate seja travado, mas não estou certo se essas são as razões no Brasil. Trata-se de uma resposta a um fenômeno cultural ou há motivações políticas por trás? (ANDERSON, 2013 In BIÓGRAFO, 2013)

Anderson admite a relevância da discussão entre público e privado, mas insinua que a atual discussão no Brasil não esteja centrada nesses aspectos. O autor estadunidense comenta o aspecto “não autorizado” da obra:

Há muitos exemplos de biografias “não autorizadas” bem-intencionadas e de bom gosto. O “não autorizado” significa que o livro não foi feito em conjunto com o biografado, não necessariamente que ele é antagônico ou que se propõe a trazer casos escabrosos sobre uma celebridade. Há sempre alguma violação de privacidade em uma biografia, e se ela vai ultrapassar a linha tênue ou não depende da ética do biógrafo. A sociedade não pode controlar essa situação, especialmente quando ela tem relação com figuras políticas, as quais a população tem o direito de conhecer profundamente em troca do poder que lhes é concedido (ANDERSON, 2013).

Alceu Valença utilizou sua página no Facebook para se distanciar dos outros músicos e defender a liberdade total às biografias.

Fala-se muito em biografias oportunistas, difamatórias, mas acredito que a grande maioria dos nossos autores estão bem distantes desse tipo de comportamento. Arrisco em dizer que cerceá-los seria uma equivocada tentativa de tapar, calar, esconder e camuflar a história no nosso tempo e espaço. (...) Definitivamente, a questão não é financeira. A ideia de royalties para os biografados ou herdeiros me parece imoral. Falem mal, mas me paguem...(?) é essa a premissa??? Nem tudo pode se resumir ao vil metal! (VALENÇA, 2013)

Nessa linha, também estão Nana Caymmi e Aldir Blanc, que se apoiam na supremacia da liberdade de expressão, conforme se depreende dos trechos abaixo:

— Isso é um absurdo — ataca Nana Caymmi. — Sempre fui a favor da liberdade, desde o episódio da biografia de Garrincha, do Roberto Carlos. Se você quer ser artista, sua vida se torna pública. Proibir biografias é falta do que fazer, vem da invenção da máquina de lavar. (Os artistas que são contra biografias não autorizadas) Estão todos velhos, deveriam se sentir

honrados por ter gente interessada na vida delas. É uma ignorância proibir quando nossa juventude precisa conhecer seus ídolos. Não tem porque esconder nada, a não ser que estejam envolvidos com tráfico de drogas, de mulheres, de órgãos, de crianças, e a gente não saiba.

Nana é crítica também com relação à sugestão de que artistas ganhem algum tipo de remuneração por terem suas vidas como tema de um livro (o cantor Djavan justificou em artigo que “editores e biógrafos ganham fortunas enquanto aos biografados resta o ônus do sofrimento e da indignação”):

— Quem enriquece com livro no Brasil? O negócio é que, onde tem dinheiro envolvido, essa turma está atrás. Tenho amigos como Sérgio Cabral, Ruy Castro que vivem disso, não é assim.

O compositor Aldir Blanc também se manifesta sobre o tema:

— Sou inteiramente a favor da liberdade de biografias, e contra todo e qualquer tipo de censura — diz. — Quem se sentir caluniado que processe o biógrafo. A liberdade de expressão vem em primeiro lugar (ALBUQUERQUE; LICHOTE, 2013).

Um grupo de artistas constituído como Grupo de Ação Parlamentar Pró-Música (GAP) e composto por Leoni, Fernanda Abreu, Ivan Lins, entre outros, decidiu se pronunciar em linha oposta a dos grande artistas da MPB. Apesar de terem atuado ao lado do Grupo Procure Saber em ações passadas, “em nota, os artistas do GAP se disseram favoráveis à liberdade de expressão e contrários à necessidade de autorização para biografias e à obrigatoriedade de pagamento aos biografados” (GRUPO, 2013).

Os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* publicaram editoriais, em 8 e 10 de outubro, respectivamente, nos quais defendem que a liberdade de biografar deve prevalecer sobre o direito de privacidade dos biografados.

A defesa das biografias pelos biógrafos buscou sempre caracterizar a atitude dos músicos opositores como censura, como faz Mario Magalhães em *post* de seu blog:

De acordo com o Código Civil, o direito de os cidadãos conhecerem a história é prerrogativa dos biografados e seus descendentes. O Estado não o assegura, para regozijo de políticos corruptos que almejam eternizar o segredo sobre seus atos. O acesso à memória e à verdade são direitos humanos hoje sonegados por normas totalitárias.

(...)

A ordem jurídica aceita hoje censura prévia. Quem gosta de censura é ditadura. Todo o malabarismo retórico que busca bloquear o conhecimento público sobre fatos e pessoas de dimensão pública sucumbe diante da seguinte constatação: se aparecer um neto desconhecido de Adolf Hitler no Brasil, teremos de solicitar protocolarmente autorização sua para publicar uma biografia em que o líder nazista seja descrito como genocida. (...)

Estranho a obsessão do novo pessoal da censura com a poupança dos biógrafos que eles passaram a demonizar. Qual o problema em ganhar dinheiro com trabalho suado e escrupuloso, como eles ganham? (...) O desprezo pelo trabalho alheio é ainda mais escrachado na “sugestão” da empresária Paula Lavigne, voz mais estridente do lobby pró-censura prévia:

“Se alguém quiser escrever uma biografia e publicá-la na internet sem cobrar, tudo bem. O problema é lucrar com isso”.

Tal trabalho escravo, inconstitucional desde o século XIX, fulminaria biografias não autorizadas. Reiterando: biografia escrita por repórter constitui reportagem, que é um gênero do jornalismo. Reportagens de fôlego, como biografias, exigem três condições: a) domínio técnico; b) disposição editorial; c) condições materiais. Se não houver remuneração, proveniente da venda de livros, não há como se dedicar a uma história de vida. A não ser que o autor seja milionário... ou louco. (...)

A legislação em vigor fere o direito de informar e ser informado, viola a liberdade de expressão, institui o monopólio da verdade, atrasa o Brasil. Não se resume a uma contenda entre biógrafos e censores, mas interessa à nação. É tão daninha que numerosos historiadores e jornalistas descartaram biografias promissoras, nocauteados pela intimidação de biografados e herdeiros que só admitem retratos bajuladores.

No dia 10 de outubro de 2013, uma mesa de debates em Frankfurt foi a oportunidade para Ruy Castro desenvolver com maior espaço sua defesa das biografias:

As pessoas não sabem o que é uma biografia autorizada. Não quer dizer que a gente pede autorização para fazer. Eu tenho que pegar o trabalho de cinco anos e mandar a biografia para o Chico ou Caetano lerem e eles devolvem cortando o que eles não gostaram, isso é censura prévia. Ou eu não falo português. (...) Eles prejudicam não só o trabalho do jornalista, do biógrafo, mas do historiador e de toda uma classe intelectual brasileira. (...) Eu perguntei (à Ministra da Cultura Marta Suplicy) se o biógrafo vai ter que pagar um dízimo ao biografado. Pagar esse dízimo vai garantir nossa liberdade? Eu posso pagar um dízimo ao Roberto Carlos e falar da perna mecânica?

O biógrafo Paulo César de Araújo expressou seu descontentamento com essa tomada de posição pelos artistas:

Pelo jeito que eles falam, parece que estavam sufocados por biografias não autorizadas. Não tem biografia de Caetano, Djavan, Chico Buarque! Só livros acadêmicos e reunindo letras. O único desse grupo que tem é o Roberto Carlos. Eles estão combatendo o quê? Não temos essa tradição biográfica ainda. Eles estão se posicionando contra algo que não existe. (...) O que me chama a atenção é que, embora se fale em privacidade, a questão é financeira. Ela [Paula Lavigne] fala que pode colocar na internet, desde que não se ganhe dinheiro. Privacidade não se vende, honra não se vende.

O jornalista Sérgio Augusto, do *Estado de S. Paulo*, optou por afirmar que “pegou muito mal essa cobrança de ‘direitos autorais sobre a vida pessoal’ de cada um, até porque derivada de um raciocínio canhestro. À luz da história e da biografia, figuras públicas não têm vida privada” (AUGUSTO, 2013). É uma concepção que

concede às pessoas públicas um mínimo de espaço privado (CALDAS, 1997, p. 104), o que, recairia na possibilidade de que fossem biografadas sem limitações.

O editor da Companhia das Letras Luis Schwarcz afirmou que “Pela lei vigente, os herdeiros se transformam em historiadores, editores e, desculpe-me, censores, sim” (SCHWARCZ, 2013), além de postular uma união de forças para a defesa da liberdade de expressão compatibilizada com o direito à intimidade.

O jornalista Luiz Caversan ressaltou a participação dos jornalistas na construção dos mitos, que acabam por considerar necessário um tratamento privilegiado.

"Cria cuervos e te sacarán los ojos", diz o ditado espanhol, metaforizando o que estas celebridades estão provavelmente a nos comunicar: "Ué, vocês sempre fizeram o que nós queríamos, porque agora estão reclamando? Como sempre foi, podem publicar, sim, mas apenas o que deixarmos, tá?" (...)

a regra aqui é a badalação, a puxação de saco, a paparicação, a condescendência e o mimo com que a mídia em geral trata os chamados medalhões da cultura tupiniquim (CAVERSAN, 2013).

A argumentação diferente recorreu o jornalista Geneton Moraes Neto, que publicou *post* em seu blog no qual sustenta que

defender a manutenção da mordaza biográfica é, em última instância, defender a manutenção de um atentado contra o jornalismo e a história - ou imaginar que os biógrafos brasileiros são um bando de picaretas irresponsáveis que entopem os bolsos de dinheiro às custas de escândalos. Não são. Nunca foram. As biografias publicadas nos últimos anos foram, em geral, trabalhos de alto nível jornalístico. O triste, o lamentável é imaginar a quantidade de biografias importantes que deixaram e deixarão de ser escritas e publicadas, se o STF ou o Congresso não derrubarem a mordaza (MORAES NETO, 2013).

Fica, assim, evidente a ligação entre biografia e jornalismo. Janio de Freitas se funda em explicação semelhante para construir sua coluna:

Se há biografias que traçam versões difamatórias, também a biografia correta é apenas uma versão, dada a impossibilidade definitiva de ser onisciente nos enredos de toda uma vida. A diferença, para as correntes que se opõem contra e a favor de biografias não autorizadas, é que os cerceadores caracterizam-se por duas peculiaridades: a negação da prevalência da lei sobre a calúnia, a injúria e a difamação, e a prepotência da pretendida eliminação a priori das liberdades autorais, mesmo que praticadas com cuidado e ética. Muito mais do que autorização e participações financeiras, trata-se de uma forma de negação da própria liberdade de palavra (FREITAS, 2013).

No site de media criticism *Observatório da Imprensa*, Luciano Martins Costa escreve comentário no qual se aprofunda sobre um tópico levantado por Chico Buarque:

O ídolo da música popular se queixa de erros cometidos por biógrafos que usam a imprensa como base de pesquisa primária. Como se sabe, há mais de vinte anos os jornais e revistas vêm deixando de ser considerados fontes confiáveis para pesquisadores sérios, exceto quando o objeto da pesquisa é a própria imprensa. Chico Buarque pondera que, ao colher informações na imprensa, sem confirmar sua veracidade e, em alguns casos, sem fazer uma criteriosa ponderação sobre o contexto em que tal informação foi publicada, alguns autores dão seguimento a erros ou malversações da mídia, acabando por atingir a honra ou a reputação do biografado (COSTA, 2013)

A solução apontada seria a responsabilidade dos agentes e também das fontes primárias.

Foi levantada pelo jornalista Pedro Alexandre Sanchez a possibilidade de que a real intenção dos integrantes do Procure Saber seja regular a exposição de sua imagem na mídia audiovisual:

Os sensíveis marmanjões se escondiam não só atrás de uma mulher com a metade da idade deles como também usavam escritores de livros na prática já impedidos de trabalhar como escudos humanos para uma disputa comercial subterrânea com produtoras de cinema e TV sempre dispostas a "homenagens" no formato cine ou telebiografia (SANCHEZ, 2013).

Essa ameaça aos produtos audiovisuais é destacada por Gustavo Gindre como barreira fatal ao desenvolvimento de documentários biográficos:

O tema é ainda mais grave em relação à documentários para cinema ou TV. O principal órgão de fomento ao audiovisual brasileiro, a Agência Nacional de Cinema (Ancine), cobra, para que o projeto de fomento seja aceito, uma autorização do biografado. A Ancine teme que, depois de investida verba pública para a produção da obra audiovisual, esta jamais veja a luz do dia, por não receber uma autorização do retratado. Com isso, o Brasil passou a produzir apenas documentários chapa-branca, onde o biografado tem interesse em se ver retratado daquela forma (GINDRE, 2013).

Francisco Bosco utilizou outras colunas do *O Globo* para rebater outros argumentos. Bosco rebate a tese de que os famosos devem arcar com os prejuízos da fama porque se aproveitam dos benefícios:

Alegar que uma figura pública, meramente pelos benefícios que isso lhe traz (reconhecimento e, em alguns casos, dinheiro), deve arcar com o ônus da expropriação de sua dimensão privada e do escrutínio moral da coletividade — isso não é argumento jurídico, nem filosófico, isso é pura vingança imaginária. Seu motor é o ressentimento. Diante disso, é preciso evocar a célebre frase de Nietzsche: “É preciso proteger os fortes contra os fracos”. Não estou dizendo que essa é a única razão para se defender a exposição plena de um indivíduo à coletividade. É apenas a mais sórdida (BOSCO, 2013)

Bosco se indigna contra o uso da expressão censura por um dos lados da disputa, por não a considerar adequada nesta discussão:

A palavra mais usada pelos defensores da liberação é “censura”, e sua comparação mais frequente é aquela entre uma sociedade que protege a privacidade do indivíduo e sociedades ditatoriais. Contudo, sociedades ditatoriais são justamente aquelas que pretendem anular o indivíduo em nome do coletivo. Censor, por sua vez, é o poder que pretende sufocar os indivíduos de participarem livremente da esfera pública, contestando seu governo e interferindo nos seus caminhos. Ora, resta por estabelecer se a vida privada de um indivíduo considerado uma “figura pública” deve ser ela mesma considerada pública (BOSCO, 2013).

O mesmo autor também desconstrói o argumento de que a proibição da exposição da vida privada por parte de biografados impossibilita o biografismo:

É em boa medida hipócrita o argumento de que a proibição de biografias não autorizadas impede a construção da memória cultural e social do Brasil. Pode-se construir essa memória valendo-se apenas de obras, informações e documentos públicos. Se não se o faz como se deveria, talvez seja pela infantilização cultural que necessita tanto do privado (embora sejam práticas diversas, um mesmo contexto infantilizador abrange histórias pessoais, *reality shows* e a onipresente lógica das celebridades: esses últimos são pura esfera privada) (BOSCO, 2013).

O atual Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo se posicionou pela liberdade das biografias, baseado na liberdade de expressão que é característica do Estado brasileiro (SILVA, 2004, p. 235):

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou que proibir a publicação de biografias não autorizadas é "censura" e, por isso, "inadmissível" no Estado de Direito.

"Temos que garantir a livre expressão e a livre circulação de ideias e informação. Se isso for violado de alguma maneira, o Judiciário pode reparar", declarou à Folha (DIAS, 2013).

Outras autoridades também se posicionaram, como o presidente do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa. O Ministro ressaltou que: "não acho razoável a retirada do livro do mercado. O ideal seria a liberdade total, mas cada um que assuma os riscos. Se violou o direito de alguém vai ter que responder financeiramente por isso" (BARBOSA, 2013).

Outros três Ministros do STF optaram por conceder declarações em *off* à coluna da jornalista Monica Bergamo no jornal *Folha de S. Paulo*, na qual consideraram os argumentos do grupo Procure Saber "chocantes" e constataram que "o que não dá é para ter uma espécie de 'não me toque. Um Roberto Carlos já não se pertence mais'" (BERGAMO, 2013, p. E2).

O Ministro do STF Marco Aurélio Mello ironizou Caetano Veloso: "Soube que um jurista baiano, Caetano Veloso, está excomungando uma máxima, a de que é proibido proibir" (MELLO, 2013), ao mesmo tempo que reiterou sua crença nas biografias: "Nós não precisamos de memória no país? Será que alguém que teve uma projeção pública pode pretender se colocar numa redoma, se enclausurar? Aí é que está o grande problema." (MELLO, 2013).

A associação Procure Saber divulgou nota reproduzida na íntegra no jornal *O Globo*, na qual tenta se posicionar não contra a biografia, mas contra a fofoca:

Expor a vida íntima e privada de homens e mulheres públicos, os pedaços de vida que essas pessoas têm e que são absolutamente privados, não serve aos nobres objetivos da instrução e do conhecimento, e sim para alimentar uma das mais conhecidas fraquezas do ser humano: a fofoca. Detalhes picantes, dolorosos ou indiscretos da vida de alguém 'vendem' biografias. Cortar a 'liberdade' dos editores de usar esse recurso é uma ameaça às vendas (LAVIGNE, 2013).

O advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, vulgo "Kakay", que representa o cantor Roberto Carlos, prefere abordar o embate através de uma ótica da precisão da informação. Segundo Kakay, "não é liberdade de expressão que está em jogo, mas o direito à informação e à privacidade. A biografia é o relato da vida de

alguém, e não a opinião sobre essa vida. Portanto, trata-se do direito à informação, não da liberdade de expressão" (CASTRO, 2013).

O pesquisador musical Marcello Froes se expressou em post no blog *Farofafá*, ancorado no site da revista *Carta Capital* para expressar uma visão que coincide com a dos grandes nomes da MPB:

Acho que biografias precisam ser feitas por pessoas aptas a tal, do contrário – estando no Brasil – perigamos cair no caos total e de livros vagabundos banalizarem as vidas dos biografados e o mercado editorial por si só. Nessa liberdade almejada, meu grande temor é que esses medalhões se exponham a biografias feitas por imbecis completos e/ou editoras inescrupulosas, num futuro não muito distante. E, daqui a 50 ou 100 anos, por mais que tenhamos vivido uma era de informação documentada, a história será feita da mesma matéria-prima de sempre: lendas e mais lendas, propagadas em versões diferentes de cada biografia publicada. Em razão disso, é necessário um certo controle – que efetivamente não deve se confundir com censura. Alguém precisa zelar para que uma biografia seja pesquisada, redigida e publicada por profissionais capazes. E ninguém melhor que o biografado ou, na sua ausência, seu(s) herdeiro(s). Ou deveria o Estado criar um Ecab (Escritório Central de Autorização de Biografias)? (FROES, 2013)

Esse argumento continua se baseando na visão de um Brasil como país atrasado, razão pela qual a liberdade das biografias não poderia ser plena.

A jornalista Bia Abramo destacou a importância das biografias brasileiras, que foram demonizadas pelo *Procure Saber*:

Como leitora, o que eu encontro, nas prateleiras das livrarias, são livros pesados, de muitas páginas e que sempre me impressionam pela relação de fontes e bibliografia consultadas. Como jornalista, percebo o esforço de pesquisa, checagem e construção da narrativa. Ou seja, mesmo com o perigo de generalização, pode-se afirmar que as biografias que têm sido produzidas aqui são obras de um rigor jornalístico que se tornou impossível em jornais e revistas e que, sim, têm tentado fornecer elementos para colaborar na construção de uma historiografia essencial para a compreensão do Brasil (ABRAMO, 2013).

A ausência de autorização não transforma a obra em em uma biografia marrom, digna de desprezo. Com sua condição de "um elemento privilegiado na reconstrução de uma época, com seus sonhos e angústias" (DOSSE, 2009, p. 11), a biografia não tem sua validade reconhecida apenas pela aprovação dos retratados.

O acadêmico francês François Dosse criticou o conflito que acontece no Brasil:

Fico surpreso em relação à democracia brasileira e ao direito de expressão no país. Para um historiador e um biógrafo, fica impossível trabalhar com textos autorizados ou supervisionados, ou que dependam dos sentimentos dos biografados. É colocar uma mordaca no pesquisador (DOSSE, 2013).

A tradição biográfica francesa consolidada permitiu que Dosse escrevesse biografias sem que houvesse a necessidade de os familiares concordarem.

A autorização de biografias também foi criticada por um viés humorístico, conforme charge publicada na página A3 da *Folha de S. Paulo* em 12 de outubro de 2013, bem como por nota publicada na coluna de Ancelmo Gois em 20 de outubro de 2013:

O nosso historiador José Murilo de Carvalho lista aqui cinco razões para não se ler biografia autorizada:

1. Porque é press-release do biografado ou dos herdeiros.
2. Porque é autobiografia terceirizada.
3. Porque não há punição para falso elogio.
4. Porque pasteuriza e desumaniza o biografado.
5. Porque é uma chatice. (CARVALHO, 2013 In: GOIS, 2013)

Houve, ainda, vozes isoladas que buscaram encaminhar a discussão por outra direção. Foi o caso do colunista da *Folha de S. Paulo*, Ronaldo Lemos, que escreveu texto defendendo a necessidade de o Congresso Nacional se debruçar sobre esta questão e editar uma lei apropriada, ao invés de permitir que o Supremo Tribunal Federal tenha que legislar sobre o tema (LEMOS, 2013). Neste mesmo sentido opinou Marta Suplicy, ao considerar péssimo que o STF atue antes do Legislativo e persista na "judicialização da política" (SUPLICY, 2013 In RACY, 2013).

Marcelo Rubens Paiva, em blog ancorado no ambiente virtual do *Estado de S. Paulo*, criticou diretamente os artigos 20 e 21 do Código Civil, condenando sua tendência em não conceder ao leitor uma capacidade intelectual para construir sua visão:

Paternalizamos o leitor, protegemos, como uma frágil criatura. Duvidamos da capacidade de duvidar. Duvidamos da capacidade de discernir a verdade do boato, o fato da infâmia.
A mentira é também parte da democracia. Conviver com ela amadurece um povo. Saber enfrentá-la o torna forte. Desconfiar do que se lê e escuta nos

faz cidadãos (PAIVA, 2013).

Esta tendência ignora que a biografia é construção que não é espelho da realidade ou aglomerado de verdades.

O jornalista do *Estado de S. Paulo* Luis Zanin também bateu nesta tecla, ao afirmar que "os erros e defeitos dos nossos ídolos os diminuem aos nossos olhos? Acho que não. Pelo contrário. Nos garantem que foram homens, como nós, porém geniais naquilo que faziam. Não somos crianças. Podemos aceitar imperfeições " (ZANIN, 2013). É uma rejeição a este paternalismo sobre o que seria certo ou errado que constitui esse argumento.

O *Globo* também veiculou artigo de Vagner Fernandes, no qual o jornalista-biógrafo relata seu processo de criação da biografia de Clara Nunes. A descoberta de que o irmão da cantora cometeu um homicídio em defesa da honra de Clara alterou a maneira como a trajetória da biografada foi percebida. A correlação entre jornalismo e biografia (Rebati todas as críticas com documentos, como condiz a um pesquisador e, no meu caso, a um jornalista. Pois toda a biografia é, sim, uma grande reportagem, gostem ou não Roberto, Erasmo, Chico, Caetano, Gil, Djavan e Milton) (FERNANDES, 2013) é usada como sustentação da proibição de qualquer censura prévia.

A Ministra da Cultura Marta Suplicy aguardou um período de tempo para se posicionar.

Surge o problema complexo do que seja a verdade – que sempre pode ser entendida ou interpretada por vários ângulos. E, se for verdade, que nível de autoridade a pessoa tem sobre o que ela quer preservar de sua intimidade? Existe um problema mais fácil: quando o biógrafo falta com a verdade. O debate é saudável numa democracia, desde que não entremos em ofensas pessoais, absolutamente desnecessárias e criadoras de turbulência no processo. (SUPLICY, 2013 In RACY, 2013).

Esta menção à verdade não parece estar presente nos discursos que predominaram na defesa da privacidade dos biografados.

O advogado Gustavo Binenbojm se expressou em coluna de *O Globo* para discutir o monopólio do biografado sobre a narrativa da sua trajetória de vida, fato autorizado pela legislação brasileira atual.

Como todos nós, elas [pessoas públicas] não detêm controle absoluto sobre

as informações que possam ser legalmente apuradas ou voluntariamente reveladas pelos seus detentores.

A vida de figuras públicas é parte integrante da historiografia social. Contá-la é um direito de todos, independentemente de censura ou licença, como assegura a Constituição. Conhecê-la é uma forma de controle social sobre o poder e a influência que tais figuras exercem sobre todos os cidadãos (BINENBOJM, 2013).

A preservação da vida íntima é atacada como "falso argumento" (BINENBOJM, 2013), pois o ofício de biografar não envolveria atos ilícitos que invadam a privacidade alheia.

Cristovão Tezza se posiciona como defensor da plena liberdades das biografias:

As biografias são um gênero fundamental da historiografia em todo o mundo desde que a escrita mudou o patamar da civilização. Elas incluem a complexa rede de significados sociais que dão sentido aos personagens de destaque em todas as áreas, multiplicando e relativizando os instrumentos de compreensão histórica. Mas, entre nós, são entendidas pelos artistas apenas como um outro show, um cedê, uma performance monitorada. Confunde-se a própria vida, quando submetida a um olhar biográfico de fora, com um produto de consumo, com preço e design cuidadosamente planejados. Assim, um único olhar é permitido, para o qual se pagaria ingresso ao artista, como num espetáculo (TEZZA, 2013, p. 3)

Esse controle que alguns artistas desejariam impor ao trabalho do biografado reflete o domínio do jeitinho sobre a cultura brasileira (TEZZA, 2013, p. 3).

A historiadora Mary del Priore também se posicionou em entrevista contra essa tomada de posição do grupo Procure Saber. Sua argumentação destaca, entre outros, a profunda transmutação no conceito de privacidade, uma vez que "em meu livro, *Histórias Íntimas*, demonstrei que a privacidade, um fenômeno cultural que foi lentamente construído pela burguesia entre os séculos XVIII e XIX está sendo desmontado" (PRIORE, 2013), além de enfatizar o caráter histórico da produção da biografia:

Outra característica que se esquece é que a biografia é filha de seu tempo. Ela reflete as formas de pensar de uma época. Na Antiguidade, a biografia fabricava heróis, na Idade Média, santos e personagens de vida espiritual irreprochável, na Idade Moderna, obras como a de Vasari ou Brantome procuravam personagens moralizantes, capazes de transmitir ideais por meio de seu comportamento (PRIORE, 2013 In PELLI, 2013).

Guilherme Arantes é outro cantor que repudiou as críticas do grupo Procure saber e exigiu liberdade total a qualquer biografia:

Mas o que seria da história sem as biografias, com erros, imprecisões? Uma biografia ruim é ruim e irá para a lixeira. No final, ao correr dos séculos, o que fica mesmo são as não-autorizadas. Eis o mundo. (...) Cá entre nós, se há uma modalidade pernóstica atualmente é a tal da biografia de celebridade-com-jornalista. Esse tipo de biografia caça-níqueis eu não gosto, porque além de chapa-branca, geralmente é mal feita e resulta numa titica. Ou o cara conta a sua história ou deixa para alguém contar (ARANTES, 2013).

Marta Suplicy abordou o tópico, ao declarar que "Marx, Kennedy, Picasso ou Marilyn seriam maiores se não soubéssemos de seus deslizes? Certas figuras são tão grandes que transcendem seus pecadinhos ou pequenezas" (SUPLICY, 2013).

Hermínio Bello de Carvalho optou por uma abordagem cultural, ao constatar que "experimente entrar numa banca de jornais e veja o número de revistinhas ordinárias especializadas em explorar esse veio que existe desde que o mundo é mundo. Um culto ao narcisismo que beira o ridículo" (CARVALHO, 2013). Esta visão de voyeurismo extremo (LOWENTHAL, 1961, p. 110) é a que mais repercute entre os defensores da necessidade de autorização da biografia.

Em suma, é possível constatar que os artistas que se opõem à liberdade total das biografias defendem seu ponto de vista com a necessidade de pagamento de uma fração das vendas ao biografado, já que a vida dele está sendo exposta na obra que rende dinheiro aos seus produtores. Há aí claro desconhecimento do que representam os direitos autorais, tema cujo entendimento encontra-se há muito pacificado no sentido de que não existe direito autoral sobre os fatos da vida (SAMPAIO, 1998, p. 61).

O outro fundamento principal reside na invasão da privacidade que uma biografia causaria, ao expor detalhes da vida íntima que o sujeito não gostaria que fossem expostos. A posição de figura pública reduz o círculo de intimidade destas pessoas (CALDAS, 1997, p. 104), que trazem a público voluntariamente em muitos casos detalhes sobre sua vida particular. Estas ofensas à honra e à vida privada, contudo, não podem ser utilizadas para barrar uma obra antes que ela chegue às livrarias, uma vez que valoriza de maneira desproporcional o valor da intimidade.

A argumentação dos defensores da liberdade plena às biografias construiu argumentos mais sólidos neste embate. Além do papel essencial da biografia como

ferramenta para a reconstrução de um período de determinada sociedade (DOSSE, 2009, p. 11), os biógrafos e seus aliados não esconderam as imperfeições que uma obra biográfica possui. Não há como reconstruir tudo que ocorreu num período de uma vida, de forma que a obra será uma visão do biógrafo sobre a vida do biografado.

De fato, ao ler uma biografia, o leitor crê que pode ter contato direto com o passado “possibilitando-lhe, por isso mesmo, comparar sua própria finitude à da personagem biografada. Ademais, a impressão de totalização do outro, por ilusória que seja, responde ao empenho constante de construção do eu em confronto com o outro” (DOSSE, 2009, p. 13).

Como produto literário/jornalístico/histórico, a biografia é um gênero que não pode estar à mercê da liberação dos biografados. Do contrário, os retratos históricos serão sempre favoráveis e muito menos esclarecedores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adquirir uma obra biográfica é um ato quase banal na sociedade contemporânea. As estantes das livrarias possuem espaço reservado para estas publicações, que desempenham um papel mais relevante na construção social do que aparentam. Em um país cujos hábitos de leitura são escassos, a biografia é um gênero que cativa muitos leitores e é produto consumido pelas diversas classes sociais.

Os efeitos da urbanização, do capitalismo industrial e da secularização foram responsáveis por transformar uma sociedade que se estruturava até então em torno de grupos ou instituições para uma sociedade que passou a valorizar a pessoa por si própria, como portadora de direitos, como elemento em torno do qual a sociedade poderia se organizar.

A biografia também passou por transformações, de gênero dedicado a venerar os detentores de poder para obra que expõe a vida daqueles que possuem notoriedade. Mais do que um meio legitimado de bisbilhotar a vida alheia, a biografia também possibilita uma compreensão da sociedade na qual o biografado está inserido.

O jornalismo é uma ferramenta que se mostrou útil para a produção de biografias, tanto para a atração de leitores quanto para a união entre técnicas eficientes de pesquisa e narração. Os recursos do jornalismo literário, como o diálogo e a construção cena-a-cena, permitem que a construção da obra flua de maneira atrativa, sem parecer um enfadonho relato de fatos. Essa linguagem fluida e acessível representa um estímulo à captação de leitores, questão que não deve estar ausente de uma discussão sobre produção de livros.

A imparcialidade, por sua vez, é requisito que está ausente da biografia, uma vez que é impossível dissociar o biografado da figura do biógrafo. É a partir do ponto de vista de um escritor que seleciona, que edita e que cria um texto sobre a vida de alguém que se constrói a biografia, sobre a qual não devem recair ilusões de neutralidade.

A veracidade dos fatos relatados em uma biografia, ainda que após esforço de apuração e checagem de dados, está sempre ancorada na subjetividade daqueles que a rememoram. Este traço de memória, que busca explicar o passado

com base em conexões do presente, é fator que contribui para a produção de uma obra biográfica adequada, tendo em vista a necessidade de rever os fatos que constroem a vida alheia à luz da atualidade. É um anacronismo inevitável, mas que não pode ser considerado impasse para o ofício biográfico.

O importante não é a busca por uma verdade positivista, mas a construção social da vida de alguém e seu entorno. O fetiche de verdade só atrapalha a compreensão do que seja uma biografia. Pensar em um público infantilizado, que aceita todas as informações presentes na obra como fatos indiscutíveis e de imediata absorção, é subestimar a gama de leitores que se interessa pelo gênero.

No contexto de envolvimento entre biógrafo e biografado, ocorre um conflito entre dois direitos que o Estado brasileiro reconheceu como fundamentais. De um lado, é assegurada a qualquer cidadão a liberdade de expressar sua opinião ou sobre qualquer fato, sem qualquer necessidade de autorização. Dessa liberdade, decorre a liberdade de imprensa, que foi expressamente prevista no texto constitucional e é reconhecida como garantia institucional da consolidação do Estado democrático de Direito. Em razão disso, o biógrafo deveria ter plena liberdade para lançar biografias com conteúdo livre conforme desejasse.

No Brasil, contudo, há também a proteção constitucional ao direito à intimidade e à honra, que não podem ser atacadas sob pena de ferir a dignidade da pessoa humana. Valendo-se dessa garantia regulada pelo legislador ordinário no Código Civil, os biografados e herdeiros empreendem verdadeiro ataque contras as biografias que expressem fatos que não gostariam de ver divulgados. O Judiciário brasileiro, conforme foi exposto, tende a possibilitar, mesmo que a biografia só contenha fatos obtidos de maneira lícita e resultados de pesquisa, que haja o prevalecimento da proteção à intimidade. Desta forma, não foram poucas as biografias que tiveram sua venda interrompida em decorrência do descontentamento dos biografados.

Essa agressão à liberdade de expressão e informação motivou os editores a ingressar com ação constitucional no STF, no qual pleiteiam a declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos legais que cerceiam a plena liberdade de expressão das biografias. Baseado na relevância da biografia para a historiografia social, a liberdade de biografia é defendida como consequência lógica da supremacia do interesse público que é inata à obra biográfica. Os fundamentos trazidos pelos órgãos governamentais recaem na defesa de a própria pessoa

garantir o que pode ser dito sobre sua própria vida. Em uma sociedade que pretende contar com a pluralidade de vozes, permitir que apenas a biografia autorizada circule é medida incompatível com a liberdade de expressão.

O Projeto de Lei em trâmite na Câmara dos Deputados busca da mesma maneira alterar essa predominância que os direitos dos retratados alcançam, mas enfrenta resistências de deputados atrelados às mais diversas ideologias, que declaram rejeitar pela exposição indiscriminada das figuras públicas. Esse desconhecimento da relevância biográfica em pleno Poder Legislativo demonstra a ignorância sobre o papel deste gênero no retrato da sociedade.

Esta discussão restrita aos plenários do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal centralizou as páginas dos jornais em outubro de 2013, com a manifestação do grupo Procure Saber contrária à ação constitucional e ao projeto de lei em andamento. Com argumentos de importância meramente monetária, como uma suposta necessidade de pagamento de *royalties* aos biografados que têm sua vida exposta, este grupo não conseguiu estabelecer uma discussão sobre os limites entre público e privado, que poderia eventualmente subsidiar uma possível restrição às biografias. O que se presenciou nas páginas dos periódicos e nos blogs foi uma crítica maciça aos defensores dessa ideia, que ganharam rapidamente a alcunha de “censores”.

Por maior carga ideológica que possui tal termo, a legislação brasileira atual possibilita a “censura prévia”, uma vez que permite que a ausência de autorização vede a publicação de uma obra. A adequada ponderação entre os direitos da personalidade e a liberdade de expressão seria a solução correta para a solução destes eventuais conflitos, mas é suprimida por uma legislação que regula de maneira abstrata a questão.

Ainda que muitas das críticas dos defensores das liberdades das biografias tenham sido de cunho pessoal, recaindo sobre a figura de seus empresários ou dos músicos associados, a fundamentação da necessária pluralidade de biografias representa um avanço maior do que uma defesa genérica da privacidade. A partir de um desenvolvimento cultural que valorize a biografia, as obras de baixa qualidade serão excluídas pelo próprio mercado, de maneira a prestigiar os trabalhos que acrescentem à construção social e identitária.

Uma biografia não se presta a descobrir a cor da escova de dentes de um cantor ou o número de talheres que ele possui na sua cozinha. A biografia envolve a

reconstrução de fatos que são importantes para o entendimento do biografado e sua participação no mundo público, que foi o motivo para a produção da biografia. Acreditar que a invasão da intimidade em sua esfera mais reservada seria o cerne do gênero biográfico é apresentar desconhecimento sobre a importância de um trabalho de pesquisa e apuração.

As garantias que devem ser estendidas às biografias são as mesmas sob as quais repousa a imprensa: liberdade ampla, geral e irrestrita. Não há como se pensar em uma sociedade democrática que incentive a produção de conhecimento e a reflexão sobre sua memória e sua história que, ao mesmo tempo, imponha restrições jurídicas ou financeiras para a livre circulação dessas obras.

Na convivência entre biógrafo e biografado, a liberação da publicação é essencial para a construção de um biografismo cada vez mais preciso e completo. Eventuais agressões à honra devem ser penalizadas, mas não podem constituir entrave ao desenvolvimento do gênero no país. Um país sem biografias livres é um país que falha na construção de sua própria imagem.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Beatriz. **Biografias têm cor?** Disponível em: <<http://farofafa.cartacapital.com.br/2013/10/22/biografias-tem-cor/>>. Acesso em: 24/10/2013.

ALAMBERT, Francisco. Sorry Sigmund. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,sorry-sigmund,1087540,0.htm>>. Acesso em 20/10/2013.

ALBUQUERQUE, Carlos; LICHOTE, Leonardo. Artistas reagem à proposta do grupo Procure Saber. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/artistas-reagem-proposta-do-grupo-procure-saber-10331071#ixzz2hT2rZUom>>. Acesso em 11/10/2013.

ALCEU Valença, Nana Caymmi e Lobão criticam lobby contra biografias não autorizadas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/10/1354312-alceu-valenca-nana-caymmi-e-lobao-criticam-lobby-contra-biografias-nao-autorizadas.shtml>>. Acesso em 10/10/2013.

ANDRADE, Mariza Guerra de. A biografia como peste. **Observatório da Imprensa**, São Paulo. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed769_a_biografia_como_p_este>. Acesso em 23/10/2013.

ARANTES, Guilherme. **Deixa a chuva molhar**. Disponível em: <<http://farofafa.cartacapital.com.br/2013/10/18/deixa-a-chuva-molhar/>>. Acesso em: 24/10/2013.

ARGUELHES, Diego Werneck; HARTMANN, Ivar A. Nem na ditadura. **Observatório da Imprensa**, São Paulo. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed769_nem_na_ditadura>. Acesso em 23/10/2013..

AUGUSTO, Sérgio. Afasta de nós esse cale-se. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,afasta-de-nos-esse-cale-se,1085044,0.htm>>. Acesso em 13/10/2013.

BARCINSKI, André. **Chico, Gil, Caetano e Djavan: de censurados a censores**.

Disponível em: <<http://andrebarcinski.blogfolha.uol.com.br/2013/10/05/chico-gil-caetano-e-djavan-de-censurados-a-censores/>>. Acesso em 06/10/2013.

BERGAMO, Monica. Donos de pequenos negócios demonstram otimismo em relação à economia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2013/10/1354889-donos-de-pequenos-negocios-demonstram-otimismo-em-relacao-a-economia.shtml>>. Acesso em 11/10/2013.

_____. Caetano, Gil, Djavan e Marisa Monte se reúnem para discutir biografias. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2013/10/1355523-caetano-gil-djavan-e-marisa-monte-se-unem-para-unificar-discurso.shtml>>. Acesso em 12/10/2013.

_____. Ao menos 20 Estados concederam perdão a devedores de ICMS desde julho de 2012. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2013/10/1356471-ao-menos-20-estados-concederam-perdao-a-devedores-de-icms-desde-julho-de-2012.shtml>>. Acesso em 15/10/2013.

BINENBOJM, Gustavo. Falso dilema. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniaofalso-dilema-10486444#ixzz2iTOA9000>>. Acesso em 22/10/2013.

BIÓGRAFO de Che Guevara diz que Brasil se aproxima de Rússia, China e Irã quando restringe biografias. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/biografo-de-che-guevara-diz-que-brasil-se-aproxima-de-russia-china-ira-quando-restringe-biografias-10302754#ixzz2hHYH0SrV>>. Acesso em: 09/10/2013.

BLOCH, Arnaldo. Biografia e castigo. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/biografia-castigo-10433534#ixzz2iDOtpTp2>>. Acesso em 19/10/2013.

BORNHOLDT, Rodrigo Meyer. **Liberdade de expressão e direito à honra**: uma nova abordagem no direito brasileiro. Joinville: Bildung, 2010.

BOSCO, Francisco. O público e o privado. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/o-publico-o-privado-9807812>>. Acesso em 03/10/2013.

_____. O público e o privado II. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/o-publico-o-privado-ii-10302305>>. Acesso em 09/10/2013.

_____. O público e o privado III. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/o-publico-o-privado-iii-10376931#ixzz2hul7K4rp>>. Acesso em 16/10/2013.

_____. O público e o privado IV. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/o-publico-o-privado-iv-10489239#ixzz2iZLrqv7U>>. Acesso em 23/10/2013.

BRASIL. Código Civil, 2002. **Código Civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL. **Projeto de Lei n.º 393/2011**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=2BA5CED7787313720E19FBE8E5ED0288.node2?codteor=840265&filename=PL+393/2011>. Acesso em 05/10/2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4815**. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=4271057>>. Acesso em 05/10/2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Especial n.º 521.697/RJ. **Diário da Justiça Eletrônico**, Brasília, 20 mar. 2006.

BRASIL, Ubiratan. Maria Adelaide Amaral critica movimento por biografias autorizadas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/radar-cultural/maria-adelaide-amaral-critica-movimento-por-biografias-autorizadas/>>. Acesso em: 11/10/2013.

BRÍGIDO, Carolina. "Trata-se do direito à informação, não à liberdade de expressão", diz o ex-consultor de Roberto Carlos. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/trata-se-do-direito-informacao-nao-liberdade-de-expressao-diz-ex-consultor-de-roberto-carlos-10485928#ixzz2iTMc99bv>>. Acesso

em 22/10/2013.

BUARQUE, Chico. **Penso eu**. O Globo, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/penso-eu-10376274#ixzz2hujYvJ7R>>. Acesso em 16/10/2013.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CALDAS, Pedro Frederico. **Vida privada, liberdade de imprensa e dano moral**. São Paulo: Saraiva, 1997.

CAMPANHA, Diogenes. Dirceu defende limites à publicação de biografias. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/10/1354383-dirceu-defende-limites-a-publicacao-de-biografias.shtml>>. Acesso em 09/10/2013.

CASTRO, Ruy. Limites da biografia. **Folha de S. Paulo**, Rio de Janeiro. 28 abr. 2012. p. A2.

CAVERSAN, Luiz. Biografias, a "culpa" da imprensa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizcaversan/2013/10/1355821-biografias-a-culpa-da-imprensa.shtml>>. Acesso em 13/10/2013.

CARVALHO, Elpides. **Uma sentença histórica**. Disponível em :< <http://www.dm.com.br/texto/138041-uma-sentenaa-histarica>>. Acesso em 25/10/2013.

CARVALHO, Hermínio Bello de. Procuro saber. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/cultura/procuro-saber-10414347#ixzz2i61U5kcD>>. Acesso em 18/10/2013.

CONTEXTO: quatro países sem restrição prévia a biografias. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/contexto-quatro-paises-sem-restricao-previa-biografias-10302791#ixzz2hHZBlwSm>>. Acesso em 09/10/2013.

COSTA, Luciano Martins. Um pote até aqui de mágoa. **Observatório da Imprensa**, São Paulo. Disponível em:

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/um_pote_ate_aqui_de_mago_a>. Acesso em 16/10/2013.

COZER, Raquel. Laurentino Gomes defende biografias e ataca grupo Procure Saber em Frankfurt. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/10/1353989-laurentino-gomes-defende-biografias-e-ataca-grupo-procure-saber-em-frankfurt.shtml>>. Acesso em 09/10/2013.

DAPIEVE, Arthur. A vida é porosa. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/a-vida-porosa-10413504#ixzz2i5zwuXBr>>. Acesso em 18/10/2013.

DIAS, Marina. Proibição de biografias não autorizadas é censura, diz ministro da Justiça. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/10/1354110-proibicao-de-biografias-nao-autorizadas-e-censura-diz-ministro-da-justica.shtml>>. Acesso em 10/10/2013.

DORFMAN, Ariel; MATTELART, Armand. **Para ler o Pato Donald**: comunicação de massa e colonialismo. Tradução de Álvaro de Moya. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: EDUSP, 2009.

_____. "Não há biografia sem liberdade de pesquisa". **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2013/10/19/francois-dosse-nao-ha-biografia-sem-liberdade-de-pesquisa-512485.asp>>. Acesso em 24/10/2013.

ENGLER, Natalia. **"Ainda estou pagando pela proibição", diz biógrafo de Roberto Carlos**. Disponível em: <<http://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2013/10/10/ainda-estou-pagando-pela-proibicao-diz-biografo-de-roberto-carlos.htm>>. Acesso em 11/10/2013.

FERNANDES, José Carlos. **O leitor e a cidade**. 444 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Setor de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

FERNANDES, Vagner. Sobram argumentos, falta sensatez. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/sobram-argumentos-falta-sensatez-10447076#ixzz2iNRTbv4w>>. Acesso em 21/10/2013.

FREITAS, Janio de. Palavras sem algemas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefretas/2013/10/1356677-palavras-sem-algemas.shtml>>. Acesso em 15/10/2013.

FRIAS FILHO, Otávio. Sentidos da vida: a gênese da biografia e o “eu” fragmentado na modernidade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. Ilustríssima. 30 out. 2011. p. 4-5.

FROES, Marcello. **Com ou sem memória?** Disponível em: <<http://farofafa.cartacapital.com.br/2013/10/21/com-ou-sem-memoria/>>. Acesso em: 24/10/2013.

GINDRE, Gustavo. Que vergonha, Chico e Gil! **Observatório da Imprensa**, São Paulo. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed768_que_vergonha_chico_e_gil!>. Acesso em 16/10/2013.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. **A Liberdade de Imprensa e os Direitos da Personalidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOIS, Ancelmo. Lei Roberto Carlos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 out. 2013.

_____. Lei Roberto Carlos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 out. 2013.

_____. Lei Roberto Carlos I. **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 out. 2013.

_____. Lei Roberto Carlos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 out. 2013.

GUIMARÃES, Lucia. Pisando em egos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,pisando-em-egos,1087534,0.htm> >. Acesso em 20/10/13.

GRAGNANI, Juliana. Músicos questionam comercialização de livros; leia entrevista com a produtora Paula Lavigne. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/10/1352302-musicos-questionam-comercializacao-de-livros-leia-entrevista-com-a-produtora-paula-lavigne.shtml>>. Acesso em 05/10/2013.

_____. Familiares barram biografia de Paulo Leminski por trecho sobre suicídio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/10/1355297-familiares-barram-biografia-de-paulo-leminski-por-trecho-sobre-suicidio.shtml>>. Acesso em 12/10/2013.

_____; KACHANI, Morris. Jorge Mautner diz que biografado tem direito a pagamento pela obra. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/10/1354676-jorge-mautner-diz-que-biografado-tem-direito-a-pagamento-pela-obra.shtml>>. Acesso em 11/10/2013.

_____; WERNECK, Paulo. Mais músicos aderem ao lobby contra as biografias não autorizadas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/10/1353680-mais-musicos-aderem-ao-lobby-contra-as-biografias-nao-autorizadas.shtml>>. Acesso em 09/10/2013.

GRUPO de Frejat, Fernanda Abreu e Ivan Lins manifesta apoio a biografias não autorizadas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/10/1356451-grupo-de-frejat-fernanda-abreu-e-ivan-lins-manifesta-apoio-a-biografias-nao-autorizadas.shtml>>. Acesso em 15/10/2013.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LARROSA, Jorge. Notas sobre narrativa e identidad (a modo de presentación). In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. **A aventura (auto) biográfica** – teoria & empiria. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

LAVIGNE, Paula. Agenda oculta. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 out. 2013.

Le GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LE MOS, Ricardo Teixeira. **Sentença**, referente aos autos n.º 200500923773. Disponível em: <www.tjgo.jus.br/bw/wp-content/uploads/.../sentenca-ronaldo-caiado.doc>. Acesso em 25/10/2013.

LE MOS, Ronaldo. Congresso deveria resolver a questão das biografias. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 out. 2013.

LIMA, Alceu Amoroso. **O jornalismo como gênero literário**. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 4 ed. Barueri: Manole, 2009.

LOWENTHAL, Leo. **Literature, Popular Culture and Society**. Palo Alto: Pacific Books, 1961.

MACHADO, Ana Maria. As biografias, o livrinho e a lesma lerda. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniao/as-biografias-livrinho-a-lesma-lerda-10496972#ixzz2iZ9BPLdE>>. Acesso em 23/10/2013.

MAGALHÃES, Mario. **Afasta de mim esse cale-se (1)**: Manifesto contra a censura às biografias. Disponível em: <<http://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2013/10/09/afasta-de-mim-esse-cale-se-1-manifesto-contr-a-censura-as-biografias/>>. Acesso em 09/10/2013.

_____. **Caixa-preta de um biógrafo falido (debate público, confissões privadas)**. Disponível em: <<http://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2013/10/11/caixa-preta-de-um-biografo-falido-debate-publico-confissoes-privadas/>>. Acesso em 11/10/2013.

MALCOLM, Janet. **A mulher calada**: Sylvia Plath, Ted Hughes e os limites da biografia. Tradução de Sergio Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MANHÃES, Eduardo. Análise do discurso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

MAUTNER, Jorge. A liberdade individual. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/a-liberdade-individual-10413383#ixzz2i5yIMB73>>. Acesso em 18/10/2013.

MAUROIS, André. **Aspects de la biographie**. Paris: Bernard Grasset, 1930.

McCOLLAM, Douglas. À pena fria. **Revista de Jornalismo ESPM**, São Paulo, n.º 5, p. 90-97, abril/junho de 2013.

MELLO, Aldo de Albuquerque. **Sentença**, referente aos autos 200500923773. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/mobile/mig_materia.aspx?cod=153617>. Acesso em 25/10/2013.

MELLO, Marco Aurélio Mendes de Faria. Liberdade de Expressão. In: ROCHA, Fernando Luiz Ximenes; MORAES, Filomeno. **Direito Constitucional contemporâneo: homenagem ao Professor Paulo Bonavides**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

MORAES NETO, Geneton. **Por quanto tempo o Brasil vai continuar produzindo esquisitices, exotismos, monstregos e aberrações como a Lei da Mordaca Biográfica? Com a palavra, o STF: ministra Cármen Lúcia, não decepcione o Brasil!** Disponível em: <<http://g1.globo.com/platb/geneton/2013/10/13/por-quanto-tempo-o-brasil-vai-continuar-produzindo-esquisitices-exotismos-monstregos-e-aberracoes-como-a-lei-da-mordaca-biografica-com-a-palavra-o-stf-ministra-carmen-lucia-nao-decepcione-o-bra/>>. Acesso em 14/10/2013.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o Rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOSER, Benjamin. Biógrafo de Clarice pede que Caetano mude posição sobre biografias; leia carta. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/10/1353698-biografo-de-clarice-pede-que-caetano-mude-posicao-sobre-biografias-leia-carta.shtml>>. Acesso em 09/10/2013.

MOTTA, Aydano André. Procure pagar. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/chopedoaydano/posts/2013/10/10/procure-pagar-511669.asp>>. Acesso 11/10/2013.

NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. **A proteção constitucional da informação e o direito à crítica jornalística**. São Paulo: FTD, 1997.

PAIVA, Marcelo Rubens. Mentiras que o povo escuta. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,mentiras-que-o-povo-escuta-,1087467,0.htm>>. Acesso em 21/10/13.

PALACIOS, Marcos. Uma questão de gênero. **Observatório da Imprensa**, São Paulo. Disponível em:

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed769_uma_questao_de_g_enero>. Acesso em 23/10/2013.

PELLI, Ronaldo. **Artistas ou agiotas?** Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/artistas-ou-agiotas>>. Acesso em 24/10/2013.

PENA, Felipe. **Jornalismo Literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

PENNAFORT, Roberta. Paula Lavigne rebate acusação de que grupo quer proibir publicação de biografias. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/arteelazer,paula-lavigne-rebate-acusacao-de-que-grupo-quer-proibir-publicacao-de-biografias,1084315,0.htm>>. Acesso em 11/10/2013.

PERA, Marília. Opinião: Defender a privacidade nas biografias não é ser reacionário. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/10/1356402-opinio-defender-a-privacidade-nas-biografias-nao-e-ser-reacionario.shtml>>. Acesso em 15/10/2013.

PIZA, Daniel. **Jornalismo cultural**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. Posfácio: O Observador. In: TYNAN, Kenneth. **A vida como performance**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RACY, Sonia. "Caminho para apoiar a liberdade de expressão, com muitas mais vultosas". **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/sonia-racy/caminho-para-apoiar-a-liberdade-de-expressao-com-muitas-mais-vultosas/>>. Acesso em 22/10/2013.

REIS, Estefani. **"Perguntei se o biógrafo vai pagar um dízimo ao biografado", diz Ruy Castro**. Disponível em: <<http://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2013/10/11/perguntei-se-o-biografo-vai-pagar-um-dizimo-ao-biografado-diz-ruy-castro.htm>>. Acesso em 11/10/2013.

REMnick, David. **Life Stories: Profiles from The New Yorker**. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/books/first/r/remnick-life.html>>. Acesso em 14/07/2013.

ROCHA, Fernando Luiz Ximenes. Liberdade de comunicação e dignidade humana. In: ROCHA, Fernando Luiz Ximenes; MORAES, Filomeno. **Direito Constitucional contemporâneo**: homenagem ao Professor Paulo Bonavides. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

RODRIGUES, Fernando. Um país atrasado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 out. 2013.

ROSSI, Paolo. **O Passado, a memória, o esquecimento** – seis ensaios da história das ideias. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SALLES, João Moreira. Posfácio: Ouvido, instinto e paciência. In: REMNICK, David. **Dentro da Floresta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. Posfácio: O homem que escutava. In: MITCHELL, Joseph. **O segredo de Joe Gould**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SAMPAIO, José Adercio Leite. **Direito à intimidade e à vida privada**: uma visão jurídica da sexualidade, da família, da comunicação e informações pessoais, da vida e da morte. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

SANCHEZ, Pedro Alexandre. **Alceu: "viva a democracia!"**. Disponível em: <<http://farofafa.cartacapital.com.br/2013/10/09/alceu-viva-a-democracia/>>. Acesso em 16/10/2013.

_____. **Procure saber. Saber o quê?**. Disponível em: <br.noticias.yahoo.com/blogs/blog-ultrapop/procure-saber-saber-o-quê-135511320.html>. Acesso em 09/10/2013.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias...historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, volume 10, nº 19, 1997.

SCHWARTSMAN, Helio. Imaginando biografias. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2013/10/1355828-imaginando-biografias.shtml>>. Acesso em 13/10/2013.

SENETT, Richard. **Carne e Pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Tradução de Marcos Aarão Reis. 2. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.

_____. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. Tradução de Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SINGER, Suzana. Agora falando sério. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 out. 2013. p. A6.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 33 ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

SPIEWAK, Benny. É proibido proibir. **Observatório da Imprensa**, São Paulo. Disponível em:
<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed769_e_proibido_proibir>. Acesso em 23/10/2013.

SUZUKI JR, Matinas. Posfácio: Jornalismo com H. In: HERSEY, John. **Hiroshima**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TAVARES, André Ramos. Liberdade de expressão – comunicação. In: ROCHA, Fernando Luiz Ximenes; MORAES, Filomeno. **Direito Constitucional contemporâneo: homenagem ao Professor Paulo Bonavides**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005

TAVARES, Zózimo. Censura nunca mais! **Observatório da Imprensa**, São Paulo. Disponível em:
<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed769_censura_nunca_mais!>. Acesso em 23/10/2013.

TEZZA, Cristovão. Biografias monitoradas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 out. 2013.

TOLEDO, Eduardo Ribeiro. A palavra final é do STF. **Observatório da Imprensa**, São Paulo. Disponível em:
<[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed769_a_palavra_final_e_d_o_stf](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed769_a_palavra_final_e_do_stf)>. Acesso em 23/10/2013.

VELOSO, Caetano. Cordial. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em:
<<http://oglobo.globo.com/cultura/cordial-10348401#ixzz2hYUXcsi2>>. Acesso em

13/10/2013.

_____. Chico, Paula e eu. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/chico-paula-eu-10437720#ixzz2iGpkWjw0>>. Acesso em 20/10/2013.

VETORAZZO, Lucas. Joaquim Barbosa diz ser a favor de biografias não autorizadas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/10/1356353-joaquim-barbosa-diz-ser-a-favor-de-biografias-nao-autorizadas.shtml>>. Acesso em 14/10/2013.

VIANNA, Luiz Fernando. **‘Procure saber’ o que é censura e obscurantismo**. Disponível em: <<http://www.blogdoims.com.br/ims/procure-saber-o-que-e-censura-e-obscurantismo-por-luiz-fernando-vianna/>>. Acesso em 08/10/2013.

VILAS BOAS, Sergio. **Biografias & Biógrafos**: jornalismo sobre personagens. São Paulo: Summus, 2002.

_____. **Biografismo**: reflexões sobre as escritas da vida. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

WEINGARTEN, Marc. **A Turma que Não Escrevia Direito**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

WISNIK, José Miguel. Esta é sua vida. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/esta-sua-vida-10430543#ixzz2iDPUEEfX>>. Acesso em 19/10/2013.

ZANIN, Luiz. A vida de nossos ídolos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,a-vida-dos-nossos-idolos-,1088278,0.htm>>. Acesso em 22/10/2013.

ZULIANI, Guilherme Stamillo Santarelli. **Despacho**, referente aos autos 583.00.2012.181186-8. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/mobile/mig_materia.aspx?cod=162456>. Acesso em 25/10/2013.